

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ISABELA RAMOS RIBEIRO**

**TENDÊNCIAS POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS DA APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS  
PÚBLICOS URBANOS DE FLORIANÓPOLIS**

**FLORIANÓPOLIS**

**2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ISABELA RAMOS RIBEIRO**

**TENDÊNCIAS POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS DA APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS  
PÚBLICOS URBANOS DE FLORIANÓPOLIS**

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivete Simionatto

**FLORIANÓPOLIS**  
**2013**

**ISABELA RAMOS RIBEIRO**

**TENDÊNCIAS POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS DA APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS  
PÚBLICOS URBANOS DE FLORIANÓPOLIS**

**APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA  
EM FLORIANÓPOLIS, 1º DE MARÇO DE 2013.**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivete Simionatto**

**Professora do Departamento de Serviço Social da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Orientadora**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa dos Santos**

**Professora do Departamento de Serviço Social da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Examinadora**

---

**Loureci Ribeiro**

**Arquiteto e militante pela Reforma Urbana em Florianópolis  
Examinador**

## AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, minha mãe e ao Yuri. Não imagino minha vida sem vocês. Obrigada por, com todas as imperfeições, me amarem incondicionalmente. Devo um agradecimento especial ao meu pai pelo apoio, desde a escolha pelo Serviço Social ao interesse pela discussão das cidades, passando por todos os milhares de longos telefonemas durante estes cinco anos. Obrigada por proporcionar as condições de desenvolvimento da minha formação profissional e a possibilidade de viver a universidade plenamente.

À toda a família de Minas Gerais, São Paulo e a recém conquistada de Florianópolis. Por constituírem o meu ser, e o alimentarem muito bem!

À Beth. Para além do vínculo pessoal e do amor que tenho por sua prole, desenvolvi um gosto e uma admiração enormes pela pessoa que é. Como não poderia deixar de ser, agradeço pelas incontáveis contribuições que deu a este trabalho. Desde as intrigantes conversas na mesa do café às questões metodológicas, todas me fizeram aprender e me apaixonar ainda mais pela temática urbana e, sobretudo, pela vida!

Às amigas, com quem compartilhei conversas e mais conversas sobre as paixões da vida, e claro, sobre o Serviço Social: Nana, Aline e Babi. A esta última devo agradecer imensamente pela paciência e empenho na ajuda aos vai-e-vens do TCC. Voem alto!

À Indi, à Flávia, à Si, à Pam, à Jenni, à Manu, à Josi, à Carol, à Gy, à Adri, à Morgana, lindas, pelos momentos felizes compartilhados e aos que virão. E claro, por todas as ondas que seguraram.

Ao Viet, por tudo que aprendo e pelo amigo maravilhoso que é.

À Catarina, à Hanaí, à Maíra, à Nathália, ao Bruno. Pra toda a vida. “Meus bons amigos, onde estão? Notícias de todos, quero saber. Cada um fez sua vida de forma diferente. Às vezes me pergunto: malditos ou inocentes?”.



Ao Departamento de Serviço Social, e a todos os professores que, em algum âmbito, contribuíram com minha formação. Um agradecimento especial às professoras Vera Herweg Westphal, Maria Teresa dos Santos, Vania Manfroi e à orientadora deste trabalho, Ivete Simionatto. Todas tiveram papéis fundamentais no decorrer de minha formação profissional, seja na sala de aula, nas orientações durante as bolsas de extensão e pesquisa, estágio, ou mesmo nos corredores do DSS. Guardo um carinho especial por estas grandes mulheres, cada qual à sua maneira.

Ao arquiteto Loureci Ribeiro e à professora Iliane Kohler, exemplos de profissionais militantes, pela disposição em compor a banca examinadora deste trabalho.

Às lideranças comunitárias entrevistadas, pela dedicação e pelos depoimentos que tanto auxiliaram a construção do trabalho. Sem vocês, nada disso seria possível.

Ao movimento estudantil e todos com quem compartilhei esta experiência. O aprendizado que tive fora de sala de aula ajudou não somente a desenvolver-me como sujeito ativo na reivindicação de direitos, como também complementou minha formação profissional sobremaneira. Além disso, a luta por uma universidade que sirva de fato às necessidades do povo brasileiro é uma bela e necessária bandeira a ser levantada, sempre.

A todos que compartilham do sonho de “mudar o mundo”. Acredito que este é um sonho necessário, e que impossível é viver em um mundo individualista, competitivo, criador de todo tipo de violência. Espero poder, durante a vida, contribuir para a construção de uma nova maioria que supere a opressão e exploração capitalistas.

Ao Tomás, em todos os sentidos imagináveis. Meu amigo, meu amor, parceiro de discussões filosóficas, políticas, culinárias e tantas outras. Das mais banais às mais supostamente relevantes, todas apaixonantes. Não há palavras capazes de expressar a devida gratidão pela importância que teve durante a realização deste trabalho. Deixarei, então, que os olhares, conversas e delícias do cotidiano o façam.

E, por fim, não poderia dizer que este é um trabalho meu, mas é de todos que com ele cooperaram e para todos que dele podem [tentar] usufruir.

*“Olá, guardador de rebanhos,  
Aí à beira da estrada,  
Que te diz o vento que passa?”*

*“Que é vento, e que passa,  
E que já passou antes,  
E que passará depois.  
E a ti o que diz?”*

*“Muita coisa mais que isso,  
Fala-me de muitas outras coisas.  
De memórias e de saudades  
E de coisas que nunca foram”*

O guardador de rebanhos  
Fernando Pessoa (Alberto Caeiro)

*“Quando você anda pela primeira vez em uma  
cidade, não existem histórias, aqueles lugares  
não fazem sentido. Mas depois de algum  
tempo, cada rua, cada espaço passa a fazer  
parte de você, porque você viveu ali”.*

Filme “O Albergue Espanhol”

## RESUMO

RIBEIRO, Isabela Ramos. *Tendências políticas e ideológicas da apropriação de espaços públicos urbanos de Florianópolis*. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2013.

Este trabalho trata das disputas políticas e ideológicas acerca da apropriação do espaço público urbano. Fundamenta-se em um estudo bibliográfico e em estudo empírico realizado sobre as principais disputas e tendências que se desenvolvem na cidade de Florianópolis. O primeiro capítulo diz respeito ao estudo teórico do tema: a questão urbana, o direito à cidade e o espaço público. Demonstra-se como a questão urbana é uma expressão da questão social, fruto da contradição entre capital e trabalho, e por isso um campo aberto de disputa política e ideológica por políticas sociais públicas que atendam aos interesses da coletividade, ou seja, de todos. Posteriormente, faz um resgate conceitual e fundamenta a relação entre questão urbana e política urbana, demonstrando como a disputa pela utilização dos espaços públicos urbanos pode ampliar a realização do direito à cidade, possibilitando ainda a construção de uma hegemonia própria por parte das classes subalternas. No segundo capítulo do trabalho apresenta-se a análise dos resultados do estudo, problematizando os locais selecionados como experiências de disputa do espaço, e apresentando, a partir daí, as principais tendências políticas e ideológicas em relação ao espaço público urbano em Florianópolis. A análise das fontes de pesquisa foi realizada em mediação constante com o aporte teórico desenvolvido durante o primeiro capítulo.

**Palavras-chave:** disputas políticas e ideológicas; direito à cidade; construção de hegemonia.

## ABSTRACT

RIBEIRO, Isabela Ramos. *Political and ideological trends about appropriation of urban public spaces of Florianópolis*. Completion of course work in Social Work. Federal University of Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2013.

This paper deals with the political and ideological disputes about the ownership of public space. It is based on literature review and empirical study on major disputes and trends that develop in Florianópolis. It is organized into two chapters. The first concerns the theoretical study of the subject: the urban question, the right to the city and public space. Shows up as the urban question is an expression of the social question, the result of the contradiction between capital and labor, and hence an open field of political and ideological struggle for public social policies that serve the interests of the community. Later, grounds the relationship between urban issues and urban policy, demonstrating how the dispute over the use of urban public spaces can extend the realization of the right to the city, allowing the construction of an own hegemony on the part of the subaltern classes. In the second chapter of the paper presents the analysis of the study results, questioning the locations selected as the experiences of the space race, and having thereafter, the main political and ideological trends over the urban public space in Florianópolis. The analysis of the sources of research was conducted in mediation with the theoretical developed during the first chapter.

**Key-words:** political and ideological disputes, right to the city, construction of hegemony.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACI: Área Comunitária Institucional

ATE: Área Turística Exclusiva

AVL: Área Verde de Lazer

AMOCAM: Associação de Moradores do Campeche

AMOCOP: Associação de Moradores da Costeira do Pirajubaé

CARMOCRIS: Conselho das Associações de Moradores do Monte Cristo

COHAB: Companhia de Habitação Popular

DEM: Partido Democratas

FLORAM: Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

IPUF: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

MCQV: Movimento Campeche por Qualidade de Vida

NESSOP: Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular

ONG: Organização Não-Governamental

OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PACUCA: Parque Cultural do Campeche

PMF: Prefeitura Municipal de Florianópolis

PSD: Partido Social Democrático

PT: Partido dos Trabalhadores

SISNAMA: Sistema Nacional do Meio Ambiente

SMDU: Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

SPU: Superintendência do Patrimônio da União

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização das áreas estudadas.....	36
Figura 2 - Ponta do Coral.....	37
Figura 3 - Parque da Luz.....	41
Figura 4 - Aterro da Via Expressa Sul.....	44
Figura 5 - Praça da Costeira do Pirajubaé.....	48
Figura 6 - Área destinada ao projeto do PACUCA.....	52
Figura 7 - Terreno do campo de aviação do Campeche.....	53
Figura 8 - Mobilização pelo PACUCA no Campeche.....	55
Figura 9 - Área do Monte Cristo.....	57

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 A QUESTÃO URBANA, O DIREITO À CIDADE E O ESPAÇO PÚBLICO .....</b>	<b>20</b>
1.1 QUESTÃO SOCIAL, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM DISPUTA.....	20
1.2 QUESTÃO URBANA E POLÍTICA URBANA: O ESPAÇO PÚBLICO COMO POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DO DIREITO À CIDADE .....	25
<b>2 AS DISPUTAS ATUAIS PELO ESPAÇO PÚBLICO URBANO EM FLORIANÓPOLIS.....</b>	<b>34</b>
2.1 PROBLEMATIZANDO OS ESPAÇOS EM EVIDÊNCIA .....	36
2.2 PONTA DO CORAL .....	37
2.3 PARQUE DA LUZ .....	41
2.4 ATERRO DA VIA EXPRESSA SUL.....	44
2.4.1 A PRAÇA DA COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ .....	48
2.5 PARQUE CULTURAL DO CAMPECHE – PACUCA .....	52
2.6 PARQUE COMUNITÁRIO DO MONTE CRISTO.....	57
2.7 A CONQUISTA POR ESPAÇOS PÚBLICOS: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DE SONHOS.....	61
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>73</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>81</b>
APÊNDICE 1: TABELA SÍNTESE DAS FONTES DE PESQUISA .....	81
APÊNDICE 2: REFERÊNCIAS ÀS FONTES DE PESQUISA .....	84
APÊNDICE 3: NOTAS DE ENTREVISTAS .....	86
APÊNDICE 4: MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO PARA ENTREVISTAS .....	93
<b>ANEXOS .....</b>	<b>94</b>
ANEXO 1: PROJETO DO PARQUE COMUNITÁRIO DO MONTE CRISTO .....	94

## INTRODUÇÃO

A problemática urbana tem tomado um lugar relevante nas discussões políticas atuais, visto que a preocupação com o tema tem sido cada vez mais alvo de intervenções e objeto de discurso recorrente do poder público e de diversos setores da sociedade civil, dentre movimentos sociais, intelectuais, grupos econômicos e outros.

A partir deste processo, se torna necessário desenvolver como a questão urbana se insere no âmbito da relação entre capital e trabalho<sup>1</sup>. Assim, é fundamental que a produção teórica em Serviço Social, como um campo fértil para a discussão sobre os direitos e as políticas sociais, se aproprie do tema trazendo contribuições ao desenvolvimento de pesquisas sobre a questão urbana e seus desdobramentos derivados da questão social.

O recorte realizado para a elaboração do presente trabalho está relacionado à disputa pela apropriação dos espaços públicos urbanos como possibilidade da realização do direito à cidade e à construção de uma hegemonia própria das classes subalternas referente a esta questão. Pensando em contribuir com o desenvolvimento de estudos que avancem nesta direção, foram priorizadas aqui análises sobre como se estabelecem as disputas, as correlações de forças sociais e as necessidades de elaborações teóricas que embasem uma prática coerente e determinada pelo entendimento de processos históricos contraditórios.

Justifica-se também a importância do tema com a aprovação do Estatuto das Cidades, aprovado pela Lei Federal 10.257 de 2001, que veio respaldar os mecanismos de participação popular na discussão do espaço urbano.

Neste sentido, Florianópolis é um exemplo importante a ser estudado, dada a possibilidade de observação de diversas disputas políticas e ideológicas em torno dos espaços

---

<sup>1</sup> Por contradição entre capital e trabalho, entende-se a exploração da força de trabalho para a acumulação privada de capital, através da extração de mais-valia, conceito desenvolvido por Marx, referente à quantidade de trabalho não pago apropriado pelo empregador e que faz com que a força de trabalho seja fonte de acumulação de riqueza. Segundo Marx, “o segundo período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não apresenta para ele nenhum valor. Gera a mais-valia, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada” (MARX, 2010, p.253).



públicos urbanos. O trabalho se propõe, então, a um recorte da questão urbana, referente às tendências políticas e ideológicas da apropriação do espaço em Florianópolis.

A partir de um estudo teórico como base de sustentação do trabalho, são apresentadas e debatidas cinco experiências concretas que se estabelecem na cidade e permitem demonstrar as disputas atuais pelo espaço público urbano. São elas: (1) Ponta do Coral; (2) Parque da Luz; (3) Aterro da Via Expressa Sul e Praça da Costeira do Pirajubaé; (4) Parque Cultural do Campeche - PACUCA; e (5) Parque Comunitário do Monte Cristo. Assim, a aproximação com a realidade localizada na cidade de Florianópolis se constituiu como a base empírica para o aprofundamento da teoria estudada.

Conforme afirmado por Evangelista (2012, p. 5),

Se compreendemos a empiria como “gestada” na história, como manifestação da consciência humana na história, e se a tomamos como passível de conhecimento pelo sujeito histórico podemos considerar que conhecê-la é conhecer a própria consciência do homem. Pelo seu conhecimento é possível articular outras formas de consciência. Em síntese, expressam vida, conflitos, litígios, interesses, projetos políticos – história. Na efervescência dessas determinações se encontram pesquisador, documento e teoria.

O trabalho tem como objetivo geral identificar as principais tendências políticas e ideológicas resultantes das correlações de forças relativas à apropriação do espaço público urbano em Florianópolis, no período de gestão da última prefeitura municipal (2008 a 2012), a partir das visões do poder público e da sociedade civil presentes na cidade.

Para isso, o estudo realiza a leitura dessas concepções ideológicas e políticas a partir de uma seleção de dados – a qual será descrita mais adiante –, analisando como ocorre o processo de correlação de forças entre Estado e movimentos sociocomunitários/ entidades e organizações da sociedade civil.

Para a realização deste estudo, foi tomada como abordagem a teoria marxista. Considera-se que a sociedade capitalista tem como base de sustentação a contradição entre capital e trabalho e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Este processo é amplamente explicitado por Marx em sua vasta obra, na segunda metade do século XIX. Para além de uma análise temporal da sociedade da época, a leitura científica marxista é essencial para o entendimento de como se dá a dinâmica da sociedade capitalista e seu processo de produção,

sendo necessário entender as transformações ocorridas desde então e buscar constantemente a compreensão da realidade que se coloca de maneira dinâmica e contraditória.

A escolha por esta perspectiva teórica considera a necessidade de explicação da realidade concreta, a coerência do método e sua perspectiva revolucionária, trazendo à luz a necessidade de pensar estratégias em todos os âmbitos para a transformação da lógica capitalista. Diversos autores como o próprio Marx, Gramsci, Harvey, Santos, Correa, Marini, Maricato, Netto e Yamamoto, entre tantos outros, são utilizados aqui como referências teóricas dando continuidade ao pensamento marxista, com a elaboração de teorias, conceitos e categorias consideradas importantes para seguir o desvendamento do objeto de pesquisa.

Ainda que neste trabalho, em nível de graduação, a busca de reflexão a partir do método marxiano se revele com lacunas e análises que mereceriam maior aprofundamento, nos aventuramos por este caminho por considerar que também em nossa formação isso ocorre através de “aproximações sucessivas” e terá continuidade no decorrer do processo formativo.

Neste sentido, ao analisar o processo de apreensão da realidade, Gramsci (1978, p. 247) alerta para a unidade entre realidade e sua representação conceitual, quando afirma que

Se é necessário, no perene fluir dos acontecimentos, fixar conceitos, sem os quais a realidade não poderia ser compreendida, deve-se também – aliás, é imprescindível – fixar e recordar que a realidade em movimento e conceito da realidade, se podem ser logicamente distinguidos, devem ser concebidos historicamente como unidade inseparável.

Assim, o método crítico-dialético significa que o conhecimento produzido deve expressar uma representação do concreto, em um movimento histórico contraditório. A partir do objeto destacado, o método visa, portanto, refletir criticamente sobre a realidade social nas cidades e, particularmente, sobre as disputas que se desenvolvem em relação ao espaço público urbano de Florianópolis.

O estudo leva em consideração que o trabalho científico deve se propor a um processo de investigação que busque a essência da realidade, para além da aparência dos fatos estudados. Isto significa indagar o que está por trás dos discursos e quais os reais interesses estabelecidos na correlação de forças sociais. Kosik (2002, p. 18) reforça esta ideia quando afirma que “o

conhecimento se realiza como separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna, e com isso, o caráter específico da coisa”.

No desenvolvimento da pesquisa utilizou-se a análise dialético-materialista também por considerar sua perspectiva de classe e estar fundada na categoria de totalidade. Conforme afirma Kosik (2002, p. 44),

na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo.

Neste sentido, Richardson e Wainwright (1999) reforçam a importância de uma metodologia ligada ao método crítico-dialético. “A aplicação da lógica dialética permite-nos reconhecer a especificidade histórica e a construção social dos fenômenos existentes, para que nós possamos agir conscientemente para transformação e satisfação de nossas necessidades”.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se desenvolve nos seguintes momentos:

- (1) Levantamento bibliográfico referente ao tema tratado.
- (2) Levantamento e seleção documental acerca das disputas que evidenciam as tendências da apropriação dos espaços públicos urbanos de Florianópolis, tanto no âmbito do poder público como dos movimentos sociais. O recorte temporal estabelecido foi o período 2008-2012.
- (3) Levantamento, identificação e realização de entrevistas com militantes dos movimentos sócio-comunitários que residem nos espaços estudados, com objetivo de complementar as informações obtidas durante o levantamento documental.
- (4) Análise dos dados e materiais e desenvolvimento do trabalho.

Para o levantamento documental foi necessário estabelecer um critério para a seleção das fontes de pesquisa. Foram feitas pesquisas na internet sobre *espaços públicos* de Florianópolis. Muitas informações surgiram, e foi necessário criar critérios para filtrar as que possibilitariam a análise do objeto do trabalho. De 80 materiais pré-selecionados, dentre eles matérias, reportagens e publicações retiradas de jornais, blogs e sites, além de artigos e projetos, foram selecionados como fontes de pesquisa definitivas apenas 32, levando em conta a definição dos espaços públicos que seriam estudados (ver Apêndice 1). Após definidos os locais, foram realizadas três entrevistas com objetivo de complementar as informações obtidas, totalizando 35 fontes de pesquisa utilizadas. Esta definição considerou a afirmação de Evangelista (2012, p. 9), onde “a riqueza de uma pesquisa é dada não apenas pela quantidade de fontes, mas pela amplitude do diálogo que o sujeito é capaz de produzir entre diferentes fontes e delas com a história, com a realidade”.

Para estabelecer a seleção dos locais a serem estudados como experiências concretas foram determinados dois critérios: (1) a existência de disputas políticas e ideológicas visíveis em torno daqueles espaços, isto é, se existem visões contrapostas quanto aos fins que devem ser dados para os espaços; (2) a quantidade de informações publicadas sobre os referidos locais.

A justificativa de escolha da Ponta do Coral ocorreu devido ao conhecimento pessoal prévio sobre a situação do local, tendo tido proximidade com os movimentos sociais engajados nas lutas referentes àquele espaço. Além disso, é uma experiência bastante relevante quanto às concepções de uso do espaço urbano, visto que a disputa entre o grupo representante do capital imobiliário e os movimentos sociais é explícita, obrigando o poder público a posicionar-se nesta correlação de forças. Todo o material necessário foi encontrado em pesquisas na internet, já que os projetos, tanto dos movimentos quanto do grupo econômico, estavam disponíveis publicamente.

Quanto ao Parque da Luz, havia o conhecimento prévio sobre sua existência geográfica, sendo priorizada, então, a busca por disputas que possivelmente existiriam no local. Com a pesquisa de notícias e artigos na internet, foi confirmada a relevância das disputas que se estabeleciam ali para o estudo geral, posto que foram encontradas visões tanto do movimento social quanto da prefeitura acerca do local.

A escolha pelo Aterro da via expressa sul e a Praça instalada na Costeira do Pirajubaé foi uma surpresa descoberta no decorrer da pesquisa. Com uma das publicações encontradas, que mencionava que esta era a maior praça da cidade, houve um aprofundamento direcionado a descobrir se o espaço era mantido pela prefeitura, quais os impactos de sua instalação no bairro, etc. Assim, foi constatada a necessidade de informações relativas à visão dos movimentos sociais, visto que todos os materiais encontrados até então apontavam somente a visão do poder público. Dessa forma, foi estabelecido contato com a associação de moradores do bairro e marcada visita ao local e uma entrevista com dois de seus membros.

Quanto ao Parque Cultural do Campeche – PACUCA, o processo foi parecido com o anterior. No portal *online* da prefeitura foi localizado o anteprojeto de lei do Plano Diretor 2012 da cidade. Lá constava o projeto do PACUCA, mas as informações eram bastante limitadas. Assim, dando continuidade à pesquisa, foram encontrados diversos materiais apontando diferentes visões sobre a utilização do espaço pensado como terreno para o parque. Para complementar as informações obtidas, foi marcada entrevista com uma moradora militante de movimentos sociais do bairro.

Por fim, quanto ao Parque Comunitário do Monte Cristo, não havia nenhum projeto dos movimentos sociais acessível publicamente. No entanto, algumas notícias encontradas com depoimentos do poder público em favor do parque, fizeram com que surgisse uma curiosidade fundamental para o desenvolvimento da pesquisa: o projeto apresentado pelo poder público surgiu de uma proposta dos movimentos sociais ou foi iniciativa própria? Para responder a esta questão, foi necessário entrar em contato com morador membro do conselho comunitário do bairro. Seu contato telefônico foi disponibilizado pelo Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP). Foi marcada uma entrevista, que agregou informações deveras importantes para a análise das disputas presentes em relação àquele espaço.

Quanto ao período temporal selecionado, foi importante retomar o objetivo do trabalho. Deveriam ser apresentadas as disputas atuais pelo espaço, e, portanto, seria necessário manter-se a um período próximo. Para isso, foi selecionado o período de gestão da última prefeitura de Florianópolis – 2008 a 2012. Dessa forma, a pesquisa se manteve na busca por materiais publicados nos últimos quatro anos.

Após ter todo o material em mãos, foi necessário sistematizar os dados. Para a realização desta fase levou-se em conta a contribuição de Evangelista (2012, p. 8), em que “pressupondo-se que os documentos – incompletos e imperfeitos – estejam em mãos do pesquisador – nos limites que a história impõe para sua localização e acesso – tem início sua ‘inquirição’ para entender-se quando, como, por quem e por que foram produzidos”.

Para facilitar o processo de sistematização foi construída uma tabela contendo a síntese das fontes de pesquisa (ver apêndice 1). Os pontos levantados foram: o número de identificação da fonte de pesquisa utilizada; a natureza do material (reportagem de jornal, matéria em mídia alternativa, publicação em *site* ou *blog* de movimentos sociais, publicação em portal oficial da Prefeitura, projeto ou entrevista); data de divulgação; espaço público em questão; visão representada (do poder público, do movimento social ou demais setores da sociedade civil como ONG’s, universidades ou grupos econômicos); e a síntese do conteúdo dos materiais. Neste último ponto foi feito um apanhado das informações mais relevantes de cada fonte de pesquisa, isto é, as concepções referentes ao uso do espaço público. Desta maneira, foi possível uma visualização mais rápida das disputas apresentadas. De qualquer forma, os materiais na íntegra estão resguardados em acervo pessoal e disponíveis nas referências demarcadas nos apêndices deste trabalho (ver apêndice 2).

O papel dos intelectuais deve ser, segundo Evangelista (2012, p. 7),

encontrar o sentido dos documentos e com eles construir conhecimentos que permitam não apenas o entendimento da fonte, mas dos projetos históricos ali presentes e das perspectivas que – não raro obliteradas no texto – estão em litígio e em disputa pelo conceito, pelo que define o mundo, pelo que constitui a história. Podemos afirmar que trabalhar com documentos significa aceder à história, à consciência do homem e às suas possibilidades de transformação.

O trabalho está organizado em dois capítulos. O primeiro diz respeito ao estudo teórico do tema: a questão urbana, o direito à cidade e o espaço público. Neste capítulo demonstra-se como a questão urbana é uma expressão da questão social, fruto da contradição entre capital e trabalho, e por isso um campo aberto de disputa política e ideológica por políticas sociais públicas que atendam aos interesses da coletividade, ou seja, de todos. Posteriormente, faz um resgate conceitual e fundamenta a relação entre questão urbana e política urbana, demonstrando como a utilização dos espaços públicos urbanos pode ampliar a realização do direito à cidade.

No segundo capítulo do trabalho apresenta-se a análise dos resultados do estudo, problematizando os locais selecionados como experiências de disputa do espaço, e apresentando, a partir daí, as principais disputas atuais pelo espaço público urbano em Florianópolis. A análise das fontes de pesquisa foi realizada na mediação constante com o aporte teórico desenvolvido durante o primeiro capítulo.

Por fim, o último capítulo traz as considerações finais a respeito do desenvolvimento do trabalho, os aprendizados e desafios, além de algumas recomendações para futuros estudos.

# 1 A QUESTÃO URBANA, O DIREITO À CIDADE E O ESPAÇO PÚBLICO

## 1.1 QUESTÃO SOCIAL, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM DISPUTA

A sociedade atual apresenta diversas problemáticas que demandam análises da realidade bem fundamentadas para sua superação. Procurando responder a essas questões, inúmeros autores discutem, definem e problematizam a questão social e suas mais variadas expressões.

Conforme Iamamoto (2004, p. 17),

a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado [...] e expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal.

Dentre os aspectos da questão social – educação, saúde, meio ambiente, relações de trabalho, questão agrária, questão urbana – cabe ressaltar que, ainda que cada um destes aspectos tenha suas particularidades dentro de seus contextos específicos, todos advêm de um mesmo determinante: o modo de produção capitalista e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

O capitalismo, por se caracterizar como um sistema baseado na contradição entre capital e trabalho, precisa criar processos de renovação contantes para manter e aumentar a exploração da força de trabalho e garantir o aumento dos lucros<sup>2</sup>. A inserção dos atores que objetivam esta relação no processo de produção estabelece a organização e divisão da sociedade em classes sociais, com diferentes níveis de acesso ao que é produzido coletivamente. Este processo tem como consequência uma série de desigualdades e contradições sociais.

---

<sup>2</sup> A partir da década de 1970, observa-se um destes momentos em que, para superar a crise econômica que se apresentava, o capitalismo instaurou uma reestruturação produtiva que visava justamente recuperar os lucros através de uma exploração ainda maior sobre a classe trabalhadora, com efeitos objetivos sobre o mundo do trabalho, como redução de salários, aumento de jornadas, polivalência e flexibilização, tudo isto concomitante à inserção de valores da ideologia dominante, como os conceitos de trabalhador “colaborador” e “empresa família” (CESAR, 1998). Paralelamente a isso, a mundialização do capital trouxe consigo o que é denominado de financeirização do capital, um processo baseado na especulação financeira, na movimentação do dinheiro que deixa de circular pelas ruas e passa a se concentrar em títulos, ações, juros, terras ou imóveis improdutivos (IAMAMOTO, 2009).



Tais desigualdades ou expressões da questão social demandam do Estado uma intervenção no estabelecimento de *direitos sociais* para a reprodução da vida social e da força de trabalho, ao mesmo tempo em que este – o Estado – é requisitado a organizar o ciclo do capital, através de mecanismos políticos e econômicos (NETTO, 1992).

Para Marx e Engels (2007, p.33), “os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’”, isto é, precisam ter acesso às condições objetivas de sobrevivência, como comida, moradia, vestuário, etc. Nesta afirmação, compreende-se a importância dos direitos sociais para a reprodução da vida.

Se tomada a concepção de cidadania como embate pelo respeito aos direitos civis, políticos e sociais (IAMAMOTO, 2009), é fundamental estabelecer como se dá o acesso aos direitos na sociedade atual.

O Estado brasileiro prevê, constitucionalmente, a suposta garantia destes direitos. No entanto, sua implementação efetiva, assim como os avanços legais que ainda se fazem necessários, dependem da correlação de forças sociais e da luta por parte de setores organizados das classes subalternas, ou todos aqueles que não possuem meios de produção e, portanto, tem seus direitos desfalcados em alguns ou em todos os âmbitos.

Caso contrário, os direitos sociais, outrora conquistados pelos movimentos democráticos, são desmontados pela imposição do capital ao Estado, ao passo que este toma ações intervencionistas em relação à economia, e minimiza o gasto com as políticas sociais, evidenciando a expressão “Estado mínimo para o social e máximo para o capital” (NETTO, 1993). Este processo se acentua a partir da crise do capital iniciada nos anos 1970, seguindo com diversas nuances nas décadas posteriores. Desde então, desmontam-se os direitos nos países centrais no âmbito do *Welfare State*, e nos países periféricos são priorizadas as políticas focalizadas de cunho assistencial com objetivo de regulação da miséria, em detrimento às políticas de caráter universal.

Ademais, não existem direitos sociais sem políticas públicas que os concretizem (PEREIRA, 2009), e a implementação dos direitos através das políticas deve ser prioridade do Estado.

Iamamoto (2004, p.22, p.25) reforça esta ideia quando diz que “pensar a defesa dos direitos requer afirmar a primazia do Estado na condução das políticas públicas, [...] pois ainda que seja um Estado de classe, dispõe de uma dimensão pública, que expressa a luta pelos interesses da coletividade”.

A autora Potyara Pereira (2009, p. 15) define a política social como um processo complexo e multideterminado,

de forma encadeada, um amplo espectro que abarca princípios, leis, direitos, justiça, administração, ações planejadas, relações conflituosas, prestação de serviços, financiamento, investimentos, gastos, regulação social, sem falar de ideologias, teorias, métodos e conteúdos discordantes.

Segundo Pereira (2009), a política social é uma espécie de política pública. Esta, por sua vez, não é uma referência exclusiva ao Estado, visto que tem como pressuposto as necessidades coletivas, totalizantes e universais, e deve, portanto, ser controlada pelos cidadãos. Pereira (2009, p. 174) segue dizendo que “toda política pública compromete sim o Estado, na garantia de direitos; mas compromete também a sociedade na defesa da institucionalidade legal e integridade dessa política”.

Este conflito constante de interesses no campo das políticas sociais não tem um único resultado possível, com benefícios para apenas um dos lados da disputa concreta, mas pelo contrário, pode atender ao objetivo de satisfazer as necessidades humanas, bem como aos interesses do capital de ampliar os lucros e legitimar as elites no poder (PEREIRA, 2009).

O processo de mediação<sup>3</sup> das relações sociais realizado pelo Estado para a manutenção da reprodução da vida social, por intermédio das políticas sociais, cria possibilidades de *disputas ideológicas e políticas*. É demasiado importante conhecer e aprofundar como se dão estas disputas nas diversas áreas de realização das políticas, visto que são aquelas as principais definidoras das conquistas de direitos.

A resistência por parte das classes subalternas, que lutam para a construção de uma contra-hegemonia, a partir da disputa do que Gramsci caracteriza como aparelhos privados de

---

<sup>3</sup> David Harvey (2006, p. 88), em sua obra “A produção capitalista do espaço”, traz uma análise importante referente à ambigüidade do Estado na mediação entre interesses de classe.

hegemonia – igreja, escola, sindicato, mídia – denota fundamental importância para as conquistas de direitos sociais e para o avanço de um pensamento e uma prática críticos a lógica atual.

Essa resistência se dá no âmbito da sociedade civil<sup>4</sup>, “espaço onde se organizam os interesses em confronto, [...] onde se tornam conscientes os conflitos e contradições. Em Gramsci, a sociedade civil é um momento da superestrutura ideológico-política” (SIMIONATTO, 2004, p. 68). Isto significa afirmar que a produção de ideologias se desenvolve na sociedade civil.

Dentro deste contexto, é possível inferir como as disputas políticas e ideológicas se conformam de acordo com as concepções de mundo, crenças ou ideologias contrapostas, que não se desvinculam da base material, mas se estabelecem no âmbito da superestrutura. No prefácio da obra *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx (1983, p. 24) traz um importante subsídio referente à conceituação de estrutura econômica e superestrutura:

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.

Ao retomar a obra de Gramsci (1999, p. 98), entende-se que as ideologias são concepções de mundo que se manifestam na vida individual e coletiva. A ideologia dominante, na ausência de uma ideologia própria das classes subalternas, é incorporada por estas através do senso comum, tendo como objetivo sustentar a dominação de classe que mantém a base econômica e a dinâmica capitalista.

A classe dominante consegue impor a sua ideologia porque, em primeiro lugar, detém a posse do Estado e dos principais instrumentos hegemônicos [...]; e, em segundo, possui o poder econômico que representa uma grande força no seio da sociedade civil, pois, além de controlar a produção e distribuição dos bens econômicos, organiza e distribui as ideias (SIMIONATTO, 2004, p. 80).

---

<sup>4</sup> A teoria gramsciana pressupõe o Estado composto por sociedade política – os que governam, e sociedade civil, sendo este espaço de conflitos entre diferentes classes e forças sociais (SIMIONATTO, 2004).

Dessa forma, é essencial que sejam desenvolvidas ideias autônomas por parte das classes subalternas, num processo de construção de hegemonia<sup>5</sup>, proporcionando sua inserção em uma disputa ideológica e política a favor de políticas sociais que satisfaçam suas necessidades e interesses coletivos.

---

<sup>5</sup> Segundo Martins e Neves (2010, p. 24), “o conceito de hegemonia na acepção gramsciana designa um complexo processo de relações vinculadas ao exercício do poder nas sociedades de classes, que se materializa a partir de uma concepção de mundo e da prática política de uma classe ou fração de classe. O exercício da hegemonia é, para Gramsci (1999), sempre uma relação pedagógica que busca subordinar em termos morais e intelectuais grupos sociais inteiros por meio da persuasão e da educação”.

## 1.2 QUESTÃO URBANA E POLÍTICA URBANA: O ESPAÇO PÚBLICO COMO POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

O surgimento da questão urbana – sendo esta, uma expressão da questão social – é congruente ao desenvolvimento das cidades capitalistas e ao acirramento de suas contradições. Conforme explicitado por Rolnik (1994), a cidade se conforma devido à necessidade de gestão da produção coletiva dos meios de vida.

A cabo do processo de surgimento das cidades, o modo de produção capitalista exige a centralização do capital. Esta centralização e o próprio processo de acumulação do capital demandam cada vez mais trabalhadores num mesmo espaço, além da necessidade de concentrar o mercado consumidor (LEFEBVRE, 1991).

No entanto, apesar de haver uma concentração populacional no espaço urbano, a segregação socioespacial é evidente em seu interior, pois

o Estado exerce a função de provedor de implantação de serviços públicos, tais como o sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, coleta de lixo, etc; mas seu desempenho espacial é desigual, tendo uma ação marcada pelos interesses de diferentes membros da sociedade de classes, tendendo a privilegiar os interesses de segmentos da classe dominante, com o objetivo de criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista. Assim, o Estado cria mecanismos que levam à segregação espacial e social (CORREA apud RODRIGUES, 2008, p. 24).

Explicitando como a desigualdade social produz a desigualdade espacial, a população pobre<sup>6</sup> é levada às periferias da cidade, morros, encostas e/ou locais com pouca infra-estrutura que a mantém distanciada e com pouco ou nenhum acesso aos serviços públicos. Para Carlos (2007, p. 28), “o produto espacial expressa as contradições que estão na base de uma sociedade de classes e manifesta a segregação decorrente das formas de apropriação da terra que têm sua lógica no desenvolvimento desigual das relações sociais”.

---

<sup>6</sup> Quanto à constituição da pobreza no espaço urbano, Menegat afirma que “esse corpo social, espacialmente definido no interior da cidade, é predominantemente formado pelos excluídos, parcial ou totalmente, não apenas das fontes de emprego e renda, mas também das formas legais de acesso à propriedade do solo e do acesso pleno e universal às redes de serviços públicos considerados imprescindíveis à reprodução da vida nas cidades tais como: transporte, saúde, educação, água, saneamento, pavimentação, iluminação e lazer” (MENEGAT, 2008, p.278)

A reprodução do espaço se concretiza com todas as desigualdades, tornando-se ele próprio objeto de acumulação de capital, com a mercantilização do solo através da via financeira/especulativa. Fernandes (2005, p. 218) ressalta a constituição da moradia e do acesso à cidade enquanto mercadorias quando afirma que “impondo a reestruturação produtiva como meio para enfrentar a necessidade de aumento da rentabilidade do capital, esse processo estende seus impactos à organização da produção do espaço”.

A partir deste processo, se torna necessário desenvolver como a questão urbana se insere como consequência da relação entre capital e trabalho, visto que a preocupação com o tema tem sido cada vez mais alvo de intervenções e objeto de discurso recorrente do poder público e de diversos setores da sociedade civil, dentre movimentos sociais, intelectuais, grupos econômicos e outros.

Segundo Corrêa (2003, p.55), “a organização espacial é expressão da produção material do homem”. Isso significa que as relações sociais que se criam e se desenvolvem historicamente determinam a configuração do espaço, além de estabelecer novas relações, num processo dialético, isto é, em um movimento histórico contraditório.

Para Milton Santos (1977, p. 81),

se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não escreve fora do espaço, e não há sociedade aespacial. O espaço, ele mesmo, é social.

No Brasil, a partir do final da década de 1960, com a inversão demográfica do campo para a cidade, a questão urbana passou a ganhar cada vez mais centralidade, na medida em que a população se concentrava no espaço urbano. Anibal Quijano (1978, p. 52), ao analisar a urbanização latino-americana, sintetiza este processo de inversão populacional quando diz que

a marginalização da população rural encontra uma saída na migração para as cidades e áreas onde a economia urbana está em expansão e, nessas áreas, só pode encontrar condições restritivas do mercado de trabalho e do mercado em geral e, é de novo marginalizada, e desta vez, definitivamente.

Segundo dados do IBGE (Censo 2010), 84% da população brasileira vive em zonas urbanas. Embora este seja um dado importante para a análise das condições de vida dos brasileiros, ainda se faz necessário questionar quais suas implicações sociais, econômicas e culturais para a população que habita as cidades.

As desigualdades e contradições sociais se expressam com relevância nos grandes centros urbanos – e, conforme Menegat (2008), também nas cidades médias brasileiras – tais quais: falta de habitações levando ao aparecimento de cortiços e favelas, saturação das vias de tráfego, insuficiência dos serviços urbanos públicos básicos como água encanada e tratamento de esgoto, falta de vagas nas escolas, de leitos hospitalares, etc. Há também um aumento do desemprego, da violência, da poluição do meio ambiente (SINGER, 1998).

Neste sentido, entende-se que grande parte das demandas sociais se desenvolve nas cidades. Assim, configura-se a política urbana, a política pública que deve responder às questões que vão surgindo no contexto urbano referentes ao acesso à cidade, em sua totalidade, como os direitos à habitação e uso do solo, saneamento básico, mobilidade urbana, utilização dos espaços públicos, acesso à cultura e ao lazer. Conforme Ramos (2002, p. 137), “as políticas urbanas incidem sobre o espaço, imprimindo sua marca na configuração territorial e social”.

Milton Santos (1996, p. 113) faz um apontamento fundamental quanto à relação entre a questão social e a questão urbana na construção da política urbana, quando diz que

nessas condições, cada solução se impõe como um problema. Melhorar uma via pública significa aumentar também a possibilidade de implantação ou melhoria no transporte público e criar uma valorização que acabará por expulsar daquela vizinhança os mais pobres. Instalar um novo serviço público (água, esgoto, eletricidade) acaba por ter o mesmo resultado, pelas mesmas razões. E a necessidade (nova) de pagar por esses mesmos serviços pesa sobre orçamentos reduzidos e apressa o processo de expulsão. Todo melhoramento numa área pobre faz dela um teatro de um conflito de interesses com as classes médias em expansão, para não falar das classes altas. [...] É um equívoco pensar que os problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social. É esta que comanda e não o contrário.

Ao pensar sobre o Estado como condutor das políticas públicas, considera-se essencial que este promova a política urbana, viabilizando o direito à cidade para a população, “na qualidade de agente principal do financiamento, distribuição social e espacial, na produção e gestão dos equipamentos e serviços coletivos” (ICASURIAGA, 2008, p.187).

Para tal concretização, se faz necessária a mobilização de setores das classes subalternas em torno da exigência de que o Estado atenda aos seus interesses, uma vez que a interferência deste na questão urbana tende a beneficiar o capital e seus representantes de classe. Neste contexto, Icasuriaga (2008, p.187) afirma que

as intervenções do Estado no urbano são realizadas através de diferentes instrumentos de planificação, de normatização jurídicos, financeiros e de operações reais no espaço da cidade. Todos eles precisam ser analisados principalmente levando-se em consideração os efeitos que acarretam na vida de seus habitantes e ainda diferenciando os impactos que essas intervenções tem sobre as diferentes classes e grupos sociais.

Cabe ressaltar que a política urbana deve ser pensada de acordo com as construções históricas específicas brasileiras, respondendo às necessidades sociais atuais, conforme explicitado por Carlos (2007, p. 32):

Refletir, hoje, sobre a cidade no Brasil significa pensá-la enquanto materialização do processo de “urbanização dependente”, em que as contradições emergem de modo mais gritante, e a acumulação da riqueza que caminha *paripassu* com a miséria, leva a um tipo de reivindicação diferenciada, se comparada àquelas emergentes nos países ditos desenvolvidos.

A caracterização do Brasil enquanto país dependente no processo da divisão internacional do trabalho se deve ao processo histórico específico que constituiu o povo e a nação brasileiros<sup>7</sup>. Menegat (2008, p. 277) afirma que “na constituição, nestes séculos, de inumeráveis deserdados, formados por descendentes de índios e africanos que foram excluídos do emprego formal e, indissociavelmente, das formas legais de ocupação do território, encontra-se a gênese da questão social no Brasil”.

Isto se evidencia quando são discutidas políticas urbanas focalizadas na criação de infraestrutura para comunidades carentes, por exemplo. Este tema se mantém como uma importante

---

<sup>7</sup> Conforme definido por Ruy Mauro Marini em sua obra *Dialética da dependência*, “a dependência é entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2000, p.109). Um dos aspectos centrais da teoria marxista da dependência é a super-exploração do trabalho nos países periféricos ou dependentes (MARINI, 2000, ver seção 3). Isto significa que, para a manutenção da taxa de lucro das burguesias nacionais associadas ao capital estrangeiro, há uma dupla expropriação da força de trabalho sobre a classe trabalhadora, evidenciando ainda mais os níveis de desigualdade social e pobreza.



polêmica tanto no meio político como entre os intelectuais que se dedicam ao debate da questão urbana atual.

No que se refere às recomendações do Banco Mundial e da ONU (através do programa UN-Habitat) para as políticas urbanas dos países periféricos, concentrados principalmente na América Latina, África e parte da Ásia, o foco tem sido a urbanização de favelas em detrimento à destinação de verba prévia para programas de construção de habitação para a população sem renda mínima (DAVIS, 2006).

Já nos países centrais ou desenvolvidos, este tipo de preocupação não é prioridade visto que o acúmulo de direitos nestas nações se configurou historicamente de forma bastante diferente. “Aqui ainda se trava uma árdua luta por condições mínimas de vida, por direitos básicos já amplamente conquistados naqueles países” (CARLOS, 2007, p.33).

A autora Ermínia Maricato faz um resgate necessário da política urbana no Brasil, e ressalta a importância dos movimentos sociais urbanos neste processo, tendo tido conquistas fundamentais para a população das cidades, ainda que com diversas limitações. Entretanto, um novo patamar na luta política foi alcançado no decorrer das correlações de forças presentes na disputa do espaço urbano.

Os movimentos urbano e operário inauguraram uma nova forma de fazer política no Brasil a partir da segunda metade dos anos de 1970 reivindicando espaço na cena política. De modo inédito e após muito acúmulo, os movimentos urbanos construíram uma entidade nacional em 1987 – o Fórum Nacional de Reforma Urbana – que buscou superar as reivindicações pontuais e específicas e propor uma agenda unificada para as cidades (MARICATO, 2011, p. 100).

Diante disto, foram se constituindo diversas mudanças no cenário urbano, com experiências inovadoras nos governos municipais<sup>8</sup>, um fortalecimento da discussão referente às políticas de regulação urbana e ao direito à cidade, culminando em conquistas legais importantes presentes na Constituição Federal de 1988 e regulamentadas em 2001 com o Estatuto da Cidade,

---

<sup>8</sup> Experiências inovadoras foram constatadas, como: “urbanização de favelas, requalificação de áreas degradadas, regularização urbanística e fundiária, assistência jurídica gratuita e novas formas de segurança na posse do imóvel, construções individuais ou coletivas com assistência técnica de arquitetos e engenheiros, abertura de canais participativos na gestão urbana, prevenção e recuperação de áreas de risco geotécnico, esgoto condominial, componentes pré-fabricados de argamassa armada para infraestrutura ou equipamentos coletivos, novas técnicas de urbanização de córregos a céu aberto, e, especialmente a perseguição a um novo arcabouço legal de planejamento urbano que inclui operações urbanas e zoneamentos especiais com finalidade social” (MARICATO, 2011, p.101).

a obrigação da construção dos Planos Diretores Participativos municipais, além da criação do Ministério das Cidades em 2003.

No entanto, a pressão constante pela implementação da legislação através das políticas urbanas deve estar no âmbito de atuação dos movimentos de forma permanente. Maricato faz uma ressalva quando menciona que “os movimentos sociais devem lutar por novos marcos jurídicos, mas devem considerar que isto está muito longe de assegurar conquistas reais” (MARICATO, 2011, p.95).

Ainda de acordo com Maricato (2011), foi possível observar, durante o governo Lula, o auge e o declínio dos movimentos progressistas da cidade. Isto se deve em certa medida, segundo a autora, à cooptação das lideranças<sup>9</sup> dos conselhos e conferências relacionados à militância urbana, passando pelo atendimento do governo às demandas de seus movimentos específicos, mas não à construção de uma política universalista.

Por este motivo, para a manutenção dos direitos conquistados e o avanço na luta política urbana, torna-se imprescindível fazer e refazer análises de conjuntura, dos atores sociais e das correlações de forças. É claro que concessões do Estado devem ser reconhecidas e conquistas devem ser comemoradas, mas sem retirar-se do âmbito da coerência, fiscalização, proposição e pressão política.

A afirmativa de que os problemas das cidades só serão resolvidos quando extinta a lógica capitalista e suas condições materiais de existência não deve ser tomada de forma absoluta, pois, neste caso, pode levar à inércia e à falta de perspectivas (MARICATO, 2011). A luta por políticas públicas urbanas e contra a mercantilização da cidade é fundamental, inclusive para a construção de uma hegemonia própria das classes subalternas que possibilite sua organização e mobilização pela transformação social mais ampla e necessária.

O papel dos intelectuais orgânicos, num vínculo com o projeto das classes subalternas, precisa ser exaltado se considerada a importância de pensar e intervir na realidade em que se inserem, numa verdadeira unidade entre teoria e prática. Martins e Neves (2010, p.28) reforçam

---

<sup>9</sup> Este processo de cooptação das lideranças dos movimentos sociais se estendeu a diversas áreas, tendo sido uma característica política do governo Lula, como podemos ver em DRUCK, 2006.

esta ideia quando dizem que “diferentemente do senso comum, que destaca a dimensão de vanguarda dos intelectuais, Gramsci alertava para a importância político-ideológica da difusão de verdades já conhecidas, na criação e consolidação de hegemonias”.

Nesse sentido, Maricato (2011, p.161), de maneira inspiradora, afirma que

não há como não reconhecer a dignidade e a importância de jovens que nadam contra a corrente sem se entregar à relação profissional mercantil e se dedicam a ampliar o direito à cidade, quando isso é possível, tanto no poder público quanto nas assessorias dos movimentos sociais.

Ao pensar o direito à cidade, é importante resgatar Lefebvre (1991, p. 117), autor de grande referência quanto a este tema. Para ele, o direito à cidade “só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” e as necessidades da vida urbana não condizem somente ao que é material, do valor de troca, mas da troca advinda de encontros e relações.

A cidade é obra dos homens em suas condições históricas, espaço de produção e reprodução dos seres humanos e, segundo Lefebvre (1991) deve ser pensada a partir de seu valor de uso, e não como um produto material. Para ele, a cidade é construída por relações sociais, ao passo que produz novas relações, é “uma mediação entre as mediações” (idem, p. 46). Dessa forma, o homem deve ter a cidade como espaço de reprodução da vida, com o acesso necessário às condições para o seu desenvolvimento enquanto ser social.

Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, num ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo sua ignorância de entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual (SANTOS, 1998, p. 61).

Conforme evidenciado por Menegat (2008, p.276),

Consideramos que a análise dos conflitos em torno da propriedade do território tornou-se chave para a explicação da atual configuração da realidade social. Trata-se de diagnosticar a existência de disputas, entre as classes sociais, por um lugar na divisão do território em propriedades e não apenas de disputas por um lugar na divisão social do trabalho. Em outras palavras, a compreensão da realidade social – da totalidade social –, exige a análise dos sujeitos e das relações de produção historicamente estruturadas, mas, também, e, indissociavelmente, a relação destes com as formas de apropriação do território que encerram as lutas por cidadania e o direito de viver na cidade.

Neste contexto de disputa e apropriação do território, um aspecto a ser ressaltado é a utilização dos espaços públicos, e as possibilidades de intervenção a partir daí. Espaços que possibilitem o convívio, o encontro, a organização comunitária, o acesso à cultura e às atividades esportivas, enfim, que conformem de fato a vivência da cidade. O espaço expressa muito mais que o espaço físico em si; representa um sonho, uma expectativa de sociabilidade de uma comunidade.

A vivência na cidade pode se concretizar na vida cotidiana, não sendo necessários centros de lazer como única forma para que a população desfrute do lazer (LEFEBVRE, 1991). Por essa razão, espaços públicos inseridos e distribuídos no meio urbano podem conformar o direito à cidade no cotidiano, nas ruas, nas praças, nos locais por onde as pessoas circulam e param para tomar um café ou apenas para uma conversa. “O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 1991, p.135).

Segundo o autor português Miguel Silva Graça (2012, p. 4),

a rua não é mais um local, mas apenas uma ligação. É reconhecida pelas suas capacidades de trânsito de pessoas e automóveis, e não pelo facto de proporcionar um ambiente urbano favorável à interação social.

Isto significa dizer que os espaços públicos devem ser espaços de interação social e de domínio público, caso contrário, perdem o sentido de existir. É necessário entender que este – a cidade – é um espaço público, e que deve ser utilizado de acordo com as necessidades da população, fazendo valer seu valor de uso, e não seu valor de troca.

Quando Iamamoto (2009, p.1) diz que “a luta pela afirmação dos direitos é hoje também uma luta contra o capital”, pode-se traçar um paralelo e afirmar que a luta pelo direito à cidade é também uma luta contra o capital imobiliário, pois este tem seus representantes imersos materialmente na disputa pelo espaço urbano, contrapondo a perspectiva de políticas públicas que ampliem o acesso à cidade para seus habitantes como um todo, e especialmente à população de baixa renda que não possui condições financeiras de pagar para frequentar espaços (de convivência, culturais, de lazer ou esportes) privados.

As políticas de acesso à cidade estão no âmbito de atuação do poder público, por isso deve-se questionar em que medida isto vem sendo priorizado. Para tal tarefa, propõe-se conhecer as relações existentes na cidade de Florianópolis entre a disputa dos espaços públicos e o acesso à cidade, a partir das análises dos seis locais selecionados: Ponta do Coral, Parque da Luz, Aterro da Expressa Sul/Praça da Costeira do Pirajubaé, Parque Cultural do Campeche e Parque Comunitário do Monte Cristo. O próximo capítulo terá como foco, então, as disputas político-ideológicas em torno do espaço urbano nestes espaços públicos de Florianópolis.

## 2 AS DISPUTAS ATUAIS PELO ESPAÇO PÚBLICO URBANO EM FLORIANÓPOLIS

Florianópolis se constitui como uma cidade conhecida por sua beleza, atraindo turistas e migrantes de diversas regiões. Grandes empreendimentos hoteleiros e imobiliários demonstram interesse constante em construir no solo da ilha, com os argumentos de que trazem empregos e desenvolvimento para o local. No entanto, apenas uma pequena parcela da população usufrui de fato deste tipo de negócio. Os espaços públicos da cidade se tornam mercadorias, e a população, especialmente a de baixa renda, não tem chances de aproveitar e vivenciar a beleza existente em Florianópolis.

O discurso publicitário traduz em signos a mais perfeita representação do ideal do bem viver e do prazer. Se, de um lado, isto faz parte do “marketing da cidade” e da essência da ação publicitária (produzir desejos e necessidades), por outro projeta-se no imaginário coletivo social uma representação de cidade (e induz a um projeto de cidade) que acentua um “ethos” de cidade turística, cidade do lazer: “O melhor lugar do mundo é aqui”. Nesse discurso do “mercado”, Florianópolis transforma-se no “Paraíso internacional”, na “Ilha da magia”, na “capital turística do MERCOSUL” e recentemente, na capital de melhor qualidade de vida do Brasil (FANTIN, 2000, p. 72).

A partir deste processo, surgem algumas propostas e alternativas que merecem atenção e uma compreensão mais profunda, por se tratarem de contraposições à lógica da cidade enquanto mercadoria. Para evidenciar esta questão, serão trabalhadas algumas situações específicas atuais, a partir das seguintes experiências: (1) Ponta do Coral; (2) Parque da Luz; (3) Aterro da expressa sul e praça da Costeira do Pirajubaé; (4) Parque Cultural do Campeche; e (5) Parque Comunitário do Monte Cristo.

Em relação a cada uma das áreas estudadas, serão apresentados os diferentes projetos e interesses relacionados para que se possa ter uma visão geral da disputa do espaço na cidade e das possibilidades de organização da sociedade civil em torno da defesa de espaços públicos para a população.

A partir da análise dos dados, é possível identificar diversas visões em relação à ocupação do espaço urbano, tanto por parte da sociedade civil, quanto por parte do poder público. Ambas as concepções são permeadas por questões ideológicas e políticas, e por isso se faz necessário uma análise das propostas apresentadas pelos grupos em evidência,

com objetivo de apresentar seus contra-sensos e resultados na correlação de forças na cidade.

As fontes pesquisadas explicitam posições que ora confluem, ora divergem quanto à exigência pela ampliação de espaços públicos e por um planejamento urbano voltado às necessidades da população. O discurso do poder público não nega a importância deste tema, porém, conforme apontado por Chauí (1981), é essencial para a análise de um discurso ideológico que se desdobrem suas contradições. Isto quer dizer que o discurso deve ser analisado em seu contexto e construção históricos, verificando como se dá sua mediação com a realidade.

O discurso ideológico é aquele que pretende fazer coincidir as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, com a imagem da classe dominante (CHAUÍ, 1981, p. 3).

Neste sentido, os itens seguintes procuram expor os dados e problematizar as experiências selecionadas, explicitando as contradições identificadas na relação entre as concepções.





## 2.2 PONTA DO CORAL

Figura 2. Ponta do Coral



Fonte: ECOCHANNEL, 2013.

A Ponta do Coral é uma área localizada na parte central da ilha de Florianópolis, e juntamente com as Pontas do Lessa e do Goulart, compõe a região denominada 3 Pontas. O uso do terreno já passou por empresas, abrigo de menores, sede da Fundação Catarinense de Bem-Estar do Menor e pela Marinha. A área foi vendida para iniciativa privada nos anos 1980, e atualmente pertence à Nova Próspera Mineradora S/A, encontrando-se bastante degradada<sup>10</sup>. Conforme lei aprovada na Câmara em 2005, seu zoneamento foi alterado de Área Verde de Lazer (AVL) para Área Turística Exclusiva (ATE), permitindo a construção de empreendimentos imobiliários/turísticos.

Desde a década de 1970, setores da população de Florianópolis se mobilizam para que a área seja um espaço público de lazer. De acordo com o parecer do vereador Mauro Passos (PT) em 2000, “a decisão de vender a área da Ponta do Coral em 1980, foi um

---

<sup>10</sup> É interessante ressaltar que o abandono de áreas públicas muitas vezes torna-se a desculpa ideológica para sua respectiva privatização.

grande equívoco do Governo do Estado da época, que assim agiu apesar dos protestos gerais” (MOVIMENTO PELA CRIAÇÃO DO PARQUE CULTURAL DAS 3 PONTAS, 2012c).

Diversas polêmicas se estabelecem na disputa sobre a utilização e os fins para a área da Ponta do Coral. Um projeto da construtora catarinense HANTEI Engenharia propõe a construção de um grande empreendimento hoteleiro, denominado Parque Hotel Marina Ponta do Coral:

O Parque Hotel Marina - Ponta do Coral envolve uma série de equipamentos, destacando-se: um grande parque de acesso e uso público, contendo ciclovia, anfiteatro, nove praças e academias ao ar livre, hotel, centro de convenções e marina. [...] Como objetivo principal, o empreendimento terá um complexo hoteleiro, prevendo-se uma edificação de 9 mil metros quadrados em solo e com altura de 91,78 metros. Será composto por quatro pavimentos, que irão abrigar um espaço gastronômico e comercial, 16 pavimentos de unidades hoteleiras, ático e heliponto. Para o hotel, serão construídos 661 apartamentos, com 1.322 leitos. Seguindo padrão internacional de qualidade hoteleira, o complexo terá selo “5 estrelas”. Para a área comercial, serão disponibilizadas 51 lojas de apoio. O empreendimento também contará com amplo estacionamento para cerca de 1.000 vagas. [...] Relacionado às diretrizes que normatizam as formas de uso do solo, estabelecidas no atual Plano Diretor de Florianópolis, o espaço Ponta do Coral é classificado como Área Turística Exclusiva-2 e Área de Incentivo à Hotelaria (MPB SANEAMENTO, 2012).

É interessante analisar minuciosamente o projeto da construtora para aquela área (MPB SANEAMENTO, 2012). O relatório de Estudo de Impacto Ambiental requisitado como critério para a concessão de alvará para a construção pode ser visualizado no site da empresa<sup>11</sup>. É interessante observar, inclusive, que a legislação referente à necessidade da construção deste estudo não exige que o mesmo seja elaborado por órgãos públicos, mas deixa que as próprias empresas contratem outras empresas que sejam responsáveis pelo relatório.

Dessa forma, um relatório que deveria ser entregue com a finalidade de apontar as possibilidades ambientais, sociais, econômicas e culturais de implementação dos projetos, acaba por ser um instrumento de marketing do empreendimento. O mais interessante é o

---

<sup>11</sup> Documento em PDF. Disponível em: <[http://www.hantei.com.br/Relatorio\\_de\\_Impacto\\_Ambiental.pdf](http://www.hantei.com.br/Relatorio_de_Impacto_Ambiental.pdf)>. Acesso em: 15. jan 2012.

caráter ideológico do projeto, visto que, com a pressão dos movimentos sociais contra a construção do hotel, a empresa foi obrigada a incorporar o discurso de projeto sustentável, da área pública, dentre outras adjetivações que buscam camuflar seu objetivo central: o lucro.

Diversos movimentos e entidades da sociedade civil se organizaram e marcaram posição contra a mercantilização do espaço urbano e o impacto ambiental e, em um exercício de construção de contra-hegemonia, o Movimento pelo Parque Cultural das 3 Pontas elaborou um projeto próprio para o local, estabelecendo um dissenso com relação ao empreendimento da construtora Hantei, a partir da organização de debates, atos, mobilizações, cartas e outras atividades que chamavam atenção para a disputa que se estabelecia.

Defendemos a Ponta do Coral de uso 100% Público e a criação do Parque Cultural das 3 Pontas, que irá gerar emprego e renda, focado na promoção dos serviços de apoio ao turismo ecológico, esporte, lazer, cultura, artesanato, maricultura e pesca, corredor gastronômico, observação de flora e fauna, de acordo com a vocação natural e cultural da ilha (PORTAL DESACATO, 2012c).

Segundo entrevista realizada em 2012 com membro do Movimento Campeche por Qualidade de Vida (MCQV) e militante pela Reforma Urbana em Florianópolis,

*Com relação ao Parque das 3 pontas, a idéia não é somente proporcionar uma área de lazer, mas permitir que a área seja apropriada pela comunidade. Com o aterro proposto pela Hantei, o mangue se extingue, retirando a vida do local. A idéia do projeto do parque é que os pescadores possam realizar passeios de barco no mangue, numa proposta de geração de renda e turismo comunitário, se diferenciando do turismo de especulação (MORADORA MEMBRO DO MCQV).*

A disputa política em torno da Ponta do Coral foi ainda alvo de debates e discursos distintos durante a campanha eleitoral municipal de 2012. Com a pressão e visibilidade por parte dos movimentos, os candidatos foram obrigados a se posicionar. O prefeito eleito Cesar Souza Júnior (PSD), garantiu que não há condições de viabilizar uma obra do porte proposto pela Hantei naquela região. O argumento principal é de que deixaria o trânsito da cidade ainda pior, conforme declarado durante a campanha:

Eu sou favorável a hotel, sou favorável a centro turístico, sou favorável a marina, mas agora 22 andares naquele ponto ali da Ponta do Coral. Já está estrangulado. Mais estacionamento para 1.000 automóveis, mais shopping naquela área,

simplesmente ali não dá. Eu sou contra naquele lugar. Porque todo mundo sabe que o trânsito pára ali. Vindo para cá agora, eu fiquei parado naquele lugar. É onde o trânsito trava. (JORNAL G1 SANTA CATARINA, 2012b).

A gestão municipal da época, por outro lado, expressa pelo prefeito Dario Berger e mais diretamente pelo secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMDU), se posicionou a favor do empreendimento e, por conseguinte, foram alvos de repúdio pelos movimentos, como se pode observar com a seguinte declaração de uma carta aberta à população assinada por diversas entidades:

Existem outras possibilidades de ocupação mais racional e sustentável para aquela área, mas não existe vontade política dos agentes públicos, vereadores e prefeito, e estes usam de suas funções públicas para serem despachantes de luxo dos interesses da Hantei e de um setor corrupto do capital especulativo imobiliário. [...] O secretário José Carlos Rauhen, ao fazer defesa escrachada do interesse da Hantei e de seus projetos, não deixou o Diretor da empresa dar as explicações diante da população catarinense, que ficou pasma achando que ele era o empreendedor (PORTAL DESACATO, 2012c).

Outro fato interessante que pode evidenciar a defesa do interesse imobiliário por parte da prefeitura foi a liberação concedida pelo governo do estado para obra na Ponta do Coral, em agosto de 2012, e a liberação de alvará pela prefeitura para a construção, em dezembro de 2012, a apenas 15 dias do fim daquele mandato (JORNAL NOTÍCIAS DO DIA, 2012c; JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, 2012c).

Até o presente momento, a disputa em torno deste espaço urbano não apresenta resultados definitivos. No entanto, o projeto da construtora permanece como página inicial de seu portal *online*, e os movimentos continuam atentos para as possíveis ações da nova gestão eleita.

## 2.3 PARQUE DA LUZ

Figura 3. Parque da Luz



Fonte: FLORIANÓPOLIS/SC, 2013b.

O Parque da Luz se localiza na região central de Florianópolis e, segundo Marcos (2009), após a inauguração da ponte Hercílio Luz em 1926, passou a ser considerada uma área nobre. No entanto, com o fechamento da ponte na década de 1990, houve um esvaziamento do local e uma perda de investimentos públicos. Uma ONG se responsabilizou por manter a área e lutou contra sua privatização e a especulação imobiliária.

Em 1999, após um longo período de mobilizações da comunidade local e em parceria com o então vereador Mauro Passos – proponente do projeto de lei na Câmara – a área foi transformada em parque. Passos declarou que

o mérito do projeto é da sociedade organizada. Foram anos de mobilização, atos, eventos, até chegar a um abaixo-assinado com mais de 10 mil assinaturas. Tudo isso só foi possível com muita seriedade e dedicação de um grupo de pessoas que passou a se chamar "Amigos do Parque da Luz". [...] Em 8 de dezembro de 1999, o sonho de milhares de pessoas que se envolveram com o Parque da Luz se tornou realidade. Os vereadores, na sessão daquele dia, aprovaram por

unanimidade o PLC 051/99, que transformava a área em parque (JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, 2012b)

Desde então, a Associação continua reivindicando a manutenção e revitalização do parque. Foi possível observar em uma matéria publicada no *site* de uma OSCIP, no ano de 2008, a afirmação de que não havia investimentos do poder público em relação às praças e parques. As iniciativas partiam da sociedade, com moradores que buscavam mudar o cenário onde viviam. Um dos exemplos utilizados foi o Parque da Luz, que se mantinha com as contribuições da Associação de Amigos do Parque da Luz (FLORIPA AMANHÃ, 2012c).

Em 2011, de acordo com os dados pesquisados, a FLORAM realizou atividades para a manutenção do parque. Observa-se que em julho daquele ano, a própria equipe da FLORAM foi responsável pelo trabalho de poda, capina e roçada, obtendo aprovação da associação de moradores, conforme declarado pelo seu então presidente: “A FLORAM passou a ser parceira deste projeto de recuperação e daqui pra frente, não irão faltar esforços para transformar este local num ambiente turístico e de lazer diário” (FLORIANÓPOLIS, 2012a).

No entanto, já em dezembro do mesmo ano, os serviços de instalação do playground, lixeiras e cadeiras para o Parque da Luz foram cumprimentos do Termo de Compromisso de Responsabilidade e Ajuste de Conduta assinado pela empresa Tríplice Engenharia e FLORAM, assim como a reforma do campo de futebol, realizada em setembro do ano seguinte – 2012 –, também fruto de *compensação ambiental* pela empresa ACCR Construções (FLORIANÓPOLIS, 2012b; FLORIANÓPOLIS, 2012e).

Conforme explicitado pelo advogado Antonio Pedro (PEDRO, 2012, p. 1),

Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta é o ato jurídico pelo qual a pessoa, reconhecendo implicitamente que sua conduta ofende ou pode ofender interesse difuso ou coletivo, assume o compromisso de eliminar a ofensa ou o risco através da adequação de seu comportamento às exigências legais, mediante a formalização de termo com força de título executivo extrajudicial

O Termo pode ser utilizado, ainda,

como instrumento de mediação e solução de conflitos de interesses de natureza difusa, em especial os de caráter ambiental, compreendendo que a dinâmica

econômica e social, muitas vezes, não é acompanhada pela estrutura administrativa posta pelo Poder Público, havendo demanda excedente que nem sempre se resolve com a aplicação fria do texto da lei (PEDRO, 2012, p. 3).

E, por fim, o autor conclui que

o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental é um valioso instrumento de que devem se valer os interessados em atender a exigências legais de ordem ambiental, mitigar ou remediar danos iminentes ou causados ao meio ou mesmo solucionar ou prevenir conflitos de ordem ambiental que afetem o licenciamento de atividades ou sua continuidade. [...] Outra vantagem importante é que se evita o desgaste da imagem da empresa, assim como desafoga o judiciário, que já se encontra sobrecarregado (PEDRO, 2012, p. 6).

A devida compreensão jurídica é importante para a análise da atuação do poder público quanto à prioridade em relação à manutenção dos espaços públicos urbanos. A partir de parcerias público-privadas, pode-se constatar que há um acordo entre as partes em que “todos saem ganhando”. A empresa/construtora, que supostamente comete um crime ambiental, é punida com o compromisso de uma compensação ao realizar serviços de reforma e instalação de infra-estrutura que fortalecem sua imagem de empresa cidadã e que, paralelamente, deveriam estar no âmbito de ações da prefeitura.

Objetivamente, a empresa não é julgada pelo crime que cometeu, e não há o “desgaste de sua imagem, desafogando ainda o poder judiciário”, segundo as palavras citadas anteriormente. Ao mesmo tempo, ao passar a responsabilidade para as empresas, a prefeitura se isenta do gasto com a manutenção do parque e abdica de um processo penal, com o qual seria possível obter uma indenização que ampliasse a receita municipal. Assim, mantém sua neutralidade ideologicamente forjada perante as classes subalternas.

Harvey (2006, p. 86) afirma que

o relacionamento entre interesses de classe economicamente concebidos e o Estado enquanto entidade política se torna especialmente nebuloso, o que, naturalmente, é vantajoso, pois é muito mais fácil para o Estado manter a aparência de árbitro neutro entre todos os interesses

Neste sentido, este pode ser utilizado como mais um fato que permite demonstrar a tendência política e ideológica do poder público em beneficiar o capital imobiliário, ao passo que atende aos interesses de uma determinada comunidade reafirmando o vínculo estatal com o setor empresarial.



## 2.4 ATERRO DA VIA EXPRESSA SUL

Figura 4. Aterro da Via Expressa Sul



Fonte: BELA SANTA CATARINA, 2013.

O aterro da via expressa sul, é uma área bastante grande – 1,2 milhão de metros quadrados – que situa-se na região centroeste de Florianópolis, entre o centro e o sul da ilha, e acompanha todo o bairro da Costeira do Pirajubaé. Conforme Trindade (2000), o processo de ocupação populacional da Costeira se deu pela expansão do bairro vizinho Saco dos Limões, a partir da década de 1960. Por ser uma encosta de morro, o bairro era composto somente por uma avenida principal (Av. Jorge Lacerda) e suas ruelas perpendiculares bastante íngremes, muitas das quais sem permissão para o trânsito de veículos.

Segundo depoimento de uma moradora entrevistada em novembro de 2012,

*quanto ao aterro, lembro que em 1996 a área estava sendo aterrada. Consideramos o aterro muito positivo. Era uma necessidade, foi um mal necessário. Digo mal porque perdeu-se a vista e o contato mais direto com o mar, tem a questão da natureza, e logo no início os pescadores foram prejudicados. Mas não tinha como continuar daquele jeito. Não tinha mais como todo o trânsito do sul da ilha continuar a passar pela Costeira. No*



*começo, foi dado um rancho para os pescadores, mas a passagem de canoa pelo canal não era fácil e eles não gostaram, mas depois foram feitas aquelas casinhas na beira do mar e agora está melhor (MORADORA MEMBRO DA AMOCOP).*

Ainda conforme depoimento em entrevista, a moradora mencionou que a instalação dos aparelhos comunitários no bairro – campo de futebol, praça, sede da associação de moradores – só foi possível devido ao espaço plano proporcionado neste processo, conforme se evidencia quando afirma que *“com a criação da praça, a vida da comunidade mudou. A Costeira era só morro, daí as crianças não tinham onde brincar, não tinha espaço plano”*.

O projeto da via expressa sul foi idealizado em 1972, as obras para o aterro tiveram início em 1996 e sua inauguração oficial se deu em 2004, ampliando a planície costeira. Este processo foi bastante polêmico, por causar diversos impactos ambientais e sociais para a população do bairro. Todavia, tais impactos não são objeto de estudo deste trabalho e por isso não serão aprofundados aqui.

A importância deste local como uma experiência relevante para tratar do uso do espaço público urbano se deve às disputas políticas referentes à área aterrada, que hoje é parte do bairro da Costeira e onde foi instalada a praça pública de lazer e esporte da Costeira do Pirajubaé.

Existem diversos projetos destinados à ocupação do solo nesta região, como o caso do Parque Viva Ciência, um projeto de extensão da UFSC para parte do aterro da expressa sul. Segundo os dados pesquisados, a universidade aguardava há mais de um ano resposta do IPUF para dar início às construções, mas o atual Plano Diretor determina o zoneamento como Área Verde de Lazer. Houve então uma solicitação à Câmara de Vereadores para a alteração de zoneamento do lote norte para Área Comunitária Institucional, o qual permitiria a realização da obra (JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, 2012d).

Durante a entrevista, quando questionada sobre a aceitação dos projetos pela comunidade, uma moradora respondeu positivamente e comentou que

*a UFSC já fez um calçadão por causa do projeto Parque Viva Ciência. Foram feitas reuniões na escola sobre projetos para o aterro, e a UFSC participava, além da UFECO, a AMOCOP, etc. Tinha um grupo gestor. A UFSC disse que não causaria impacto ambiental, a edificação seria toda de vidro (MORADORA MEMBRO DA AMOCOP).*

Há também um projeto para o aterro idealizado pela Liga das Escolas de Samba, a Cidade do Samba. “Está prevista a construção de um complexo turístico voltado à cultura, com atividades ao longo do ano” (JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, 2012d). Porém, quanto a este projeto, a moradora não reagiu de forma positiva, quando declarou que

*já o projeto Cidade do Samba não é bem aceito, a comunidade não quer devido ao barulho, e também porque os galpões tiram a vista e o impacto ambiental é grande. Um argumento utilizado é que vai gerar emprego, mas não dá pra pensar só nisso, tem que ter qualidade de vida. Sem prédios altos, com áreas públicas de lazer (MORADORA MEMBRO DA AMOCOP).*

Já o secretário de turismo da ex-gestão de Dário Berger aprovava a transferência da passarela Nego Quirido do centro para o aterro da via expressa sul. De acordo com os dados pesquisados, “na opinião do secretário, esses espaços são os mais rentáveis na questão do turismo para a Capital porque estão entre o aeroporto e a BR-101. “Temos que valorizar esse espaço que hoje é mal utilizado”, comentou” (JORNAL NOTÍCIAS DO DIA, 2012b).

É interessante observar como ocorrem os processos de alteração de zoneamento em Florianópolis. Como já observado com relação à experiência da Ponta do Coral, a legislação foi alterada pelo prefeito da época, permitindo a construção de um mega empreendimento hoteleiro. Entretanto, quando se trata de uma alteração para um projeto de extensão que poderá beneficiar a comunidade, a rapidez não é a mesma. E com relação a um projeto que pode valorizar uma área para a especulação, ainda que não aprovado pela comunidade local, o poder público, representado pelo secretário de turismo, se posiciona a favor.

O Plano Diretor da cidade deve regulamentar o desenvolvimento urbano e estabelecer normas de construção. Entretanto, conforme as fontes de pesquisa estudadas, o poder público cede às pressões do capital imobiliário e altera o zoneamento das áreas sem

respeito ao Plano vigente (PORTAL DESACATO, 2012a). Um dos documentos analisados para a presente pesquisa traz a seguinte afirmação em relação às alterações de zoneamento:

Não deve haver alteração de zoneamento enquanto não se decidir o plano diretor. Isso foi decisão das comunidades, das gentes que estão há mais de cinco anos discutindo o Plano Diretor. Mas quem diz que vereador representa o povo? Eles representam os interesses imobiliários, dos poderosos, dos ricos. E, surdos às gentes, aprovaram proposta do vereador Dalmo de Menezes de alterações na lei que limita o número de andares nos prédios do Cacupé, abolindo a decisão do povo que exigia a continuidade da regra dos dois pavimentos. Aprovaram ainda outra lei que altera zoneamento no Campeche, de autoria do vereador João Aurélio. E outro do Dalmo Menezes que incentiva a construção de *shopings* na cidade, e mais outros quatro projetos que também alteram o zoneamento de áreas no Saco Grande, Vargem Grande, Pântano do Sul e Centro, apresentados pelos vereadores Ricardo Vieira e Jaime Tonelo (PORTAL DESACATO, 2012a).

#### 2.4.1 A PRAÇA DA COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ

Figura 5. Praça da Costeira do Pirajubaé



Fonte: FLORIANÓPOLIS/SC, 2013a

A praça pública de lazer e esporte da Costeira do Pirajubaé era uma reivindicação antiga da comunidade do bairro e foi inaugurada em 2010. Conforme divulgado no portal da prefeitura, o então prefeito Dário Berger declarou que “nada mais justo do que, no aniversário da cidade, a população receber de presente uma estrutura como essa, que resgata a autoestima dos jovens e adultos que moram aqui” (FLORIANÓPOLIS, 2012d).

A presidente da AMOCOP também se pronunciou, com a seguinte declaração: “Nossa comunidade, especialmente os jovens e as crianças, necessitava de um espaço como esse. Hoje essa praça atende as diferentes classes sociais e as diferentes faixas etárias da comunidade da Costeira do Pirajubaé” (FLORIANÓPOLIS, 2012d).

Ainda no mesmo documento, o então governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, afirmou que a obra era mais um exemplo da importância da parceria entre o município e o governo estadual. É interessante ressaltar que 2010 foi ano de eleição para o governo do estado.

Mesmo que a iniciativa estivesse delineada com a campanha eleitoral daquele ano, não se pode deixar de admitir que esta concessão do poder público foi uma conquista importante do direito ao uso do espaço público urbano, embora o ex-prefeito tenha se referido a este direito como um “presente” da prefeitura para a comunidade.

Afinal, segundo Harvey (2006, p. 87), “a democracia burguesa sobrevive apenas com o consentimento da maioria dos governados”. O autor afirma ainda que “a ideologia proporciona um canal importante, e o poder estatal é, conseqüentemente, utilizado para influenciar a educação e para controlar, direta ou indiretamente, o fluxo de ideias e informações” (HARVEY, 2006, p. 87).

Apesar do ganho de um espaço para o lazer e organização comunitária, a disputa política pelo espaço continua, na medida em que a manutenção não é realizada pela prefeitura; a associação de moradores (AMOCOP) é responsável por tal tarefa. Conforme depoimento obtido na entrevista com as moradoras membros da associação, “*a verba da área de lazer foi cedida pelo governo do estado, mas a obra foi executada pela prefeitura. Fizeram a edificação, mas não dão recursos para a manutenção, que seria a segurança, os consertos, etc*”.

Quando questionada sobre a relação da prefeitura com a associação, uma das entrevistadas mencionou que

*o maior problema é que o poder público não interage com as associações comunitárias. Acho que a prefeitura deveria criar um departamento para que as associações levassem suas demandas, e tivesse profissionais capacitados para fazer bons projetos junto às comunidades, ajudar as entidades a criar seus próprios projetos, numa espécie de assessoria. Assim, a verba seria destinada à resolução dos problemas da comunidade. Nós somos voluntários, os projetos são para a comunidade. Não dá pra pagar uma empresa privada (dar 30% da verba, por exemplo) para a confecção dos projetos (MORADORA MEMBRO DA AMOCOP).*

É interessante notar o esforço da associação em manter a área, já que o espaço é freqüentado cotidianamente e bastante estimado pela população local. A captação de recursos para a manutenção vem de projetos e atividades realizados pela própria associação de moradores, como o aluguel do salão sede da AMOCOP para festas, segundo informações obtidas no decorrer da entrevista.

*Foram construídos na praça banheiros e um bar, mas ficam fechados pois não pode ter comércio em área pública, e se o bar funcionasse administrado por outros que não a prefeitura, não seria permitido. Por isso, o espaço existe mas não é utilizado. Já os banheiros não ficam abertos pois estragam. Se tivesse um posto policial, poderiam ficar abertos. O objetivo era ter um barzinho, e com isso ter um salário mensal para manter o espaço, cuidando já dos banheiros. Só depois de pronto descobrimos que não poderia, e daí ficou lá desse jeito (MORADORA MEBRO DA AMOCOP).*

Com as dificuldades financeiras para a manutenção, ainda são realizadas diversas requisições ao poder público, através de ofícios encaminhados aos órgãos competentes. No entanto, segundo as moradoras, guardadas as exceções, não há prioridade da prefeitura em manter o espaço.

Já com relação ao campo de futebol oficial, a moradora comentou que

*é auto-sustentável, paga as próprias despesas. Os times que jogam pagam uma mensalidade. Tem 7 times da comunidade da Costeira que podem jogar duas vezes por mês, e cada time paga R\$75,00 por jogo (o valor cobrado por jogo é de R\$150, ficando metade para cada time). Com isso, a AMOCOP paga a manutenção do campo: tratamento da grama, limpeza dos vestiários, iluminação, etc. Neste campo são realizados jogos do campeonato amador de Florianópolis, e tem times da Costeira na 2ª divisão. Isso tem uma boa repercussão na comunidade, dá visibilidade social. Por isso, como incentivo, para os jogos do campeonato não é cobrada nenhuma taxa (MORADORA MEBRO DA AMOCOP).*

Contudo, apesar do bom funcionamento da dinâmica estabelecida pela comunidade para o uso do campo, com a ação do poder público sobre a área não haveria necessidade de contribuição financeira individual para os jogos, constituindo o direito universal de utilização do espaço.

A Associação Ponte Preta Esporte Clube – organização da sociedade civil de utilidade pública –, popularmente conhecida como Esporte Clube Movidó, apresenta em seu portal *online* uma análise interessante sobre a questão dos espaços públicos para prática do esporte, inclusive na praça da Costeira, quando afirma que

*O esporte une as comunidades. Temos exemplos de muitos atletas profissionais que tiveram seus inícios nos famosos peneirões, realizados em campos de areia ou grama nos locais públicos, mas com o passar do tempo as coisas estão mudando nestes espaços públicos. No centro da capital, quem não se lembra das quadras no aterro da baía sul, que reunia pessoas de vários morros de Florianópolis para jogar nos finais de semana e realizar suas confraternizações nas quadras. [...] Com o crescimento populacional e as especulações imobiliárias*

avançando sobre os interesses das comunidades, estes espaços estão diminuindo gradativamente, e com isso algumas localidades ficando sem suas referidas áreas de lazer.

[...] Observem a praça de esporte da Costeira do Pirajubaé, que diariamente recebe dezenas de pessoas de outras localidades para prática de esporte. Sem contar a mudança da própria comunidade com a utilização do espaço, através dos seus trabalhos sociais, que esta mudando o bairro pra melhor.

[...] Faça parte desta campanha e se organize com sua associação ou amigos, coloque um adesivo ou faixa para chamar a atenção de nossos representantes políticos para este fato que esta ocorrendo em nossas comunidades. Somente juntos vamos poder mudar esta história (ASSOCIAÇÃO PONTE PRETA ESPORTE CLUBE, 2012).

Com isso, é possível observar que estes setores demonstram a percepção da disputa política em torno dos espaços públicos urbanos e a necessidade de organização social e comunitária para a exigência do direito à cidade perante o poder público.

## 2.5 PARQUE CULTURAL DO CAMPECHE – PACUCA

Figura 6. Área destinada ao projeto do PACUCA



Fonte: JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, 2013.

O Campeche é um bairro localizado na região sul da ilha de Florianópolis. Nele situa-se uma grande área pertencente à Aeronáutica, onde construiu-se um campo de aviação na década de 1920, marcado pela presença do avião Antoine de Saint-Exupéry, autor da famosa obra “O Pequeno Príncipe” que dá nome à principal avenida do bairro.

Entretanto, o campo de aviação está desativado desde a década de 1940, tornando-se um espaço público em disputa quanto a sua utilização, conforme evidenciado pelos dados pesquisados:

O campo de aviação do Campeche está no meio de uma disputa de interesses desde 1973, quando a venda de terrenos do Ministério da Aeronáutica foi autorizada por lei federal sancionada pelo presidente Médici (1969-1974). O campo, construído em 1927, quase foi comercializado duas vezes entre os anos 1990 e 2000, pelo 5º Comar (Comando Aéreo Regional), de acordo com documentos anexos a um inquérito civil público movido em 2002, pela procuradora da República Samantha Chantal Dobrowolski. Por trás da ideia de impedir a venda do terreno estava a comunidade local, que nunca desistiu de transformar o campo de aviação numa grande área de lazer (JORNAL NOTÍCIAS DO DIA, 2012e).

Há uma polêmica em relação ao desmembramento da área total do terreno, visto que diversos interesses estão em jogo em um espaço de grande importância para a cidade, como se pode observar a seguir.



De um lado, a comunidade luta pela instalação de um parque multicultural em 118.660 m<sup>2</sup> do antigo campo de aviação do Campeche, atualmente sob a administração da Secretaria do Patrimônio da União. De outro, o Comando da Aeronáutica analisa projetos de teor caráter social e histórico para os outros 211.923,51 m<sup>2</sup>, conforme informou a Base Área de Florianópolis. E uma terceira possibilidade, que englobaria toda área, é a proposta da coordenadora de projetos da Fapesc (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina) e pesquisadora do campo de aviação do Campeche, Mônica Cristina Corrêa. Ela almeja um grande parque, com demarcação das pistas de pouso da empresa pioneira na aviação comercial Aéropostale e centros tecnológicos na área de aviação. [...] O prefeito eleito Cesar Souza Júnior (PSD) declarou, por meio de assessoria de imprensa, apoio ao resgate da memória do Aeródromo (JORNAL NOTÍCIAS DO DIA, 2012a).

Figura 7. Terreno do campo de aviação do Campeche



Fonte: FLORIANÓPOLIS/SC, 2012c.

A população do Campeche é reconhecida por sua tradição de lutas. Muitos moradores se organizam em prol de um planejamento urbano com qualidade para a cidade e para o bairro, tendo construído inclusive um Plano Diretor alternativo próprio. O Movimento Campeche por Qualidade de Vida – MCQV, a Rádio Campeche e a Associação de Moradores do Campeche – AMOCAM, são exemplos de movimentos locais que se encontram nas principais discussões referentes ao direito à cidade em Florianópolis.

A AMOCAM, fundada em 1987, possui uma longa história de lutas e prossegue nos dias atuais. Conforme os estudos de Burgos (2007), a sociedade civil do Campeche tem se

posicionado na defesa do planejamento autônomo do espaço público, apresentando documentos ao governo, articulando-se a outros movimentos da região para interferir na ampliação da participação democrática nos diferentes espaços públicos, a exemplo do Fórum da Cidade.

Durante entrevista realizada em 2012 com militante do MCQV, moradora do Campeche, foi feito o questionamento sobre a existência de espaços públicos de uso comunitário no bairro. A resposta obtida foi que *“não tem praça ou qualquer lugar de lazer. O argumento do poder público é que a praia é o espaço de lazer da comunidade”* (MORADORA MEMBRO DO MCQV).

Ela mencionou ainda que houve um inchaço populacional no Campeche a partir da década de 1980, e que o bairro passou a agregar moradores que não procuravam vínculo com o estilo de vida alternativo até então predominante. *“Muitas pessoas que tem ido morar no bairro não tem interesse em viver o Campeche, moram em condomínios com áreas de lazer privadas, e por isso não se engajam nas lutas do bairro”* (MORADORA MEMBRO DO MCQV).

Ainda assim, o setor organizado da população nunca deixou de reivindicar um espaço público de lazer e organização comunitária. A população de 15.436 habitantes, de acordo com Censo 2010 (IBGE), faz do Campeche um dos maiores bairros de Florianópolis, o que parece fazer jus à demanda por um parque proporcional ao seu tamanho.

*Com relação ao PACUCA, já são 20 anos de debate. É uma área do governo federal, da base aérea. Já houve aprovação para construção do parque, mas é instável, pois dependendo da vontade do comandante responsável, mais ou menos espaço é cedido. Para a comunidade, o objetivo do parque é o lazer e a organização política. Seriam alocadas nesta área a Rádio Campeche, a AMOCAM, etc. (MORADORA MEMBRO DO MCQV).*

O projeto chegou a ser incorporado no anteprojeto de lei do Plano Diretor publicado no portal *online* da prefeitura em 2012, conforme descrito a seguir.

O Parque Cultural do Campeche consiste em desenvolver a viabilidade técnica, econômica e de gestão para o manejo do antigo campo de aviação pelo seu valor

histórico e cultural, como área de lazer público, sem corte pelo sistema viário, permitindo o desenvolvimento de um centro de cidadania através de uma operação urbana consorciada (FLORIANÓPOLIS, 2012c).

No entanto, de acordo com o depoimento da moradora, a prefeitura vem diminuindo cada vez mais a área estabelecida para o parque no projeto original elaborado pela comunidade. Segundo ela,

*a superintendente da Secretaria do Patrimônio da União foi convencida pela prefeitura a aceitar um projeto que coloca o posto de saúde na área reservada para o parque, que não fazia parte do projeto original. O posto é também uma necessidade da comunidade, mas foram oferecidos outros 52 locais tão bons quanto aquele. É ruim, porque descaracteriza o projeto (MORADORA MEMBRO DO MCQV).*

Ao prosseguir sua análise, a moradora chamou atenção para que a população procure enxergar justamente as tendências políticas e ideológicas presentes na essência da disputa por aquele espaço, ao declarar que

*o mais importante é ver o que está por trás disso. A proposta do poder público é ceder um pedacinho para a praça e deixar o resto da área para especulação imobiliária. A intenção é ir minando o lugar, até que se torne impossível a concretização do projeto. E assim, não teremos espaço para a organização comunitária como planejado. (MORADORA MEMBRO DO MCQV).*

Figura 8. Mobilização pelo PACUCA no Campeche



Fonte: COLETIVO UC DA ILHA, 2013.

Neste contexto, observa-se que os movimentos sociais do Campeche continuam presentes nas discussões referentes ao direito à cidade e seguem lutando por espaços públicos de lazer e organização comunitária. A disputa pela apropriação do espaço do campo de aviação está em aberto, e os movimento se mantém atento para as possíveis ações da prefeitura e para os resultados das disputas estabelecidas com o Plano Diretor.

## 2.6 PARQUE COMUNITÁRIO DO MONTE CRISTO

Figura 9. Área do Monte Cristo



Fonte: CIDADES E RECANTOS, 2013.

O Monte Cristo é um bairro localizado na região continental de Florianópolis, composto por nove comunidades, totalizando 28 mil habitantes, segundo o depoimento do morador membro do CARMOCRIS - Conselho das Associações de Moradores do Monte Cristo<sup>12</sup>.

As comunidades organizadas, a partir da necessidade de um espaço público de convívio para o bairro, elaboraram, juntamente com um grupo de arquitetos, um projeto de uma área de esporte, lazer, cultura e cidadania para a região do Monte Cristo. Conforme consta no projeto<sup>13</sup> de 2004,

Contando com a ampla participação de 9 comunidades do bairro Monte Cristo, através de suas lideranças, foi proposto, em meados de 2004, um parque

---

<sup>12</sup> Nove associações de moradores respectivas às nove comunidades do bairro Monte Cristo compõem o CARMOCRIS, sendo elas: Santa Terezinha 1, Santa Terezinha 2, Nova Esperança, Panorama, Promorar, Novo Horizonte, Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Monte Cristo. O Conselho faz uma reunião por mês, com objetivo de definir formas conjuntas de trabalho.

<sup>13</sup> O projeto citado não está disponível *online*. O CARMOCRIS possui apenas uma cópia impressa que transita pelos membros do Conselho de acordo com a diretoria eleita. A cópia utilizada como fonte deste trabalho foi disponibilizada pessoalmente pela atual presidente do CARMOCRIS, e encontra-se em anexo (ver Anexo 1).

comunitário para o bairro do Monte Cristo. O projeto, de autoria dos arquitetos Lino Peres, Arlis Buhl Peres e Cristiano Fontes de Oliveira, atende a uma antiga demanda ligada à área de lazer e cultura tão carente na região. Através da área esportiva aberta, quadras polivalentes, pista de skate, praça, passeios, ciclovias, percursos existentes e novos, instalação coberta (quadra esportiva, auditório, salas de aula, centro comunitário e ambientes de apoio), oficinas com ateliês e lojas, área arborizada e elementos referenciais, propomos qualificar um terreno que hoje se encontra abandonado. Com muita negociação e pressão, conseguiu-se do governador do estado cessão da área para a finalidade que apresentamos, em vez de sua privatização, com a instalação de um conjunto habitacional para a classe média. Essa proposta viabiliza, portanto, um projeto urbano, paisagístico e arquitetônico que busca traduzir as necessidades de uma população de 26 mil habitantes (PERES, PERES, OLIVEIRA, 2004).

Em 2008, o projeto de lei que previa a criação do Parque Metropolitano da Grande Florianópolis no Monte Cristo foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. A idéia, segundo o Floripa Amanhã (2012a), era evitar a venda da área de 22 mil m<sup>2</sup> pertencente à Companhia de Habitação de Santa Catarina (COHAB).

O objetivo é, posteriormente, criar o parque, gerando oportunidades aos moradores da região do bairro Monte Cristo, através de oficinas de educação, cultura e lazer. O compromisso do deputado Cesar Souza Júnior (DEM) é, primeiramente, garantir o terreno como área pública. “Nossa intenção é evitar, a todo custo, a venda dessa preciosa área. Em seguida, as forças se voltam para a implantação de um espaço público que vai gerar cidadania nos arredores do bairro Monte Cristo” (FLORIPA AMANHÃ, 2012a).

O pronunciamento do então deputado estadual Cesar Souza Junior volta a aparecer na mídia em abril de 2011, quando já exercia o cargo de secretário de Turismo, Cultura e Esportes de Florianópolis, conforme explicitado abaixo.

Um parque metropolitano com quadras poliesportivas, campo de futebol, espaço para vôlei de areia, uma quadra de tênis, um ginásio coberto e capacidade para atender cerca de 4 mil estudantes por semana será construído num terreno do Bairro Monte Cristo. [...] O secretário de Turismo, Cultura e Esportes, Cesar Souza Junior disse que, no momento, o parque metropolitano está em fase de projeto, e a expectativa é de começar os trabalhos no segundo semestre deste ano. [...] A intenção é fazer salas de aula para a área servir também para reforço escolar. Outra escolha foi investir em vários esportes, não somente nos mais populares. Haverá estrutura para atletismo modalidades de saltos, arremesso e lançamento (FLORIPA AMANHÃ, 2012b).

Após quatro anos, o projeto de 2004 teve respaldo e passou a ser divulgado pelo deputado, representante do poder público. No entanto, não houve uma referência aos movimentos sociais que de fato pensaram o projeto e fizeram com que chegasse ao poder público.

Três anos se passaram (2008 a 2011) sem ações ou resultados efetivos para a comunidade, até que, em novo cargo, o mesmo representante do poder público se pronuncia novamente em favor da criação da área de lazer. O projeto mencionado por ele já não era o mesmo pensado pelos movimentos sociais sete anos antes. O morador membro do Conselho das Associações de Moradores do Monte Cristo – CARMOCRIS, durante a entrevista realizada em 2012 declarou que

*o projeto original era para área de 21 mil m<sup>2</sup>, feito pelo Lino. Começou com uma audiência pública em 2008, César Souza ainda era deputado e propôs que o Guga Mais Futuro e o padre Wilson se responsabilizassem, mas houve três reuniões e não deu em nada. O segundo projeto foi feito pela arquiteta Sabrina Muller Espíndola, nem deixaram o Lino entrar. Foi uma falta de respeito.*

Ainda assim, conforme o compromisso assumido, as obras começaram e no segundo semestre de 2011, foi inaugurada a área de lazer prometida, só que extremamente reduzida em relação ao projeto – o segundo, já redimensionado. Foram instalados quadras de areia, um parquinho e a iluminação, mas ainda nem há previsão de quando será construída uma sede de reuniões para as associações. O CARMOCRIS é responsável pela manutenção do espaço existente.

*Para nós aqui do CARMOCRIS seria importante um espaço para organização das entidades. Atualmente, nos reunimos na escola América Dutra Machado. Houve uma mudança no projeto original, e este já está bem reduzido. Até agora, foram feitas 2 quadras de areia, um parquinho e iluminação. A própria comunidade plantou árvores que agora estão grandes. A área de concreto (centro multiuso) para as reuniões e os banheiros ainda não foram feitas. [...] Este novo projeto reduzido tem 1 ano, mas estamos há mais de 12 anos discutindo e reivindicando o parque (MORADOR MEMBRO DO CARMOCRIS).*

No decorrer da entrevista, o morador mencionou ainda que o novo prefeito César Souza Junior, eleito em novembro de 2012, não assumiu nenhuma das reivindicações do movimento durante a campanha, e nem compareceu no debate organizado no 1º turno das eleições. “O parque, o posto de saúde, a escola são necessidades da comunidade, mas é muito difícil com o poder público” (MORADOR MEMBRO DO CARMOCRIS).

*Eu estive por 4 anos no mandato da CARMOCRIS. Foram 4 anos lutando por isso. Conseguimos metade da área e não avançou mais. O projeto original era sonho do futuro nosso, mas não teve jeito. Acho que não tem mais chance de ser implementado. Metade da área foi cedida para o parque e a outra metade pro setor privado. Poderia acontecer isso pois a COHAB é área mista. Mas só pode*

*ter construção ali de escola, creche, só que do setor privado. Talvez agora com o prefeito sendo do mesmo partido do governo do estado, ainda dê pra lutar pela área toda novamente. Eles têm a facilidade de acabar com o sonho das pessoas (MORADOR MEMBRO DO CARMOCRIS).*

É possível notar aí a disparidade entre o discurso ideológico propagado pelo poder público e sua respectiva ação política. Além disso, observa-se também um período bastante espaçado de tempo entre as garantias conquistadas com a luta comunitária e suas implementações, ainda que parciais.

Por fim, a experiência desta comunidade é bastante importante para a observação do discurso ideológico estabelecido em uma disputa política pelo espaço público e pelo direito à cidade, reafirmando que “a história se constrói por relações sociais concretas e não por divergências discursivas” (MCNALLY apud EVANGELISTA, 2012, p. 3).



## 2.7 A CONQUISTA POR ESPAÇOS PÚBLICOS: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DE SONHOS

*“O sonho é a realização simbólica de um desejo concreto, uma necessidade real, uma tendência do existente”*

*Giorgio Baratta, As rosas e os cadernos.*

Os resultados das análises realizadas ao longo do estudo apontaram que em todas as áreas estudadas existem interesses diversos quanto ao seu uso e, portanto conformam-se disputas políticas relevantes. Tragtenberg (2004, p. 12), ao discorrer sobre a universidade enquanto instituição, afirma que

[...] Não é uma instituição neutra; é uma instituição de classe, onde as contradições de classe aparecem. Para obscurecer esses fatores ela desenvolve uma ideologia do saber neutro, científico, a neutralidade cultural e o mito de um saber "objetivo", acima das contradições sociais.

Neste contexto, procurando romper com a ideologia da neutralidade da ciência, as análises realizadas aqui partem da premissa de que a conquista por espaços públicos e pelo direito à cidade são resultado de complexos processos de lutas por parte dos movimentos sociais. No entanto, os sonhos das comunidades quanto à apropriação do espaço urbano muitas vezes são destruídos pelo poder público, conforme declarado por um dos entrevistados durante a pesquisa. Assim, pretende-se debater aqui esta relação entre os sonhos e suas possibilidades de concretização.

O trabalho em desenvolvimento pertence a um dado momento da história da produção de um conhecimento específico. O que ele continua? O que ele propõe? O que põe em debate? Em que vai contribuir? Essas são questões que pertencem ao horizonte das possibilidades da teoria. Se acreditamos que é aberta, que deriva de uma sucessão de hipóteses explicativas, que os conceitos não são estáticos, que esse movimento se opera sobre o real para permitir que ele seja apropriado pelo pensamento e como tal conceitualizado e tornado conhecimento, podemos concluir que ela só pode ocorrer como processo histórico que permite a apreensão do mundo e a consciência das inúmeras possibilidades que nele estão inscritas e que essa mesma teoria tem as condições para indicar saídas, soluções para as dramáticas condições da existência humana (EVANGELISTA, 2012, p.14).

Existem setores que de fato apresentam concepções distintas e às vezes opostas de como o espaço deve ser apropriado. Assim, houve o esforço de sistematizar as visões do

poder público municipal e dos movimentos sociais e comunitários, passando também pelos interesses dos grupos econômicos representantes do capital imobiliário.

A produção do espaço no capitalismo é marcada pelos diversos interesses de classe em disputa. Considerando que o Estado tende a atender os interesses da classe dominante, mas ainda assim precisa legitimar-se com a população em geral (HARVEY, 2006), foi muito comum durante a pesquisa observar em suas propostas um discurso concordante com as demandas dos movimentos sociais e comunitários. No entanto, não se vê o cumprimento de ações efetivas que beneficiem estes setores tanto quanto se pode observar um alinhamento com as demandas dos grupos representantes do capital imobiliário. Segundo Nogueira (2002, p. 138), “no discurso político e ideológico, o não dito torna-se, muitas vezes, mais significativo que as assertivas contidas no discurso”.

As campanhas políticas financiadas por grandes construtoras auxiliam na verificação desta relação, como foi possível observar durante a campanha eleitoral para a prefeitura de Florianópolis em 2012. Na campanha municipal de 2012, as três maiores candidaturas (em proporção de votos e volume de campanha) receberam R\$ 100 mil cada uma da empresa WOA Empreendimentos Imobiliários, conforme se pode confirmar através do Tribunal Superior Eleitoral<sup>14</sup>. Este fato pode significar que, independentemente do candidato ou partido político eleito, o poder do capital imobiliário presente na cidade procura manter-se e garantir sua ampliação.

Concretamente, no esforço de realizar uma síntese das experiências estudadas aqui, os interesses do capital imobiliário se expressam ora de forma mais explícita ora mais sutil. No caso da Ponta do Coral, os interesses econômicos e a relação entre poder público e empresa estão mais evidentes. Dessa forma, o movimento construído em reação às propostas de mercantilização daquele espaço desenvolve uma luta mais direta contra o capital, pois entende que a construção do empreendimento hoteleiro tem como objetivo o lucro em detrimento à preservação ambiental, interesses comunitários ou mesmo à preocupação com o planejamento urbano e com a mobilidade na cidade.

---

<sup>14</sup> Dados disponíveis em  
<<http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2012/resumoReceitasByCandidato.action>>.

Nos casos do Parque Cultural do Campeche e do Parque Comunitário do Monte Cristo, também há menção à especulação imobiliária, mesmo que as lutas sejam mais direcionadas à prefeitura (considerando que não existem projetos e representantes concretos de um grande empreendimento, como na Ponta do Coral).

Nos dois casos, os projetos originais dos movimentos sociocomunitários foram reduzidos pelo poder público. No Monte Cristo, apenas uma pequena área foi construída. Segundo o morador, metade do terreno está reservado para o restante do projeto, embora não exista previsão para sua conclusão; a outra metade será vendida para iniciativa privada, permitindo construção de aparelhos de uso coletivo, como escolas.

No Campeche, segundo a entrevistada, ainda não há resposta sobre a implementação do Parque e a disputa continua em aberto. Mas em seu discurso, está presente a consciência de que o capital imobiliário tem se apropriado do bairro com ajuda do poder público, quando afirma que *“a proposta do poder público é ceder um pedacinho para a praça e deixar o resto da área para especulação imobiliária* (MORADORA MEMBRO DO MCQV).

Já nas experiências do Parque da Luz e da Praça da Costeira do Pirajubaé, onde já foram instaladas as áreas públicas, as demandas das associações são mais imediatas. O esforço para a manutenção das áreas existentes faz com que os movimentos apresentem um discurso de indignação com a ausência da prefeitura neste âmbito. No entanto, a luta se desvincula das discussões referentes ao capital imobiliário e sua necessidade de dominação dos espaços urbanos destinados à especulação e acumulação.

Dessa forma, o poder público torna-se o inimigo terminal, e não o mediador de interesses do capital. Esta visão mais reduzida faz com que concessões do poder público satisfaçam e contenham as lutas com facilidade. No Parque da Luz, uma manutenção realizada pela FLORAM resultou em uma afirmação por parte de membro da Associação de Amigos do Parque da Luz de que o serviço remeteria à parceria desta com o órgão do poder público. Na inauguração da Praça da Costeira também houve o pronunciamento de agradecimento à prefeitura por parte da presidente da associação de moradores.

Neste contexto, em que o Estado cumpre o papel de mediação de interesses antagônicos de classes sociais, é fundamental que sejam concedidos alguns direitos à população, tanto para conter a organização popular quanto para legitimar-se perante os votantes, seguindo a lógica da democracia burguesa (HARVEY, 2006).

Quando há o atendimento a certas demandas das classes subalternas, este caráter do Estado se expressa, nas elaborações gramscianas, como ampliação da esfera estatal. A ampliação do Estado<sup>15</sup>, mesmo não alterando a sua essência burguesa, se refere à luta travada pelas classes subalternas na disputa pela hegemonia.

Seguindo esta lógica, em todos os casos as concessões realizadas pelo poder público não tocam no essencial, pois não combatem a especulação imobiliária e não permitem que a população passe a ter direito universal sobre a cidade, sendo esta ainda tratada como uma mercadoria em diversos âmbitos. Embora alguns setores das classes subalternas lutem contra a especulação, não há um encaminhamento do poder público quanto a esta questão. Isto quer dizer que não foi possível observar uma política estatal que cumpra a função social da propriedade estabelecida no Estatuto das Cidades.

Pode-se concluir, ainda, que de acordo com as experiências estudadas, não foram priorizados pelo poder público espaços e mecanismos que possibilitassem a ampliação da organização social e comunitária, apesar da luta travada constantemente pelos movimentos sociais. Um dos depoimentos obtidos durante o processo de entrevistas pautava esta questão: *“Qual o papel do parque na organização comunitária e na reprodução da vida da comunidade? Não é só a beleza que está em disputa”* (MORADORA MEMBRO DO MCQV).

Ainda que tenham sido atendidas certas demandas dos movimentos sociais, como implantação de praças e parques, estas estiveram sempre abaixo de suas expectativas e elaborações iniciais.

---

<sup>15</sup> A utilização do termo “Estado ampliado” foi da francesa Cristine Buci-Gluksmann em seu livro “Gramsci e o Estado”. Nos Cadernos do Cárcere, Gramsci se reporta à ampliação do fenômeno estatal no capitalismo monopolista indicando a relação entre sociedade política e sociedade civil.

Conforme Gramsci apud Simionatto (2009):

A vida estatal é concebida [...] de modo dinâmico e processual, "como contínua formação e superação de equilíbrios instáveis [...] entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados." Isso significa que os interesses do grupo dominante e os dos grupos dominados "implicam-se reciprocamente [...] horizontal e verticalmente", de acordo com a organização econômica e política de cada Estado-nação. O Estado consiste, ainda, em "todo o complexo de atividades práticas e teóricas com os quais a classe dirigente não só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados" (GRAMSCI, 2000a, p. 331). Para Gramsci, o Estado "anula muitas autonomias das classes subalternas", pois a "ditadura moderna" ou contemporânea, ao mesmo tempo em que suprime algumas "formas de autonomia de classe, empenha-se em incorporá-las na atividade estatal: isto é, a centralidade de toda a vida nacional nas mãos das classes dominantes torna-se frenética e absorvente" (GRAMSCI, 1977, p. 303), e, nesse processo, torna indistintas as diferenças de classe, fortalecendo a subalternidade. Essa maneira de agir do Estado reveste-se de um grande poder desmobilizador, na medida em que bloqueia as iniciativas da sociedade civil na articulação de interesses e propostas voltados à luta pela superação entre "governantes e governados", dirigentes e dirigidos.

No entanto, mesmo com todas as limitações impostas aos movimentos sociais, é possível afirmar que estes se organizam coletivamente, com a percepção de que só assim suas reivindicações frente ao poder público terão força. Mesmo focado em interesses imediatos, já não são mais individuais e se expressam em vontades coletivas.

Ainda não se pode dizer que foi estabelecida nos movimentos uma consciência de classe, dada a ausência de um projeto mais amplo. Mas observa-se o desenvolvimento de uma consciência coletiva, que amplia a possibilidade de construção de um projeto contra-hegemônico. É possível que, mediante a elaboração de alianças com outros movimentos sociais que tenham como horizonte a superação de interesses econômico-corporativos mais localizados, possam universalizá-los conjuntamente, em interesses ético-políticos (GRAMSCI, 2000).

Além disso, apesar da via eleitoral não se apresentar como a alternativa que leva à transformação social (LENIN, 1981), a inserção no poder público de figuras que tenham um direcionamento político em favor da ampliação do direito à cidade possibilita um avanço para as lutas sociais.

Neste sentido, o professor e arquiteto Lino Peres, historicamente lutador pela concretização do direito à cidade em Florianópolis, membro do Movimento pela Criação do Parque das 3 Pontas e autor do projeto do Parque Comunitário do Monte Cristo, foi eleito vereador nas eleições municipais de 2012. Esta pode ser considerada uma vitória da militância pela Reforma Urbana na cidade, visto que Lino apresenta propostas avançadas<sup>16</sup> neste sentido, e o mais importante, reivindica um mandato popular, com participação das classes subalternas na verificação de demandas e elaboração dos projetos.

Conforme já mencionado anteriormente, o Plano Diretor determina o desenvolvimento urbano da cidade. Entretanto, conforme exposto pelos movimentos sociais, o poder público cede às pressões do capital imobiliário e altera o zoneamento das áreas sem respeito ao Plano vigente (PORTAL DESACATO, 2012a). Como contribuição à compreensão deste fenômeno, Kowarick (1993, p. 35) afirma que

Como a acumulação e especulação andam juntas, a localização da classe trabalhadora passou a seguir os interesses imobiliários. No contexto explosivo do crescimento metropolitano, o poder público só se munuiu tardiamente de instrumentos legais para tentar dar um mínimo de ordenação ao uso do solo. No entanto tal iniciativa ocorre num período em que o desenho urbano já está em grande parte traçado, em consequência da retenção dos terrenos por parte de grupos privados. Desta forma, a ação governamental restringiu-se, tanto agora como no passado, a seguir os núcleos de ocupação criados pelo setor privado, e os investimentos públicos vieram colocar-se a serviço da dinâmica de valorização-especulação do sistema imobiliário-construtor.

Por este motivo, a luta pela construção e implementação de um Plano Diretor Participativo também é importante para qualificar a disputa e as possibilidades de avanço de propostas referentes à Reforma Urbana e à concretização do direito à cidade em Florianópolis.

---

<sup>16</sup> Informações sobre o mandato e propostas do professor Lino podem ser visualizadas no endereço eletrônico <[www.professorlinoperes.blogspot.com](http://www.professorlinoperes.blogspot.com)>.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O quinto planeta era muito curioso. Era o menor de todos. Mal dava para um lampião e o acendedor de lampiões... O príncipezinho não podia atinar para que pudessem servir, no céu, num planeta sem casa e sem gente, um lampião e um acendedor de lampiões.*

*No entanto, disse consigo mesmo:*

*– Talvez esse homem seja mesmo absurdo. No entanto, é menos absurdo que o rei, que o vaidoso, que o homem de negócios, que o beerrão. Seu trabalho ao menos tem um sentido. Quando acende o lampião, é como se fizesse nascer mais uma estrela, mais uma flor”.*

Antoine de Saint-Exupéry, O Pequeno Príncipe.

O presente trabalho, quando idealizado, apontava o desafio de verificar como o espaço público é essencial para o desenvolvimento da cidadania e da construção de uma contra-hegemonia nas cidades. A partir da criação e utilização de áreas de convivência, lazer e organização comunitária, a população tende a viver a cidade e apropriar-se dela, em detrimento ao capital imobiliário e a expansão de seu domínio a cada espaço que possibilita o aumento dos lucros e monopólios.

Considera-se que o objetivo geral do estudo foi alcançado, pois foram identificadas as principais tendências políticas e ideológicas da apropriação dos espaços públicos urbanos em Florianópolis, a partir da análise dos resultados das correlações de forças referentes às disputas atuais.

Neste sentido, o estudo revela que existe uma tendência do poder público em beneficiar interesses dos setores que representam o capital imobiliário. Isto foi bastante evidente na experiência referente à Ponta do Coral, onde os interesses econômicos estão mais explícitos. O discurso de que um projeto dessa envergadura beneficia toda a população através da criação de novos empregos, modernização da cidade, atração ao turismo, se revela falacioso na medida em que a organização de tais empreendimentos, na sua estética e conformação, intimida o acesso de todos, pois acabam se tornando privados às camadas de classe que detém poder aquisitivo para frequentá-los. No entanto, a ideologia

veiculada em torno das ideias de progresso e modernidade acabam, em grande medida, criando a aceitação e a concordância pelas camadas de classe que lutam pelo trabalho para a sua sobrevivência.

A ideologia compreende um conjunto de normas e valores dirigidos aos fins pretendidos que influem no comportamento das classes sociais. Para Gramsci ela é concepção de mundo “que se manifesta, implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1999, p.98-99). Neste sentido, é possível, enfrentar o discurso ideológico dominante mediante uma concepção de mundo articulada à uma outra ética, que seja capaz de forjar uma nova cultura voltada a superar o caráter fragmentário e muitas vezes desagregado presentes no domínio popular e construindo uma nova “concepção de mundo” crítica e coerente.

Cabe ressaltar que a mídia, entendida como um aparelho privado de hegemonia, é um importante veículo de disseminação da ideologia dominante, e que a divulgação de informações através de canais próprios de construção de uma contra-hegemonia por parte das classes subalternas deve ser um esforço dos movimentos sociais. Um exemplo observado que segue nesta direção é o Portal Desacato, fonte de pesquisa deste trabalho, aonde foi possível obter diversas informações de extrema importância para o estudo. Ainda que também tenham sido utilizadas fontes de pesquisa como jornais vinculados aos grupos de poder da classe dominante catarinense, procurou-se realizar uma análise crítica dessas informações.

Em experiências como o Parque da Luz, a falta de rigor na implementação da legislação às empresas que cometem crimes ambientais ou mesmo na afirmação de parcerias público-privadas, é evidenciado o descaso da prefeitura em priorizar investimentos públicos destinados a criação e manutenção das áreas. Isto obriga as associações comunitárias a manter seus espaços de lazer e convivência com recursos próprios ou apelando à iniciativa privada.

O estudo indica ainda que grande parte dos movimentos sociais dos espaços estudados tende a resistir e propor projetos próprios na disputa quanto à apropriação dos espaços públicos. Os movimentos organizados elaboram projetos e lutam por eles, fazendo



com que o poder público seja obrigado a realizar concessões como a criação da Praça da Costeira no aterro da via expressa sul ou a inserção do projeto do Parque Cultural do Campeche no anteprojeto do Plano Diretor Participativo divulgado pela prefeitura de Florianópolis.

Porém, é evidente que, se não há mobilização popular, não há uma tendência à existência de propostas avançadas para a concretização do direito à cidade que partam do poder público. Este fato permite verificar as teorias estudadas de que o Estado, como mediador de interesses de classes conflitantes, tende a beneficiar o capital e seus representantes e só incorpora as demandas das classes subalternas quando a sua legitimidade é ameaçada.

Dessa forma, é fundamental a organização das classes subalternas em movimentos sociais que busquem a construção de uma nova hegemonia capaz de repensar a cidade e lutar por uma nova sociedade, livre das contradições próprias e condicionantes do capitalismo. A construção de um projeto mais amplo de Reforma Urbana se faz necessária para a conformação de movimentos capazes de viabilizar uma disputa com resultados para a população.

Para avançar no tema referente ao direito à cidade e ao espaço público, considera-se necessário que novos estudos se aprofundem nesta direção. A universidade, como campo articulador de produção de conhecimento e, segundo Gramsci, também um aparelho privado de hegemonia, tem um papel fundamental na identificação e busca de respostas aos problemas observados nas cidades, estabelecendo para isso processos democráticos e participativos de interação com as classes subalternas. Neste sentido, vale destacar a necessidade de projetos de extensão articulados com projetos de pesquisa e de seu retorno ao próprio ensino.

Ressalta-se a atuação de setores da Universidade Federal de Santa Catarina e sua inserção na disputa pelos espaços públicos em Florianópolis. Cursos como Arquitetura, Geografia e o próprio Serviço Social estiveram presentes em diversas discussões e mobilizações referentes aos espaços estudados neste trabalho. O Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP) apresenta um respaldo evidente por parte

dos movimentos sociocomunitários das classes subalternas, tanto por seus processos de formação política para lideranças comunitárias como por sua presença nas discussões acerca da cidade desde 1992.

O Fórum da Cidade também deve ser mencionado como uma proposta de articulação entre os diversos movimentos sociais urbanos e intelectuais orgânicos de Florianópolis que visa compartilhar e unificar as experiências e discussões sobre a cidade. A ampliação da participação popular em espaços da sociedade civil que visam a formulação de propostas e a luta política segue como um desafio permanente no campo da política urbana.

A elaboração do trabalho só foi possível através de um estudo teórico sistemático e da análise de experiências concretas estabelecidas em Florianópolis, em uma relação inseparável entre teoria e prática. Além disso, todo o aprendizado desenvolvido durante a graduação foi fundamental para pensar uma forma própria de estruturação e exposição dos conteúdos.

O exercício metodológico da pesquisa apresentou-se como o maior desafio na elaboração deste trabalho. O acúmulo prévio sobre o método dialético-materialista permitiu ter clareza quanto ao método de análise da realidade e as categorias que o fundamentam. No entanto, a dificuldade em encontrar as melhores técnicas metodológicas pré-estabelecidas para a fase de análise dos dados foi expressão da falta de aprofundamento sobre as diferentes metodologias e técnicas de pesquisa durante a graduação. Todavia, dadas as limitações, foi possível chegar a resultados importantes, sempre provisórios e que poderão ser ampliados em reflexões futuras.

Os contatos estabelecidos com os membros das associações comunitárias foram de extrema importância para a ampliação do olhar sobre diferentes realidades. Durante as entrevistas, foi possível observar que eles, principalmente nas comunidades mais carentes de políticas públicas, demonstravam um grande interesse em falar sobre suas histórias coletivas e compartilhar suas experiências, em uma ânsia constante por respostas do poder público.

Nos momentos em que os entrevistados mostravam as fragilidades do movimento, era um desafio manter a atenção aos objetivos do trabalho. Como exemplo, em uma das comunidades o morador comentou que não havia um *site* ou qualquer tipo de veículo de informação sobre a história e atuação da associação, pois ninguém sabia como usar a internet. Em um impulso imediato, houve vontade de resolver a questão, ainda que sem tempo e habilidade para tal tarefa.

Este fato traz à tona o desafio do Serviço Social de contribuir com ações e construção de estratégias junto aos movimentos sociais no enfrentamento aos projetos e definições oficiais. A atuação do Serviço Social “associado às forças sociais comprometidas com a democratização da vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2008, p. 422) contribui para o fortalecimento “das lutas coletivas empreendidas pelo controle democrático das ações do Estado e, em particular, das políticas sociais públicas” (idem, p. 424). Por isso, mantém-se o desafio de não afundar-se na burocracia, esquecendo ou abandonando princípios e valores humanos e transformadores. Conforme a famosa afirmação de Ernesto Guevara, “Hay que endurecer, pero sin perder la ternura jamás”.

Neste contexto, a atuação do Serviço Social, como profissão presente na elaboração e planejamento de políticas sociais urbanas, permite proporcionar espaços para diálogo, organização e formulação de propostas que respondam aos problemas identificados nas comunidades.

Por fim, os resultados do estudo apontam para algumas recomendações que possibilitam o avanço das questões estudadas:

1. Necessidade de novos estudos mais aprofundados sobre as áreas estudadas;
2. Busca por encaminhamentos às cinco experiências concretas estudadas, além da elaboração de novas propostas junto aos movimentos sociais, ampliando o acesso à cidade para a população;
3. Ampliação de produções referentes à questão urbana no campo do Serviço Social, bem como estudos interdisciplinares dentro desta temática em Florianópolis, possibilitando o diálogo entre diferentes áreas na luta pelo direito à cidade;

4. Ampliação de espaços democráticos de debate e organização política em torno da reivindicação de espaços públicos para a cidade, bem como a constituição de um projeto de Reforma Urbana geral para Florianópolis;
5. Necessidade de elaboração do Plano Diretor Participativo (de acordo com o Estatuto das Cidades) que seja implementado com rigor na aplicação da função social da propriedade e da legislação ambiental;
6. Luta por políticas públicas urbanas e contra a mercantilização da cidade, como processo de construção de uma hegemonia própria das classes subalternas que possibilite sua organização e mobilização pela transformação social mais ampla e necessária na superação da lógica capitalista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO PONTE PRETA ESPORTE CLUBE (Florianópolis/SC). *S.O.S Praças de esporte*. Por Altair Manoel (tainha). Disponível em: <[http://www.movido.com.br/sos\\_praca\\_de\\_esporte.html](http://www.movido.com.br/sos_praca_de_esporte.html)>. Acesso em: 06 nov. 2012.

BELA SANTA CATARINA (Florianópolis/SC) (Ed.). *Veja as imagens do túnel e Via Expressa Sul e o que mudou no trânsito*. Por J. L. Ciblis. Publicado em 27/08/02. Disponível em: <<http://www.belasantacatarina.com.br/noticias.asp?id=282>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

BURGOS, Raul. Da democratização política à radicalização da democracia: novas dimensões estratégicas dos movimentos sociais. DAGNINO, Evelina e TATAGIBA, Luciana (Orgs. ). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CESAR, Mônica J. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, A.E. (org). *A Nova Fábrica de Consensos*. São Paulo: Cortez, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *O Discurso Competente e Outras Falas*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1981.

CIDADES E RECANTOS (Florianópolis/SC) (Ed.). *Bairro Monte Cristo*. Por D.J.G. Publicado em maio de 2008. Disponível em: <<http://cidadese-recantos-florianopolis.blogspot.com.br/2008/05/bairro-monte-cristo.html>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

COLETIVO UC DA ILHA (Florianópolis/SC) (Ed.). *Relato do festival da água e do PACUCA*. Disponível em: <<http://ucdailha.org.br/2011/03/27/relato-do-festival-da-agua-e-do-pacuca/>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DE OLHO NA ILHA (Florianópolis/sc) (Org.). *A cidade de Florianópolis possui 95 Praças Públicas*. Publicado em 24/08/2011. Disponível em: <[http://www.deolhonailha.com.br/florianopolis/noticias/florianopolis\\_possui\\_95\\_pracas\\_publicas.html](http://www.deolhonailha.com.br/florianopolis/noticias/florianopolis_possui_95_pracas_publicas.html)>. Acesso em: 03 nov. 2012.

DRUCK, Graça. *Os Sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência*. Publicación OSAL: Observatorio Social da America Latina, ano VI. nº 19. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: Argentina. Julho, 2006. Disponível em

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf>. Acessado em maio de 2010.

ECOCHANNEL (Florianópolis/SC) (Ed.). *Audiência Pública Ponta do Coral*. Por Anselmo Döll. Publicado em 23/11/2011. Disponível em: <<http://ecochannel.wordpress.com/2011/11/23/audiencia-publica-ponta-do-coral/>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

EVANGELISTA, Olinda. *Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional*. Disponível em <<http://www.dfe.uem.br/texto/Olinda.PDF>>. Acesso em 02/12/12.

FANTIN, Márcia. *Cidade Dividida*. Florianópolis, 2000.

FERNANDES, Lenise Lima. Trabalho social e habitação para população de baixa renda: desafios a uma ação profissional democrática no início do século XXI. In: *Política de habitação popular e trabalho social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FLORIANÓPOLIS/SC. Prefeitura Municipal de Florianópolis. *Engenheiro Agrônomo da Floram comanda ação no Parque da Luz: Área Verde recebeu equipe de funcionários da Floram que realizou trabalho de manutenção*. 27/07/2011 - FLORAM - Meio Ambiente. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina-i=4846>>. Acesso em: 03 nov. 2012a.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Florianópolis. *Mais um Termo de Compensação Ambiental assinado na FLORAM*. 25/09/2012 - FLORAM - Meio Ambiente. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina-i=7420>>. Acesso em: 06 nov. 2012b.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Florianópolis. *Parque Cultural do Campeche*. Plano Diretor Participativo. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/index.php?cms=parque+cultural+de+campeche&menu=4>>. Acesso em: 23 nov. 2012c.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Florianópolis. *Prefeitura inaugura praça poliesportiva na Costeira do Pirajubaé*. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina-i=1332>>. Acesso em: 23 nov. 2012d.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Florianópolis. *Será inaugurado amanhã conjunto de equipamentos do Parque da Luz*. 07/12/2011 - FLORAM - Meio Ambiente. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina-i=7420>>. Acesso em: 06 nov. 2012e.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Florianópolis (Ed.). *Muitas atividades esportivas no dia do aniversário dos 285 anos de Florianópolis*. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina-i=3854>>. Acesso em: 01 mar. 2013a.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Florianópolis (Ed.). *Parque da Luz é revitalizado*. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina-i=5833>>. Acesso em: 01 mar. 2013b.

FLORIPA AMANHÃ (Florianópolis/SC) (Org.). *Audiência pública para os moradores do bairro Monte Cristo prevê criação de Parque*. Publicado em 31/03/2008. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2008/03/audiencia-publica-para-os-moradores-do-bairro-monte-cristo/>>. Acesso em: 04 nov. 2012a.

\_\_\_\_\_. (Florianópolis/SC) (Org.). *Cidade ganha nova área de lazer*. Publicado em 01/04/2011. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2011/04/cidade-ganha-nova-area-de-lazer/>>. Acesso em: 04 nov. 2012b.

\_\_\_\_\_. (Florianópolis/SC) (Org.). *Dossiê praças*. Publicado em 22/07/2008. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2008/07/dossie-pracas/>>. Acesso em: 03 nov. 2012c.

\_\_\_\_\_. (Florianópolis/SC) (Org.). *Encontro para alertar para a preservação*. Publicado em 21/09/2012. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2012/09/encontro-para-alertar-para-a-preservacao/>>. Acesso em: 03 nov. 2012d.

\_\_\_\_\_. (Florianópolis/ SC) (Org.). *Ilha menos verde*. Publicado em 24/10/2011. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2011/10/ilha-menos-verde/>>. Acesso em: 03 nov. 2012e.

FLORIPA QUER MAIS (Florianópolis/SC). (Org.). *Praça*. Por Clarice Araujo Cheuiche e Néia Papa. Disponível em: <[http://floripaquermais.com.br/?page\\_id=287](http://floripaquermais.com.br/?page_id=287)>. Acesso em: 06 nov. 2012.

GRAÇA, M. S. *Espaços Públicos e Uso Colectivo de Espaços Privados*. Disponível em <[ecultura.sapo.pt/Anexos/«EspaçosPublicos&Privados»%20.pdf](http://ecultura.sapo.pt/Anexos/«EspaçosPublicos&Privados»%20.pdf)>. Acesso em 25/09/2012.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999 v. 1.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000a v. 3.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

IAMAMOTO, M. V. *A Questão Social no capitalismo*. In: *Temporalis*. N°3. Brasília: ABEPSS, 2004, p.9-32.

\_\_\_\_\_. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Serviço Social na cena contemporânea*. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 15-50.

ICASURIAGA, G. L. Intervenções urbanas e efeitos sociais: alguns questionamentos à política de regularização fundiária e habitacional. In: GOMES, M.F., FERNANDES, L. L., MAIA, R. *Interlocuções urbanas: cenários, enredos e atores*. Rio de Janeiro: Arco-Íris, 2008, p. 185-196.

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE (Florianópolis/SC) (Ed.). *FEEC apresenta propostas de criação de novos parques naturais e culturais*. Por Guilherme Lira. Publicado em 05/06/2012. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2012/06/feec-apresenta-propostas-de-criacao-de-novos-parques-naturais-e-culturais-3781011.html>>. Acesso em: 03 nov. 2012a.

\_\_\_\_\_. (Florianópolis/SC) (Ed.). *Mauro Passos questiona informação de Angela Albino sobre o Parque da Luz*. Por Upiara Boschi. Publicado em 14/09/2012. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2012/09/14/mauro-passos-questiona-informacao-de-angela-albino-sobre-o-parque-da-luz/?topo=67,2,18,,67>>. Acesso em: 03 nov. 2012b.

\_\_\_\_\_. (Florianópolis/SC) (Ed.). *Prefeitura libera alvará para a Ponta do Coral*. Por Rafael Martini. Publicado em 15/12/2012. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/visor/2012/12/15/prefeitura-libera-alvara-para-a-ponta-do-coral/?topo=67,2,18,,67>>. Acesso em: 21 dez. 2012c.

\_\_\_\_\_. (Florianópolis/SC) (Ed.). *Três projetos querem tornar os aterros da Via Expressa Sul, em Florianópolis, em áreas úteis para a comunidade*. Por Ângela Bastos. Publicado em 21/04/2012. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/04/tres-projetos-querem-tornar-os-aterros-da-via-expressa-sul-em-florianopolis-em-areas-uteis-para-a-comunidade-3734386.html>>. Acesso em: 03 nov. 2012d.

\_\_\_\_\_. (Florianópolis/SC) (Ed.). *Proposta de novos parques urbanos em Florianópolis não devem sair do papel*. Por Mauricio Frighetto. Publicado em 22/10/2011. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/10/proposta-de-novos-parques-urbanos-em-florianopolis-nao-devem-sair-do-papel-3535843.html>>. Acesso em: 01 mar. 2013.



JORNAL G1 SANTA CATARINA (Florianópolis/SC) (Ed.). *Ibama notifica construtora por atuação na Ponta do Coral*. Por Joana Caldas. Publicado em 13/07/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2012/07/ibama-de-sc-notifica-construtora-por-suspeita-de-crimes-na-ponta-do-coral.html>>. Acesso em: 03 nov. 2012a.

\_\_\_\_\_. (Florianópolis/SC) (Ed.). *No segundo turno, RBS Notícias entrevista Cesar Souza Jr., do PSD*. Publicado em 17/10/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2012/noticia/2012/10/no-segundo-turno-rbs-noticias-entrevista-cesar-souza-jr-do-psd.html>>. Acesso em: 03 nov. 2012b.

JORNAL NOTÍCIAS DO DIA (Florianópolis/SC) (Ed.). *Campo de aviação do Campeche, em Florianópolis, deve ter uso público*. Por Letícia Kapper da Silva. Publicado em 10/12/2012. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/40373-campo-de-aviacao-tera-uso-publico-e-preservara-a-memoria-garante-cesar-souza-junior.html>>. Acesso em: 21 dez. 2012a.

\_\_\_\_\_. (Florianópolis/SC) (Ed.). *Edital prevê revitalização do aterro da baía sul, em Florianópolis*. Por Saraga Schiestl. Publicado em 26/07/2012. Disponível em: <<http://www.ndonline.com.br/florianopolis/noticias/31656-edital-preve-revitalizacao-do-aterro-da-baia-sul-em-florianopolis.html>>. Acesso em: 03 nov. 2012b.

\_\_\_\_\_. (Florianópolis/SC) (Ed.). *Governo do Estado libera obra na Ponta do Coral, em Florianópolis*. por Mônica Amanda Foltran, publicado em 27/08/12. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/16205-governo-do-estado-libera-obra-na-ponta-do-coral-em-florianopolis.html>>. Acesso em: 04 nov. 2012c.

\_\_\_\_\_. (Florianópolis/SC) (Ed.). *Iphan autoriza a Prefeitura de Florianópolis a revitalizar o Parque da Luz*. Por Anita Martins. Publicado em 27/05/12. Disponível em: <<http://www.ndonline.com.br/florianopolis/noticias/parque-da-luz-em-florianopolis-sera-revitalizado.html>>. Acesso em: 03 nov. 2012d.

\_\_\_\_\_. (Florianópolis/SC) (Ed.). *Ocupação do antigo campo de aviação do Campeche é discutida*. Por Letícia Kapper da Silva. Publicado em 09/12/2012. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/40274-ocupacao-do-antigo-campo-de-aviacao-do-campeche-e-discutido.html>>. Acesso em: 21 dez. 2012e.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. 5 ed. São Paulo: Global, 1981.

MARCOS, Maria Augusta. *Revitalização do Parque da Luz: Florianópolis pensada como projeto social*. Disponível em: <[http://www.architectour2009.com.br/trabalhos\\_jornada/MARIA%20AUGUSTA%20MARCOS.pdf](http://www.architectour2009.com.br/trabalhos_jornada/MARIA%20AUGUSTA%20MARCOS.pdf)>. Acesso em 27/10/2012.

MARICATO, Erminia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *Direita para o social e esquerda para o capital*. São Paulo: Xamã, 2010.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. 27ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 – v.1.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENEGAT, Elizete. Questão social e crise urbana na atualidade: Um roteiro a partir da concentração espacial dos pobres em assentamentos ilegais. In: GOMES, M.F., FERNANDES, L. L., MAIA, R. *Interlocações urbanas: cenários, enredos e atores*. Rio de Janeiro: Arco-Íris, 2008, p. 265-279.

MOVIMENTO PELA CRIAÇÃO DO PARQUE CULTURAL DAS 3 PONTAS (Florianópolis/SC) (Ed.). *Parque Cultural das 3 pontas*. Conselho Editorial: Aracídio de Freitas Barbosa Neto e Loureci Ribeiro. Disponível em: <<http://parqueculturaldas3pontas.wordpress.com>>. Acesso em: 23 nov. 2012a.

\_\_\_\_\_. (Florianópolis/SC) (Ed.). *Parque Cultural das 3 pontas: Legislação*. Conselho Editorial: Aracídio de Freitas Barbosa Neto e Loureci Ribeiro. Disponível em: <<http://parqueculturaldas3pontas.wordpress.com/documentacao/legislacao/>>. Acesso em: 23 nov. 2012b.

\_\_\_\_\_. (Florianópolis/SC) (Ed.). *Parque Cultural das 3 pontas: Perfil histórico*. Conselho Editorial: Aracídio de Freitas Barbosa Neto e Loureci Ribeiro. Disponível em: <<http://parqueculturaldas3pontas.wordpress.com/parque-cultural-das-3-pontas/perfil-historico/>>. Acesso em: 23 nov. 2012c.

MPB SANEAMENTO (Florianópolis/SC). *Parque Hotel Marina Ponta do Coral: Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA)*. Documento em PDF. Disponível

em: <[http://www.hantei.com.br/Relatorio\\_de\\_Impacto\\_Ambiental.pdf](http://www.hantei.com.br/Relatorio_de_Impacto_Ambiental.pdf)>. Acesso em: 15. jan 2012.

NETTO, J. P. Estado e questão social no capitalismo dos monopólios. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. São Paulo: Cortez, 1993.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. *O direito à saúde na reforma do estado brasileiro: construindo uma nova agenda*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, 2002.

PEDRO, Antonio Fernando Pinheiro. *Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta*. Disponível em: <<http://pinheiropedro.com.br/site/artigos/termo-de-compromisso-de-ajustamento-de-conduta/>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

PEREIRA, P. A. *Política Social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2012.

PERES, Lino; PERES, Arlis Buhl; OLIVEIRA, Cristiano Fontes de. *Projeto Parque Comunitário do Monte Cristo*. Florianópolis, 2004.

PORTAL DESACATO (Florianópolis/SC) (Ed.). *A democracia em Florianópolis*. Publicado em 21/09/2012. Disponível em: <<http://desacato.info/2012/09/a-democracia-em-florianopolis/>>. Acesso em: 03 nov. 2012a.

\_\_\_\_\_. (Florianópolis/SC) (Ed.). *Eleições 2012: Necessidades reais, compromissos zero!* Publicado em 28/08/2012. Disponível em: <<http://desacato.info/2012/08/eleicoes-2012-necessidades-reais-compromissos-zero/>>. Acesso em: 03 nov. 2012b.

\_\_\_\_\_. (Florianópolis/SC) (Ed.). *Ponta do Coral: Carta aberta à população*. Publicado em 09/03/2012. Disponível em: <<http://desacato.info/2012/03/ponta-do-coral-comeca-a-derreter-a-ponta-do-iceberg-da-corupcao/>>. Acesso em: 03 nov. 2012c.

QUIJANO, Anibal. Dependência, mudança social e urbanização na América Latina. In: ALMEIDA, Fernando Lopes de. *A questão urbana na América Latina*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1978, p. 11-59.

RAMOS, Maria Helena Rauta. Políticas Urbanas, conselhos locais e segregação socioespacial. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (Org). *Metamorfoses Sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry; WAINWRIGHT, David. A Pesquisa Qualitativa Crítica e Válida. In: *Pesquisa Social*. São Paulo: Ed. Atlas, 3ª Ed. 1999.

RODRIGUES, Nádia Menezes de. *A organização do espaço urbano, segregação socioespacial e Plano diretor na cidade de Viçosa, MG (1996-2005): o caso do bairro*

Maria Eugênia e Centro. Monografia (Bacharel em Geografia). UFV, 2008. Disponível em [http://www.geo.ufv.br/docs/monografias/Monografias\\_2008\\_2/NadiaMenezesRodrigues.pdf](http://www.geo.ufv.br/docs/monografias/Monografias_2008_2/NadiaMenezesRodrigues.pdf). Acesso em 02 dez. 2012.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTA CATARINA. Departamento Estadual de Infraestrutura – Deinfra. T. *Mapa Rodoviário do Estado de Santa Catarina*. Detalhe Florianópolis. Disponível em: <<http://www.deinfra.sc.gov.br/jsp/institucional/deinfra.jsp>>. Acesso em: 01 fev. 2013.

SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: A Formação social como teoria e como método*. BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA s.v.nº 54 p. 81-100. Junho de 1977.

\_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1998.

SIMIONATTO, Ivete. *Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana*. In: Rev. Katálýsis vol.12 nº1. Florianópolis. Jan/Jun 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141449802009000100006&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802009000100006&lang=pt)>. Acesso em 13 fev 2013.

\_\_\_\_\_. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. Florianópolis: UFSC, São Paulo: Cortez, 2004.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

TRAGTENBERG, Maurício. *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

TRINDADE, Clarice da Costa. *Limites e possibilidades de uma gestão democrática do ambiente urbano: o caso do aterro do Saco dos Limões*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, 2000.

## APÊNDICES

### Apêndice 1: tabela Síntese das fontes de pesquisa

Síntese das fontes de pesquisa					
Nº Fonte de pesquisa	Natureza	Data de divulgação	Espaço público	Visão representada	Síntese do conteúdo
1	Reportagem de jornal (Diário Catarinense)	06/06/12	Ponta do Coral e PACUCA	<i>Movimento Social</i> – Federação de Entidades Ecologistas de Santa Catarina	Apresentação de propostas de criação de novos parques naturais e culturais em Florianópolis,
2	Matéria divulgada em site (OSCIP Floripa Amanhã)	25/08/11	Praça da Costeira do Pirajubaé	<i>Movimento Social</i> – Floripa Amanhã	Apresenta legislação 1987 que permite a adoção dos espaços públicos (95 praças) pela iniciativa privada.
3	Matéria divulgada em site (Movimento Social Floripa quer mais)	2011	Geral	<i>Movimento Social</i> – Floripa quer mais	Aborda a falta dos espaços públicos na cidade. Proposta de organização e pressão através do <i>site</i> , para que os cidadãos possam ter direito de usufruir sua cidade.
4	Matéria divulgada em site (OSCIP Associação Ponte Preta Esporte Clube)	2012	Geral	<i>Movimento Social</i> – Esporte Clube Movido (Rio Tavares)	Reivindicação de praças de esporte, campos/quadras, pois o esporte une as comunidades. Denuncia o descaso público na manutenção dos espaços públicos da cidade.
5	Reportagem em mídia alternativa (Jornal online Desacato)	09/03/12	Ponta do Coral	<i>Movimento Social</i> – Câmara de Meio Ambiente e Saneamento do FÓRUM DA CIDADE e Movimento em Defesa da Ponta do Coral	Carta aberta de denúncia ao vínculo do poder público com a empresa Hantei; apresenta defesa para implantação do Parque Cultural das 3 Pontas.
6	Reportagem de jornal (G1 – Globo.com)	13/07/12	Ponta do Coral	<i>Poder público</i> – órgão IBAMA	Informa notificação do embargo pelo IBAMA da obra da Hantei na Ponta do Coral. Indícios de três crimes: retirar vegetação do local sem licença, fazer sondagem de solo sem licença e atuar no local sem licença.
7	Publicação em site (Movimento Social Parque Cultural das 3 pontas)	2012	Ponta do Coral	<i>Poder público</i> – Lei assinada por Dário Berger em 2005	Apresenta a Lei de alteração de zoneamento para a Ponta do Coral – permissão para construção de empreendimentos turísticos
8	Publicação em site (Movimento Social Parque Cultural das 3 pontas)	2012	Ponta do Coral	<i>Movimento Social</i> – Parque Cultural das 3 pontas	Reivindica o uso público da área e espaços de convívio; o Retorno do zoneamento para Área Verde de Lazer – AVL; e reivindicação do projeto do Parque Cultural das 3 pontas, elaborado e proposto em conjunto por diversas entidades/movimentos.
9	Publicação em site (Movimento Social Parque Cultural das 3 pontas)	2012	Ponta do Coral	<i>Poder público</i> – Vereador Mauro Passos	Reivindicação da área para uso público, conforme parecer do vereador Mauro Passos (PT) sobre a Ponta do Coral em 2000.
10	Reportagem de jornal (Notícias do Dia online)	27/08/12	Ponta do Coral	<i>Poder público/grupo econômico</i> Governo do estado de SC/construtora Hantei	Laudo favorável a liberação pelo governo do estado para obra na Ponta do Coral.
11	Reportagem em jornal (ClickRBS)	15/12/12	Ponta do Coral	<i>Poder público</i> PMF	Liberação pela prefeitura de alvará para construção na Ponta do Coral.
12	Reportagem em jornal (Diário Catarinense)	21/09/12	Parque da Luz	<i>Movimento social</i> – Associação Amigos da Luz	Divulga atividades ocorridas com objetivo de alertar a comunidade e o poder público para a valorização e preservação deste espaço público.
13	Matéria divulgada em site (OSCIP)	26/09/12	Parque da Luz	Movimento Social/grupo econômico/ poder	Explicita legislação e divulga que a empresa ACCR Construções realizará reforma do campo

	Floripa Amanhã)			públicoFloripa Amanhã/ACCR Construções/ PMF	de futebol através de <i>compensação ambiental</i> (Resolução 002 e 004 - FLORAM/2009)
14	Publicação em portal online da PMF	08/12/11	Parque da Luz	Poder público/ grupo econômico PMF/ Tríple Engenharia	Reforma no Parque da Luz. As instalações foram cumprimentos do Termo de Compromisso de Responsabilidade e Ajuste de Conduta da empresa Tríple Engenharia e FLORAM
15	Reportagem em jornal (Diário Catarinense)	24/10/11	Parque Cultural das 3 pontas e PACUCA	<i>Poder público</i> – , José Carlos Rauhen, então secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMDU)	Apresenta argumento contra criação de novos parques em terrenos privados. Diz que não há dinheiro para desapropriar as áreas.
16	Publicação em portal online da PMF	28/07/11	Parque da Luz	<i>Poder público/movimento social</i> – Floram/Associação de moradores do Parque da Luz	Divulga manutenção do parque e afirma parceria entre FLORAM e associação de moradores.
17	Reportagem em jornal (Notícias do Dia online)	27/05/11	Parque da Luz	<i>Poder público</i> – PMF	Divulga aprovação de projeto de revitalização do Parque e afirma captação de recursos através da iniciativa privada.
18	Matéria divulgada em site (OSCIPI Floripa Amanhã)	22/07/08	Parque da Luz	<i>Movimento Social</i> – Floripa Amanhã	Aborda falta de investimentos do poder público em relação às praças e parques. As iniciativas têm partido da sociedade.
19	Reportagem em jornal (ClickRBS)	14/09/12	Parque da Luz	<i>Poder público/ Movimento social</i> – Vereador Mauro Passos/ Associação de Amigos do Parque da Luz	Vereador reivindica projeto de lei de 1999 que transformou a área do Parque da Luz em AVL. A demanda surgiu da sociedade organizada.
20	Reportagem em jornal (Diário Catarinense)	23/04/12	Aterro da expressa sul	<i>Poder público/ Universidade</i>	Apresenta situação do projeto da UFSC Parque Viva Ciência destinado ao aterro da via expressa sul. Aborda alteração de zoneamento do Plano Diretor.
21	Reportagem em jornal (Notícias do dia online)	26/07/12	Aterro da expressa sul	<i>Poder público</i> – Vinicius Lummertz, então Secretário de Turismo.	Aborda valorização e rentabilidade da área do aterro da Via Expressa Sul.
22	Publicação em portal online da PMF	23/03/10	Praça Costeira do Pirajubaé	<i>Movimento social/ poder público</i> – Associação dos Moradores da Costeira do Pirajubaé/ PMF	Divulga inauguração da Praça Pública de Lazer e Esporte da Costeira do Pirajubaé.
23	Publicação em portal online da PMF	2012	PACUCA	<i>Poder público</i> – proposta Plano Diretor 2012	Apresenta projeto de criação do PACUCA no antigo campo de aviação; centro de cidadania.
24	Reportagem em jornal (Notícias do dia online)	09/12/12	PACUCA	<i>Movimento social</i> – Comunidade do Campeche	Apresenta polêmica sobre a área da aviação. A comunidade impedia a venda do terreno para transformar o campo em grande área comunitária e de lazer.
24	Reportagem em jornal (Notícias do dia online)	09/12/12	PACUCA	<i>Poder público</i> – Isolde Espíndola, então superintendente da Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	Reivindica a construção de um parque multicultural, mas comenta dificuldade de manutenção.
25	Reportagem em jornal (Notícias do dia online)	10/12/12	PACUCA	Movimento social/ poder público	Apresenta três diferentes propostas para o campo de aviação. Expõe posição do prefeito eleito favorável ao resgate da memória do Aeródromo.
26	Reportagem em mídia alternativa (Jornal online Desacato)	21/09/12	PACUCA	Movimento social – Movimento Campeche por Qualidade de Vida	Denuncia vínculo do poder público com interesses dos ricos. Afirma PACUCA como proposta do movimento popular, por espaços de convivência e organização para a comunidade.
27	Reportagem em jornal online (Correio da Ilha)	31/03/08	Parque Comunitário do Monte Cristo	<i>Poder público</i> – César Souza Júnior, então deputado estadual.	Aborda aprovação do projeto de lei que prevê a criação do Parque Metropolitano da Grande Florianópolis. Expõe declaração de deputado a favor da manutenção da área pública.
28	Reportagem em jornal (Diário Catarinense)	01/04/11	Parque Comunitário do Monte Cristo	Poder público – César Souza Junior, então secretário de Turismo, Cultura e Esportes.	Divulga projeto de criação de parque.
29	Publicação em	28/08/12	Geral e	<i>Movimento social</i> – Carta dos	Divulga posição dos militantes pela Reforma

	mídia alternativa (Jornal online Desacato)		Parque Cultural das 3 Pontas	milитantes pela Reforma Urbana aos candidatos à PMF	Urbana contra a cidade mercantilizada, em defesa dos serviços públicos urbanos e da criação de parques urbanos municipais, como o das 3 pontas.
30	Reportagem em jornal (G1 – Globo.com)	17/10/12		<i>Poder público</i> - Entrevista com o então candidato César Souza Júnior	Apresenta discurso do candidato. Destaca a importância do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano); Posiciona-se contra o empreendimento da Hantei na Ponta do Coral.
31	Publicação em site da Construtora Hantei	2012	Ponta do Coral	<i>Grupo econômico</i>	Apresenta projeto de Hotel 5 estrelas para a área da Ponta do Coral.
32	Projeto datado de 2004 para o bairro Monte Cristo	Acesso privado em 2012	Parque comunitário do Monte Cristo	<i>Movimento social</i> Associação de moradores do Monte Cristo e Universidade	Projeto de autoria de arquitetos, que atende a uma antiga demanda do bairro ligada à área de lazer e cultura. Apresenta disputa e pressão que houve para a não privatização da área e sua cessão para o parque.
33	Entrevista realizada com membro da Associação de moradores do Monte Cristo - CARMOCRIS	2012	Parque do Monte Cristo	<i>Movimento social</i> Associação de moradores do Monte Cristo	Ver apêndice 3
34	Entrevista realizada com membro do Movimento Campeche por Qualidade de Vida	2012	PACUCA	<i>Movimento social</i> Movimento Campeche por Qualidade de Vida	Ver apêndice 3
35	Entrevista realizada com membros da Associação de moradores da Costeira do Pirajubaé - AMOCOP	2012	Aterro da Via Expressa Sul e Praça da Costeira	<i>Movimento social</i> Associação de moradores da Costeira do Pirajubaé	Ver apêndice 3

## ***Apêndice 2: Referências às fontes de pesquisa***

1. FEEC apresenta propostas de criação de novos parques naturais e culturais. (JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, 2012a).
2. A cidade de Florianópolis possui 95 Praças Públicas. (DE OLHO NA ILHA, 2012).
3. Praça. (FLORIPA QUER MAIS, 2012).
4. S.O.S Praças de esporte. (ASSOCIAÇÃO PONTE PRETA ESPORTE CLUBE, 2012)
5. Ponta do Coral: Carta aberta à população. (PORTAL DESACATO, 2012c).
6. Ibama notifica construtora por atuação na Ponta do Coral. (JORNAL G1 SC, 2012a).
7. Parque Cultural das 3 pontas: Legislação. (MOVIMENTO PELA CRIAÇÃO DO PARQUE CULTURAL DAS 3 PONTAS, 2012b).
8. Parque Cultural das 3 pontas. (MOVIMENTO PELA CRIAÇÃO DO PARQUE CULTURAL DAS 3 PONTAS, 2012a).
9. Parque Cultural das 3 pontas: Perfil Histórico (MOVIMENTO PELA CRIAÇÃO DO PARQUE CULTURAL DAS 3 PONTAS, 2012c).
10. Governo do Estado libera obra na Ponta do Coral, em Florianópolis. (JORNAL NOTÍCIAS DO DIA, 2012c).
11. Prefeitura libera alvará para a Ponta do Coral. (JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, 2012c).
12. Encontro para alertar para a preservação. (FLORIPA AMANHÃ, 2012d).
13. Mais um Termo de Compensação Ambiental assinado na FLORAM. (FLORIANÓPOLIS, 2012b).
14. Será inaugurado amanhã conjunto de equipamentos do Parque da Luz. (FLORIANÓPOLIS, 2012e).
15. Ilha menos verde. (FLORIPA AMANHÃ, 2012e).
16. Engenheiro Agrônomo da Floram comanda ação no Parque da Luz: Área Verde recebeu equipe de funcionários da Floram que realizou trabalho de manutenção. (FLORIANÓPOLIS, 2012a).



17. Iphan autoriza a Prefeitura de Florianópolis a revitalizar o Parque da Luz. (JORNAL NOTÍCIAS DO DIA, 2012d)
18. Dossiê praças. (FLORIPA AMANHÃ, 2012c).
19. Mauro Passos questiona informação de Angela Albino sobre o Parque da Luz. (JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, 2012b).
20. Três projetos querem tornar os aterros da Via Expressa Sul, em Florianópolis, em áreas úteis para a comunidade. (JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, 2012d).
21. Edital prevê revitalização do aterro da baía sul, em Florianópolis. (JORNAL NOTÍCIAS DO DIA, 2012b).
22. Prefeitura inaugura praça poliesportiva na Costeira do Pirajubaé. (FLORIANÓPOLIS, 2012d).
23. Parque Cultural do Campeche. (FLORIANÓPOLIS, 2012c)
24. Ocupação do antigo campo de aviação do Campeche é discutida. (JORNAL NOTÍCIAS DO DIA, 2012e)
25. Campo de aviação do Campeche, em Florianópolis, deve ter uso público. (JORNAL NOTÍCIAS DO DIA, 2012a).
26. A democracia em Florianópolis. (PORTAL DESACATO, 2012a).
27. Audiência pública para os moradores do bairro Monte Cristo prevê criação de Parque. (FLORIPA AMANHÃ, 2012a).
28. Cidade ganha nova área de lazer. (FLORIPA AMANHÃ, 2012b).
29. Eleições 2012: Necessidades reais, compromissos zero! (PORTAL DESACATO, 2012b).
30. No segundo turno, RBS Notícias entrevista Cesar Souza Jr., do PSD. (JORNAL G1 SANTA CATARINA, 2012b).
31. Parque Hotel Marina Ponta do Coral: Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA). (MPB SANEAMENTO, 2012)
32. Projeto Parque Comunitário do Monte Cristo. (PERES, PERES, OLIVEIRA, 2004).

### *Apêndice 3: Notas de entrevistas*

#### **Entrevista 1 - realizada com membro da Associação de moradores do Monte Cristo – CARMOCRIS – Parque Metropolitano do Monte Cristo**

Para nós aqui do CARMOCRIS (Conselho das Associações de Moradores do Monte Cristo) seria importante um espaço para organização das entidades. Atualmente, nos reunimos na escola América Dutra Machado. Houve uma mudança no projeto original, e este já está bem reduzido. Até agora, foram feitas 2 quadras de areia, um parquinho e iluminação. A própria comunidade plantou árvores que agora estão grandes. A área de concreto (centro multiuso) para as reuniões e os banheiros ainda não foram feitas. Pedimos um posto da guarda municipal, porque o espaço acabou sendo um ponto de drogas. Mas não houve resposta. Este novo projeto reduzido tem 1 ano, mas estamos há mais de 12 anos discutindo e reivindicando o parque.

Luiz Henrique prometeu a área toda, e a SDR deu só metade da área, mas “meia-boca”. Houve negociação, era pra ser responsabilidade do estado e município, mas só o município assumiu e deu essa pequena área. A CARMOCRIS é responsável pela manutenção. O novo prefeito eleito não assumiu nenhuma das nossas reivindicações, e nem apareceu no debate que organizamos no 1º turno das eleições.

A questão da juventude é uma preocupação grande nossa. Houve um grande número de mortes de jovens por volta de 2002. Hoje tem projetos sociais, como CEDEP, Lar Fabiano de Cristo, etc, direcionados à juventude. Era pra vir uma verba do governo federal para redução da violência, mas conseguimos reduzir antes e nem chegou a vir a verba porque não era mais necessário.

Queremos trabalhar as crianças, por isso também a briga por área de lazer com qualidade se torna tão importante. Vários bairros têm as “academias ao ar livre”, e aqui não tem.

O parque, o posto de saúde, a escola são necessidades da comunidade, mas é muito difícil com o poder público.

A escola não completa o quadro de professores, não tem biblioteca boa, não tem internet para os alunos. Já apareceu na mídia e tudo, mas não adiantou. Já perguntei para a secretária de educação, como se pretende ter educação com qualidade desse jeito? Ano que vem, se não começar com o quadro de professores, tem que fazer movimento.

No posto de saúde, tem os 28 mil moradores do bairro para atender. Não dá conta. Tem conselho local de saúde também, mas o poder público não é fácil, não foi fácil nos últimos 4 anos.

O projeto original era para área de 21 mil m<sup>2</sup>, feito pelo Lino. Começou com uma audiência pública em 2008, César Souza ainda era deputado e propôs que o Guga Mais Futuro e o padre Wilson se responsabilizassem, mas houve três reuniões e não deu em nada. O segundo projeto foi feito pela arquiteta Sabrina Muller Espíndola, nem deixaram o Lino entrar. Foi uma falta de respeito. Ainda temos contato com o Lino, e agora que ele foi eleito, esperamos que consiga encaixar o parque no orçamento na câmara.

Eu estive por 4 anos no mandato da CARMOCRIS. Foram 4 anos lutando por isso. Conseguimos metade da área e não avançou mais. O projeto original era sonho do futuro nosso, mas não teve jeito. Acho que não tem mais chance de ser implementado. Metade da área foi cedida para o parque e a outra metade pro setor privado. Poderia acontecer isso pois a COHAB é área mista. Mas só pode ter construção ali de escola, creche, só que do setor privado. Talvez agora com o prefeito sendo do mesmo partido do governo do estado, ainda dê pra lutar pela área toda novamente. **“Eles tem a facilidade de acabar com o sonho das pessoas”**.

A CARMOCRIS é composta de 9 associações: Santa Terezinha 1, Santa Terezinha 2, Nova Esperança, Panorama, Promorar, Novo Horizonte, Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Monte Cristo. A CARMOCRIS faz uma reunião por mês, e define a forma de trabalhar. A atual presidente é a Luciana. Tem também a rede, que são as ONG's que se organizam e se reúnem também uma vez pr mês. Tem a escola, posto de saúde, ONG's. Não tem um site porque tem pouca gente jovem, e o pessoal não sabe mexer com internet.

**Entrevista 2 – Entrevista realizada com membro do Movimento Campeche por  
Qualidade de Vida e militante pela Reforma Urbana em Florianópolis – Parque  
Cultural Campeche - PACUCA**

Existe uma tradição de lutas no Campeche.

Quanto ao espaço público, não tem praça ou qualquer lugar de lazer. O argumento do poder público é que a praia é o espaço e lazer da comunidade.

A partir dos anos 80, a população do Campeche inchou. A mobilização comunitária é grande, mas hoje é desproporcional a este inchaço. Muitas pessoas que tem ido morar no bairro não tem interesse em viver o Campeche, moram em condomínios com áreas de lazer privadas, e por isso não se engajam nas lutas do bairro.

É possível encontrar informação sobre o movimento também na página da AMOCAM – Movimento Campeche por qualidade de vida. Houve a construção de um Plano Diretor próprio.

Com relação ao PACUCA, já são 20 anos de debate. É uma área do governo federal, da base aérea. Já houve aprovação para construção do parque, mas é instável, pois dependendo da vontade do comandante responsável, mais ou menos espaço é cedido.

Para a comunidade, o objetivo do parque é o lazer e a organização política. Seriam alocadas nesta área a Rádio Campeche, a AMOCAM, etc.

A Isolde assumiu o setor de Patrimônio da União, e foi convencida pela prefeitura a aceitar um projeto que coloca o posto de saúde na área reservada para o parque, que não fazia parte do projeto original. O posto é também uma necessidade da comunidade, mas foram oferecidos outros 52 locais tão bons quanto aquele. É ruim, porque descaracteriza o projeto. O mais importante é ver o que está por trás disso. A proposta do poder público é ceder um pedacinho para a praça e deixar o resto da área para especulação imobiliária. A intenção é ir minando o lugar, até que se torne impossível a concretização do projeto. E assim, não teremos espaço para a organização comunitária como planejado.

Como colocaram a comunidade contra comunidade, alegando que alguns não queriam o posto de saúde, o que foi uma deturpação dos fatos, foi instaurada uma polêmica entre os que davam mais importância para a saúde e os que davam mais importância para o parque.

Não tem Plano Diretor, e isso influencia muito o zoneamento. César Souza Jr declarou que o Plano Diretor será prioridade de seu governo. Dentro disso, temos dois cenários: 1. vai passar o Plano Diretor deles; 2. Caso não seja aprovado logo, e empurrado com a barriga por mais um ou dois anos, ainda serão feitas alterações de zoneamento que continuarão a minar o projeto original. Nos dois casos, será uma perda para o movimento. A única possibilidade é ganhar o nosso Plano Diretor, e considero essa chance muito pequena ou zero.

Com relação ao Parque das 3 pontas, a idéia não é somente proporcionar uma área de lazer, mas permitir que a área seja apropriada pela comunidade. Com o aterro proposto pela Hantei, o mangue se extingue, retirando a vida do local. A idéia do projeto do parque é que os pescadores possam realizar passeios de barco no mangue, numa proposta de geração de renda e turismo comunitário, se diferenciando do turismo de especulação.

Se considerarmos o exemplo do Parque de Coqueiros, é um parque bonito, bem cuidado. No bairro Areias do Campeche, existe também uma praça, mas encontra-se abandonada, o poder público não cuida. Mas o que importa é que os dois (Coqueiros e Areias) são só parques. Qual seu papel na organização comunitária e na reprodução da vida da comunidade? Não é só a beleza que está em disputa.

### **Entrevista 3 – realizada com membros da Associação de moradores da Costeira do Pirajubaé – AMOCOP – Aterro da expressa sul e praça poliesportiva da Costeira do Pirajubaé**

A área da praça é pública, foi uma doação do prefeito em 2010. Mas a manutenção não é dada pela prefeitura, a associação de moradores (AMOCOP) é responsável. O campo de futebol é também responsabilidade da associação.

A verba da área de lazer foi cedida pelo governo do estado, mas a obra foi executada pela prefeitura. Fizeram a edificação, mas não dão recursos para a manutenção, que seria a segurança, os consertos, etc.

Nós fizemos um pedido de revitalização da praça em agosto deste ano, e no mês seguinte revitalizaram apenas o parquinho. Tem duas quadras de esportes ao lado do córrego, e a bola costuma ir parar no córrego. Por isso, pedimos também uma rede superior para a quadra, mas até hoje não foi atendido. Fizemos o pedido de câmeras de monitoramento, e chegaram a ser instalados postes para a colocação das câmeras, mas os postes foram serrados por alguns da comunidade, e não houve continuidade.

Costumamos fazer ofícios da AMOCOP direcionados aos órgãos competentes, com fotos da área anexadas.

O maior problema é que o poder público não interage com as associações comunitárias. Acho que a prefeitura deveria criar um departamento para que as associações levassem suas demandas, e tivesse profissionais capacitados para fazer bons projetos junto às comunidades, ajudar as entidades a criar seus próprios projetos, numa espécie de assessoria. Assim, a verba seria destinada à resolução dos problemas da comunidade. Nós somos voluntários, os projetos são para a comunidade. Não dá pra pagar uma empresa privada (dar 30% da verba, por exemplo) para a confecção dos projetos.

Já houve um caso aqui em que uma mulher queria usar o espaço para um projeto de artesanato, mas não incluía no projeto os gastos com a manutenção do espaço, como luz e água. Tem também o caso da escolinha de futebol, em que eles chegam aqui e querem nosso espaço, mas não dão uniforme, comida, etc.

Tem projetos aqui que dão certo, como artes aplicadas, ginástica e yoga. Tem também o futsal com o Lagoa Social e a escolinha de futebol da Univali, mas neste último os professores não tem aparecido. A Associação de Skate da Costeira do Pirajubaé (ASCOP) é importante para a comunidade e são bons parceiros. O posto de saúde faz caminhadas orientadas com a enfermeira pela praça, sempre às terças-feiras.

Com a criação da praça, a vida da comunidade mudou. A Costeira era só morro, daí as crianças não tinham onde brincar, não tinha espaço plano. Agora, o povo é mais feliz, a Costeira ficou mais animada.

Poderia ter um posto policial ou da guarda municipal. Algumas mães não deixam os filhos brincarem lá a noite porque existem alguns usuários de maconha. Apesar de eles não incomodarem, tem o medo de deixar os filhos terem contato com drogas.

Foram construídos na praça banheiros e um bar, mas ficam fechados pois não pode ter comércio em área pública, e se o bar funcionasse administrado por outros que não a prefeitura, não seria permitido. Por isso, o espaço existe mas não é utilizado. Já os banheiros não ficam abertos pois estragam. Se tivesse um posto policial, poderiam ficar abertos. O objetivo era ter um barzinho, e com isso ter um salário mensal para manter o espaço, cuidando já dos banheiros. Só depois de pronto descobrimos que não poderia, e daí ficou lá desse jeito.

Já o campo de futebol é auto-sustentável, paga as próprias despesas. Os times que jogam pagam uma mensalidade. Tem 7 times da comunidade da Costeira que podem jogar duas vezes por mês, e cada time paga R\$75,00 por jogo (o valor cobrado por jogo é de R\$150, ficando metade para cada time). Com isso, a AMOCOP paga a manutenção do campo: tratamento da grama, limpeza dos vestiários, iluminação, etc.

Neste campo são realizados jogos do campeonato amador de Florianópolis, e tem times da Costeira na 2ª divisão. Isso tem uma boa repercussão na comunidade, dá visibilidade social. Por isso, como incentivo, para os jogos do campeonato não é cobrada nenhuma taxa.

No campo, tem um bar que é “explorado” pelos times, mas somente durante os jogos. Cada time explora um dia, sendo o “mandante” do bar. Existe uma tabela com essa relação feita pela associação.

O Salão da AMOCOP também é alugado para festas, contribuindo para a renda da associação. A AMOCOP existe desde 1985, e a sede nova vai fazer 1 ano. Antes, as

reuniões aconteciam nas casas dos membros ou na APAM (associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente).

Quanto ao aterro, lembro que em 1996 a área estava sendo aterrada. Consideramos o aterro muito positivo. Era uma necessidade, foi um mal necessário. Digo mal porque perdeu-se a vista e o contato mais direto com o mar, tem a questão da natureza, e logo no início os pescadores foram prejudicados. Mas não tinha como continuar daquele jeito. Não tinha mais como todo o trânsito do sul da ilha continuar a passar pela Costeira. No começo, foi dado um rancho para os pescadores, mas a passagem de canoa pelo canal não era fácil e eles não gostaram, mas depois foram feitas aquelas casinhas na beira do mar e agora está melhor.

A UFSC já fez um calçadão por causa do projeto Parque Viva Ciência. Foram feitas reuniões na escola sobre projetos para o aterro, e a UFSC participava, além da UFECO, a AMOCOP, etc. Tinha um grupo gestor. A UFSC disse que não causaria impacto ambiental, a edificação seria toda de vidro.

Na Costeira e Saco dos Limões, só são permitidas construções de edificações comunitárias e áreas de lazer para uso comunitário. Teve discussão sobre isso no Plano Diretor. Não pode construir área privada, só se houver alteração de zoneamento.

O aterro deu terrenos para a Costeira. Será construído um Núcleo de Educação Infantil, uma creche com capacidade para 450 crianças. Precisa também de um novo posto de saúde, com 4 equipes da saúde da família. São aproximadamente 12 mil moradores no bairro.

Já o projeto Cidade do Samba não é bem aceito, a comunidade não quer devido ao barulho, e também porque os galpões tiram a vista e o impacto ambiental é grande. Um argumento utilizado é que vai gerar emprego, mas não dá pra pensar só nisso, tem que ter qualidade de vida. Sem prédios altos, com áreas públicas de lazer.



***Apêndice 4: Modelo de termo de consentimento para entrevistas***

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) participante,

Sou estudante do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Ivete Simionatto, para o trabalho de conclusão de curso, cujo objetivo é conhecer os projetos referentes ao uso do espaço público urbano em Florianópolis.

Sua participação envolve uma entrevista, para que possa complementar as informações obtidas por documentos e notícias retirados da Internet. A participação nesse estudo é voluntária.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida em sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-la.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora, fone 96291641.

Atenciosamente,

---

Isabela Ramos Ribeiro

Matrícula: 08116026

Florianópolis, 29 de novembro de 2012.

**Concordo em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

Nome: \_\_\_\_\_

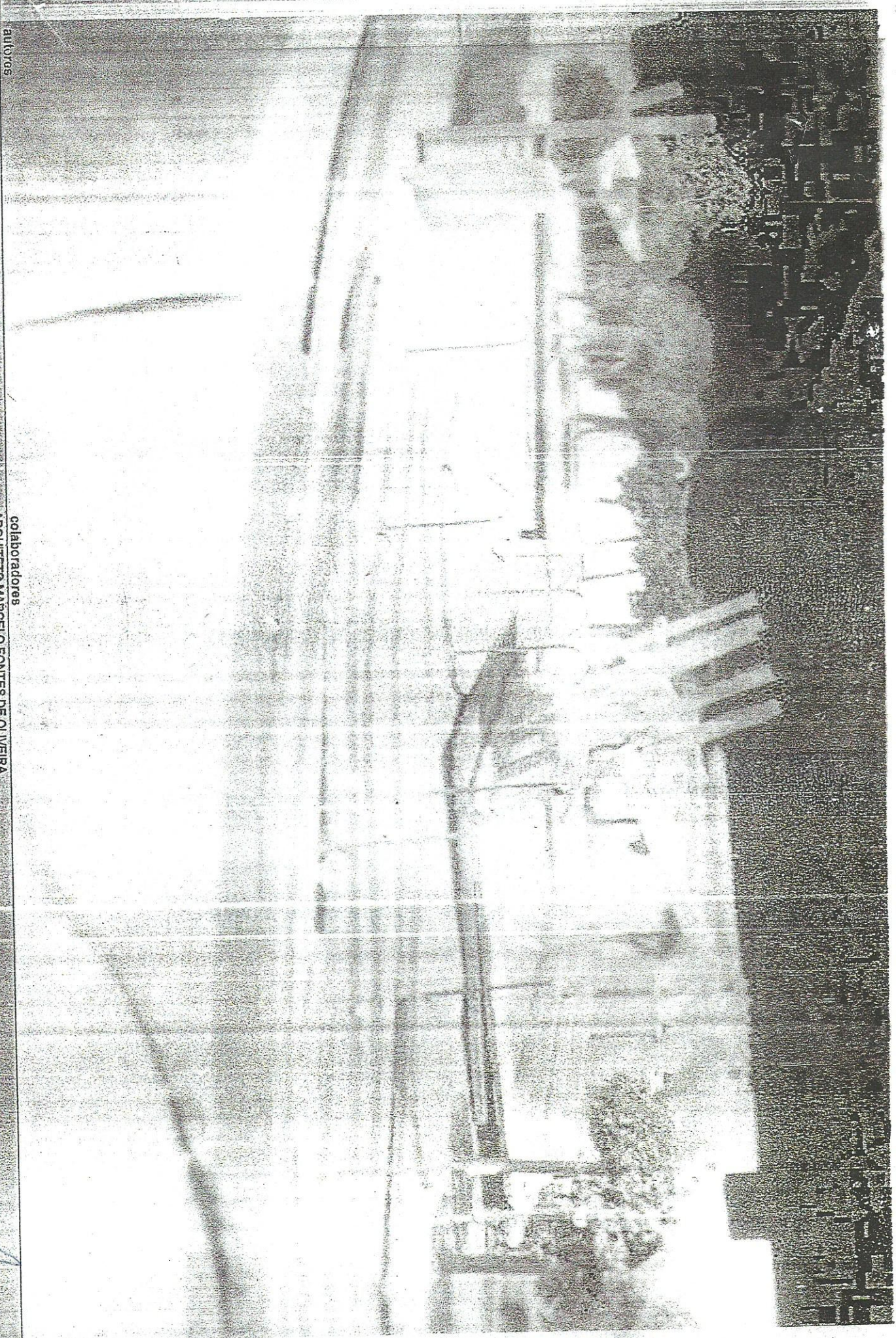
Assinatura: \_\_\_\_\_

Florianópolis, 29 de novembro de 2012.

## ANEXOS

### *Anexo 1: Projeto do Parque Comunitário do Monte Cristo*





autores

ARQUITETA ARLIS BUHL PERES

ARQUITETO CRISTIANO FONTES DE OLIVEIRA

ARQUITETO LINO FERNANDO BRAGANÇA PERES

colaboradores

ARQUITETO MARCELO FONTES DE OLIVEIRA

ARQUITETA MICHELLE BENEDET (MAQUETE)

ALINE SCHAEFFER (MAQUETE)

ÁREA DE ESPORTE, LAZER, CULTURA E CIDADANIA DA REGIÃO DO MONTE CRISTO



Arquiteto Cristiano Fontes de Oliveira e Arquiteta Arlis Buhl Peres, formados na UFSC em 1996 e 1997, Mestres em Arquitetura pela EESC/USP em 2003 e 2000. Lecionam na graduação em Arquitetura da UNISUL nas cadeiras de Projeto Arquitetônico e Projeto de Urbanismo, entre outras. Sócios de escritório de Arquitetura desde 1997. Trabalhos nas áreas de arquitetura, interiores e urbanismo. Premiados em diferentes concursos entre eles Pavillex/Ópera Prima, Prêmio Caixa IAB-2001, II Prêmio Cauê de Arquitetura.

Lino Fernando Bragança Peres, formado pela UFRGS, Mestre em Arquitetura e Doutor em Urbanismo pela UNAM/México, professor adjunto DAU/UFSC desde 1978. Professor da graduação e pós-graduação em urbanismo. Desenvolveu inúmeros trabalhos de pesquisa e extensão em diversas comunidades, obtendo duas medalhas de reconhecimento pela Câmara Municipal local e Assembleia Legislativa do estado. Coordenou projetos que foram classificados respectivamente em segundo lugar: o prédio do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC (1998) e a sede do sindicato dos professores da UFSC (2002).

#### autores

ARQUITETA ARLIS BUHL PERES

ARQUITETO CRISTIANO FONTES DE OLIVEIRA

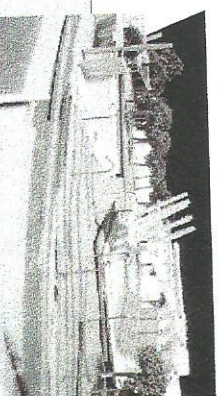
ARQUITETO LINO FERNANDO BRAGANÇA PERES

#### colaboradores

ARQUITETO MARCELO FONTES DE OLIVEIRA

ARQUITETA MICHELLE BENEDET (MAQUETE)

ALINE SCHAEFFER (MAQUETE)





Contando com uma ampla participação de nove comunidades do bairro Monte Cristo, através de suas lideranças, a nos foi proposto, em meados de 2004, um Parque Comunitário para o bairro chamado Monte Cristo, situado na parte continental de Florianópolis e em uma zona conurbada com o município de vizinho de São José, contígua à BR 282. A proposta atende a uma antiga demanda ligada à área de lazer e cultura tão carente na região. Estatisticamente está comprovado que 50% das crianças de rua dos quatro municípios da Grande Florianópolis, são do Monte Cristo e que 40% da população local são crianças e adolescentes até 21 anos. É a segunda área de violência em Florianópolis, em razão de anos de pobreza e exclusão. Inspirados nos princípios e instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade, particularmente no que se refere a um processo de regularização e urbanização sustentáveis, através das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), este parque abriga, conforme programa e diretrizes espaciais propostos diretrizes espaciais propostas, equipamentos e atividades que permitam a ocupação de jovens e adultos em atividades culturais, de lazer e de qualificação profissional (oficinas e cursos), objetivando a um projeto social de recuperação e integração social e cidadã.

Através de área esportiva aberta, quadras polivalentes, pista de skate, praça, passeios, ciclovias, percursos existentes e novos, instalação coberta (quadra esportiva, auditório, salas de aula, centro comunitário e ambientes de apoio), oficinas com ateliês e lojas, área arborizada de proteção e estar e elementos referenciais, propomos qualificar um terreno que hoje se encontra abandonado. Com muita negociação e pressão, conseguiu-se do governador do estado cessão da área para a finalidade que apresentamos, em vez de sua privatização, com a instalação de um conjunto habitacional para a classe média. Esta proposta viabiliza, portanto, um projeto urbano, paisagístico e arquitetônico que busca traduzir as necessidades de uma população de 26.000 habitantes, transformando a região de uma área carente e favelizada em um bairro integrado na malha urbana.

Os conceitos e atributos espaciais utilizados são:

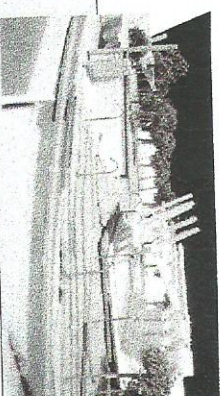
- a) integração da área com o entorno (social e paisagisticamente);;
- b) permeabilidade dos acessos;;
- c) desenvolvimento de atividades esportivas e de lazer para todas as faixas etárias, especialmente para as crianças e jovens que hoje utilizam as ruas para tal fim; ;
- d) aproveitamento do terreno, implantando uma arquitetura "topográfica" e sinestésica ao ar livre;
- e) garantia de atividades comerciais e de serviço que dialoguem com as atividades existentes no bairro;

#### autores

ARQUITETA RILIS BUHL PERES  
ARQUITETO CRISTIANO FONTES DE OLIVEIRA  
ARQUITETO LINO FERNANDO BRAGANÇA PERES

#### colaboradores

ARQUITETO MARCELO FONTES DE OLIVEIRA  
ARQUITETA MICHELLE BENEDET (MAQUETE)  
ALINE SCHAEFFER (MAQUETE)





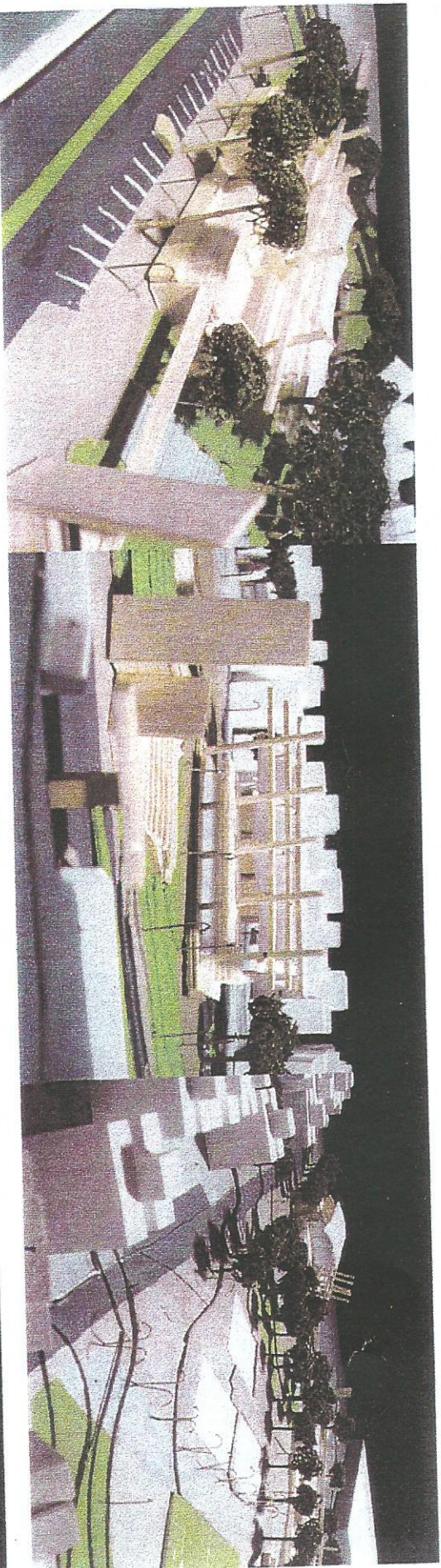
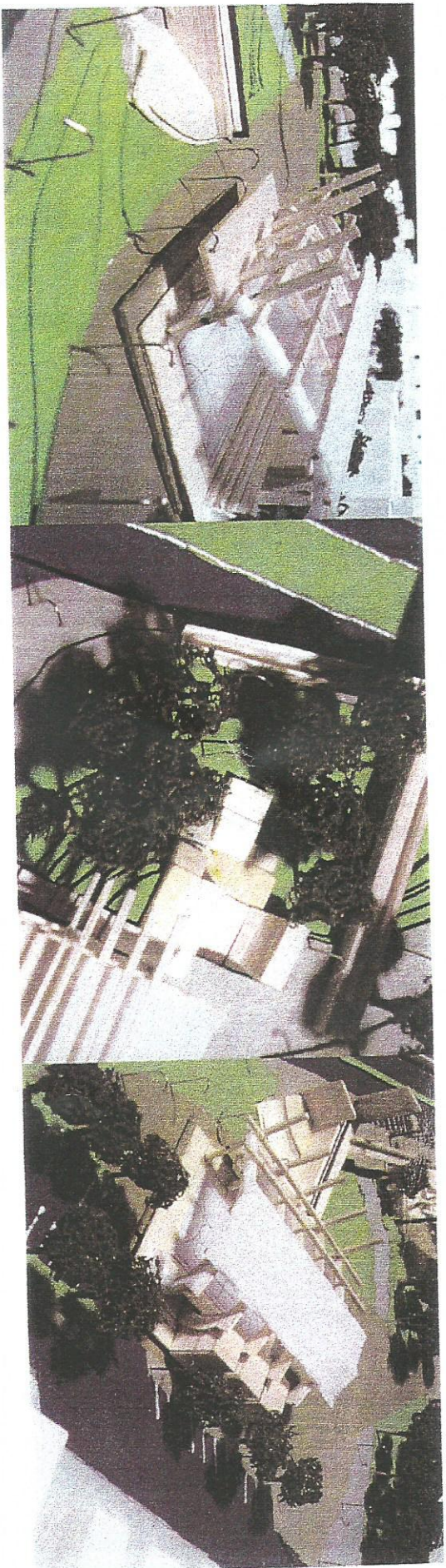








## FOTOS MAQUETE

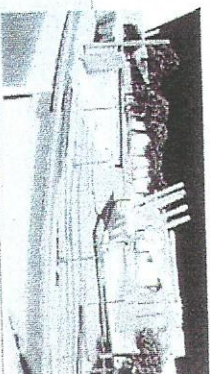


### autores

ARQUITETA ARLIS BUIH PERES  
ARQUITETO CRISTIANO FONTES DE OLIVEIRA  
ARQUITETO LINO FERNANDO BRAGANÇA PERES

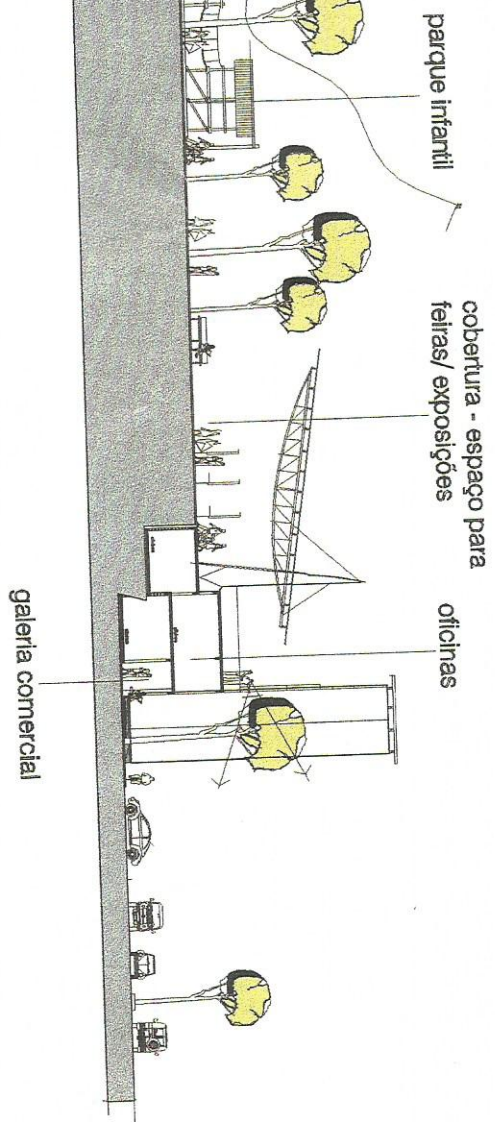
### colaboradores

ARQUITETO MARCELO FONTES DE OLIVEIRA  
ARQUITETA MICHELLE BENEDET (MAQUETE)  
ALINE SCHAEFFER (MAQUETE)





## corte praça - oficina - galeria



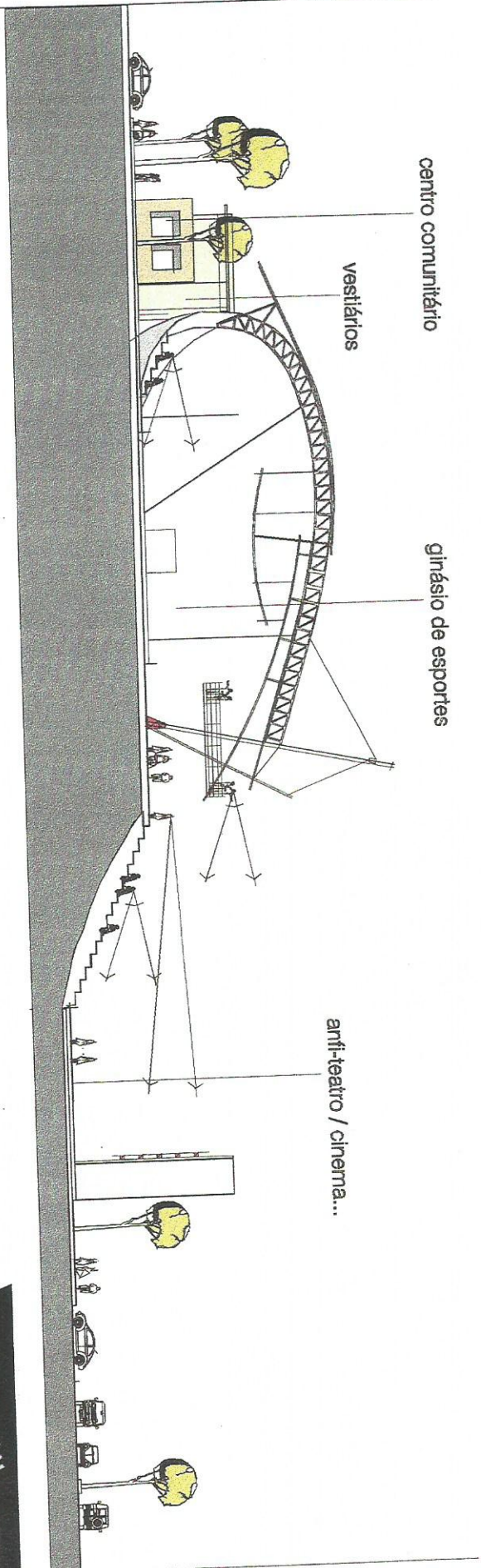
centro comunitário

ginásio de esportes

vestiários

anti-teatro / cinema...

## corte centro comunitário - ginásio - anfiteatro



CORTES

autores

ARQUITETA ARLIS BUHL PERES

ARQUITETO CRISTIANO FONTES DE OLIVEIRA

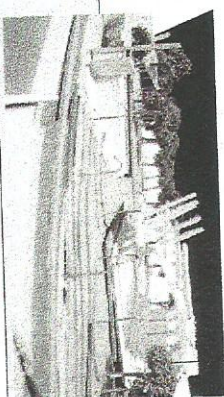
ARQUITETO LINO FERNANDO BRAGANÇA PERES

colaboradores

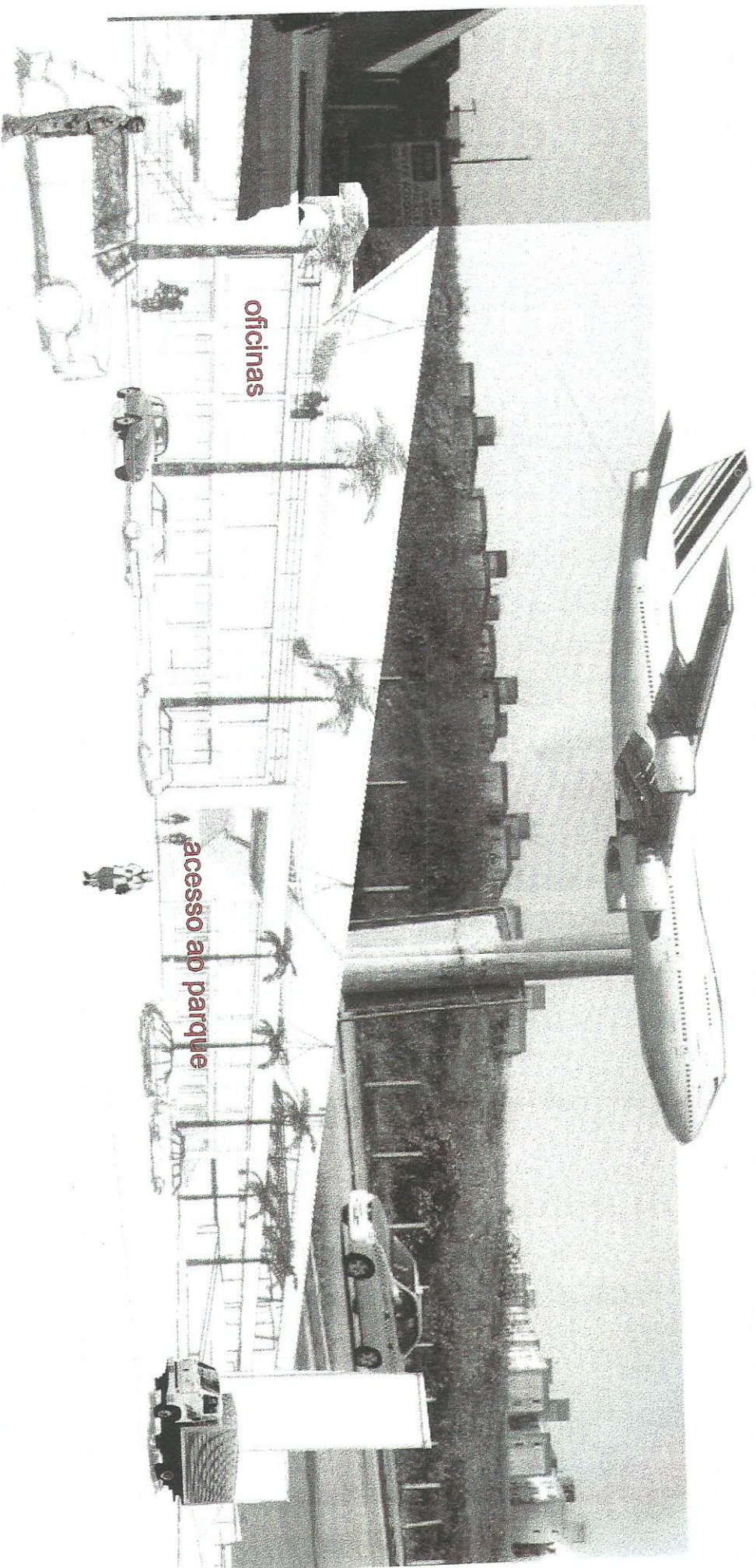
ARQUITETO MARCELO FONTES DE OLIVEIRA

ARQUITETA MICHELLE BENEDET (MAQUETE)

ALINE SCHAEFFER (MAQUETE)







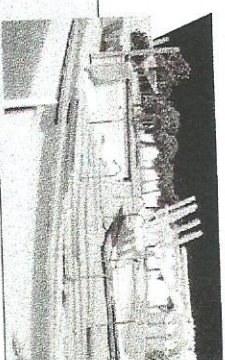
## galeria comercial

### autores

ARQUITETA RILIS BUIH PERES  
 ARQUITETO CRISTIANO FONTES DE OLIVEIRA  
 ARQUITETO LINO FERNANDO BRAGANÇA PERES

### colaboradores

ARQUITETO MARCELO FONTES DE OLIVEIRA  
 ARQUITETA MICHELLE BENEDET (MAQUETE)  
 ALINE SCHAEFFER (MAQUETE)







passarela

oficinas

acesso ao parque

anfi-teatro

galeria comercial

autores

ARQUITETA ARLIS BUHL PERES

ARQUITETO CRISTIANO FONTES DE OLIVEIRA

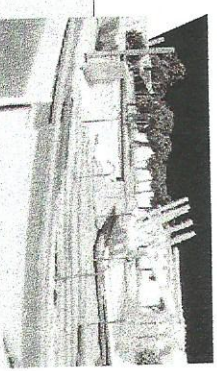
ARQUITETO LINO FERNANDO BRAGANÇA PERES

colaboradores

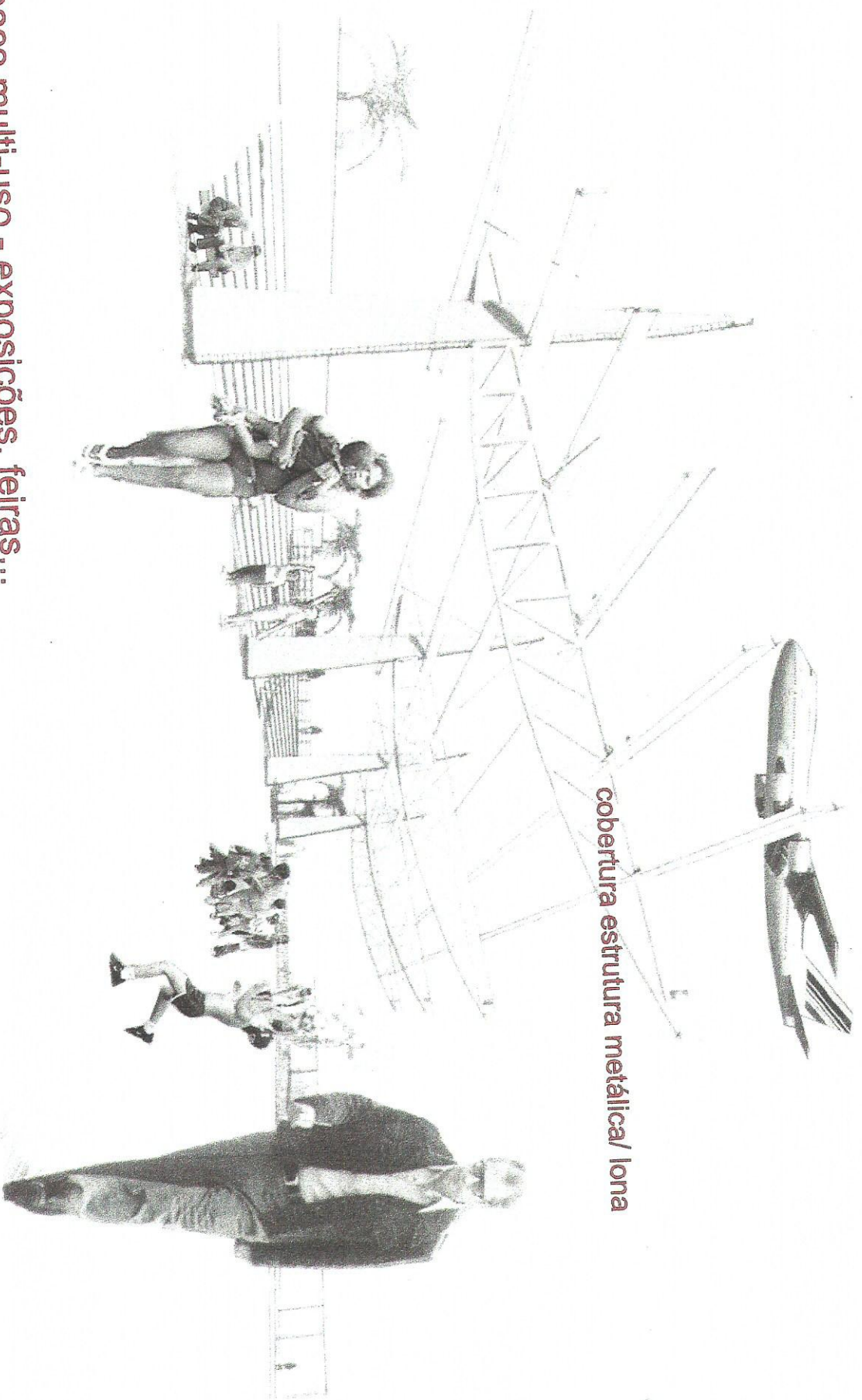
ARQUITETO MARCELO FONTES DE OLIVEIRA

ARQUITETA MICHELLE BENEDET (MAQUETE)

ALINE SCHAEFFER (MAQUETE)



ÁREA DE ESPORTE, LAZER, CULTURA E CIDADANIA DA REGIÃO DO MONTE CRISTO



cobertura estrutura metálica/ lona

espaço multi-uso - exposições, feiras...

autores

ARQUITETA RILIS BUIH PERES

ARQUITETO CRISTIANO FONTES DE OLIVEIRA

ARQUITETO LINO FERNANDO BRAGANÇA PERES

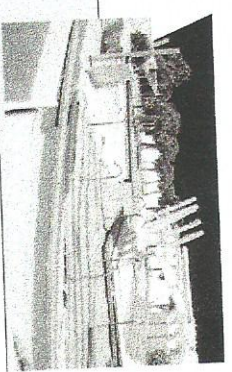
colaboradores

ARQUITETO MARCELO FONTES DE OLIVEIRA

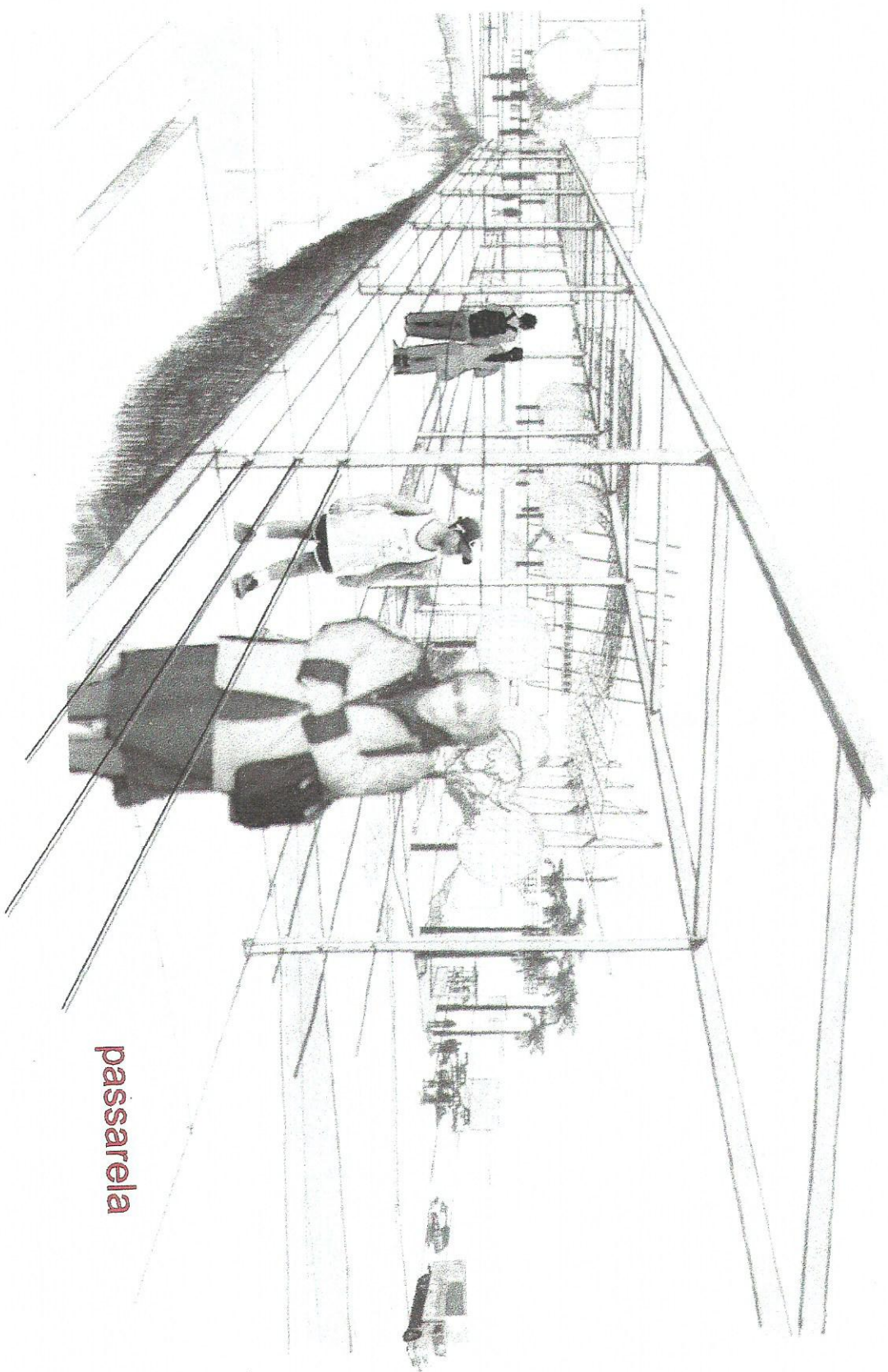
ARQUITETA MICHELLE BENEDET (MAQUETE)

ALINE SCHAEFFER (MAQUETE)

ANEA DE ESPORTE I AZER. CULTURA E CIDADANIA DA REGIÃO DO MONTE CRISTO







passarela

autores

ARQUITETA RILIS BUHL PERES

ARQUITETO CRISTIANO FONTES DE OLIVEIRA

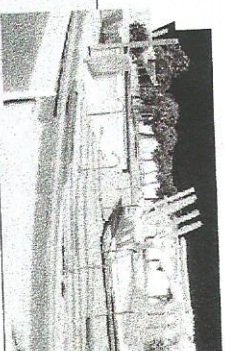
ARQUITETO LINO FERNANDO BRAGA PERES

colaboradores

ARQUITETO MARCELO FONTES DE OLIVEIRA

ARQUITETA MICHELLE BENEDET (MAQUETE)

ALINE SCHAEFFER (MAQUETE)



IDEIA DE ESPORTE E LAZER. CULTURA E CIDADANIA DA REGIÃO DO MONTE CRISTO

ESPORTE, LAZER, CULTURA E CIDADANIA NA REGIÃO DO  
**MONTI CRISTO**

## **PROGRAMA DE ATIVIDADES**



## **ÁREA ESPORTIVA ABERTA QUADRAS**

3 quadras polivalentes

1 quadra de futebol suíço

PISTA DE SKATE

## **4. CAMINHOS**

Os dois caminhos que cruzam o terreno em direção, conectando as comunidades de Novo Horizonte e Chicomendes e conjunto Panorama com a área ria parte sul do PLAYGROUND terreno, onde se localiza o supermercado BIG e outras instalações comerciais;

Caminho que cruza o terreno indo e vindo da passarela  
Novos caminhos;

## **PASSEIOS E CICLOVIA**

Passeio de pedestres para caminhadas;

Ciclovia com paradas com bebedor

Critério de projeto: evitar linearidade rígida, mas sinuosa, aproveitando os caminhos existentes.

## INSTALAÇÕES COBERTAS

### 5.1. GINÁSIO

Ginásio com quadra polivalente e espaços para shows;

Arquibancada com aproveitamento embaixo;

Pequeno auditório;

2 Salas para cursos de qualificação profissional;

3 Salas para ateliês de arte, dança e artes marciais;

Centro comunitário que abrigue sala de reuniões do CAMOCCRIS e lideranças comunitárias em geral e sala administrativa;

Depósito para guardar equipamentos e material esportivo;

Vestiários;

Sanitários (masculino e feminino e pessoas portadoras de necessidades especiais);

Sala ou saguão de recepção.

### 5.2. OFICINAS E LOJAS

08 salas para oficinas no piso superior e 08 salas no piso térreo de exposição dos produtos produzidos nas oficinas;

Instalações de apoio (banheiros);

Corredor coberto de passeio de acesso às lojas no térreo voltadas para a fachada sudeste do terreno;



ESPORTE, LAZER, CULTURA E CIDADANIA NA REGIÃO DE MONTE CRISTO

## DIRETRIZES DE IMPLANTAÇÃO

## DIRETRIZES DE IMPLANTAÇÃO

Formular uma proposta de uso e ocupação da área de esporte, lazer, cultura e cidadania de Monte Cristo que seja construída a partir da participação ativa e ampla das 09 (nove) comunidades componentes, com base nas "oficinas comunitárias de projeto". Esta iniciativa universitária e profissional baseia-se em princípios acadêmicos e comunitários de que a construção dos espaços da cidade é uma obra coletiva, ativa e participativa, onde os saberes técnicos e populares se articulam e se somam em um projeto social presente e futuro.

1. Garantir visuais do entorno como a paisagem das montanhas ao fundo, principalmente o setor sul e sudoeste, a abóbada celeste, o perfil dos bairros vizinhos como o Kobraassol, etc;



### Perneabilidade de acesso:

Preservação dos atuais caminhos direção Bigl,  
acesso à passarela pelo terreno e outros pequenos  
percursos;

Criação de um acesso principal na face noroeste  
(voltada para o conjunto Panorama), com o devido  
tratamento;

Aproveitar o percurso dos pedestres pelo terreno,  
permitindo atividades no percorrer deste caminho;

### Atividades esportivas cobertas e ao ar livre, sendo que:

As atividades das áreas abertas do terreno livre, além das atividades fixas esportivas e culturais, podem ser aproveitadas para atividades comunitárias ao ar livre  
quermesses, circo, etc;

Que as atividades esportivas e culturais sejam instaladas em construção que  
visuais do entorno e não seja uma atividade que monopolize a ocupação  
deslocamos estas atividades para a lateral do terreno, deixando-as mais próximas  
enterradas, aproveitando as curvas de nível;

Aproveitar a cobertura das atividades esportivas para atividades culturais  
shows, salas para ateliês de arte, música, terapias, salas para qualificação  
marciais e para o centro comunitário do CAMOCRIS;

A pista de skates deve ficar mais próxima dos acessos e laterais do terreno  
sudeste (perto da rampa) para evitar a concentração ou aglomerado de  
perturbe o andamento de outras atividades, como a praça de uso das crianças



Garantir atividades comerciais e de serviço que se integrem com as atividades já existentes no bairro;

A praça é trabalhada não de uma forma centralizada e isolada, mas como espaços contínuos e integrados;

Arborização no lado sul do terreno voltada para a marginal da BR 282, para proteção do vento sul, ampliando a camada vegetal do terreno.

Este espaço arborizado deve ser aproveitado para áreas de estar, mas bastante iluminadas à noite para segurança dos pedestres.

Garantir, portanto, a maior parte do terreno ao céu aberto para que seja utilizado para soltar pipas, circos, atividades ao ar livre, e contemplar o céu diurno e noturno, percurso da lua e das estrelas.

Evitar edificações no lado oeste do terreno, voltado para a Novo horizonte, para que esta e as comunidades desde lado, visualizem o terreno aberto;

Aproveitar a parte leste do terreno, que é mais plana (parte da esquina do terreno em frente ao conjunto Panorama), para situar a edificação de uso múltiplo, pois o acesso é mais facilitado e plano, marcando a esquina do terreno;

1. Construir oficinas na fachada sudeste (frente ao posto de gasolina do Big) com dois níveis: oficinas no piso superior e mais integrado com o terreno e no térreo lojas de contato com o público que ofereçam os produtos produzidos nas oficinas). Para que se aumente a área do terreno, para que se diminua a presença das edificações neste local e se gere área de contemplação do mar ao fundo (fachada sul), propõe-se estender o terreno por cima das oficinas, com uma camada de terra e grama. Este sistema garantiria proteção solar e uma temperatura mais amena e constante nas oficinas. Esta proposta garantiria uma arquitetura mais "topográfica" do terreno, contrapondo com o ginásio de esporte e cultura na esquina do terreno.



ESPORTE, LAZER, CULTURA E CIDADANIA NA REGIÃO DE MONTE CRISTO

**CONDIÇÕES TÉCNICAS E ORGANIZATIVAS  
PARA O DESENVOLVIMENTO DO  
PROJETO**

## CONDIÇÕES TÉCNICAS E ORGANIZATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

### PROJETO SOCIAL

Pesquisa do perfil sócio-econômico-cultural da população local;

Trabalho de divulgação da importância da área;

Programas de promoção do uso do terreno;

Divulgação da proposta de ocupação;

Atividade de uso simbólico do terreno com a demarcação das quadras de esporte;

Realização de campeonatos de futebol, pipa e outras modalidades

## **PROJETOS**

Levantamento topográfico  
(plani-altimétrico) do terreno  
(engenharia e arquitetura –  
UFSC ou empresas);

Levantamento fotográfico do  
terreno e do entorno  
(fotógrafos ou arquiteto-  
paisagistas);

Levantamento e estudo  
geológico do terreno (geologia  
e geografia);

## **PROJETO PAISAGÍSTICO:**

Pesquisa de espécies de plantas e vegetação  
adequadas ao terreno (biologia e agronomia  
e paisagismo);

Projeto das áreas externas: caminhos,  
passeios e áreas de estar;

Projeto das quadras de esportes;

Projeto do mobiliário e programação visual  
(sinalizações e orientações)



## **PROJETO ARQUITETÔNICO DAS EDIFICAÇÕES (GINÁSIO/CENTRO COMUNITÁRIO E OFICINAS):**

**Ampliação da pesquisa e aperfeiçoamento do programa de  
atividades acompanhado de consultas e discussões com as  
lideranças;**

**Desenvolvimento do projeto em maquetes de estudo, plantas,  
cortes, elevações e perspectivas;**

**Desenvolvimento preliminar dos projetos complementares:  
hidro-sanitário, estrutural, elétrico, instalações de ar  
condicionados;**

**Projeto do mobiliário e design interno das edificações: proposta  
básica para o desenvolvimento por profissionais específicos;**

**Apresentação do projeto em maquete e desenhos de  
representação para discussão com as lideranças;**

**Exposição do projeto às comunidades**

